

Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Cartografia da Capitania de Goyaz no século XVIII: intenção e representação

Wilson Carlos Jardim Vieira Júnior

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor.

Orientadora: Profa.Dra.Sylvia Ficher

Brasília, 3 de março de 2015

Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Tese de Doutorado aprovada pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Sylvia Ficher
Presidente - Universidade de Brasília

Profa. Dra. Maria Fernanda Derntl
Membro

Prof. Dr. Andrey Rosenthal Schlee
Membro

Prof. Dr. Pedro Paulo Palazzo
Membro

Prof. Dr. Adriano Bittencourt Andrade
Membro

Prof. Dra. Márcia Maria Duarte dos Santos
Suplente

Brasília, 3 de março de 2015

Agradecimento

À minha orientadora Prof^a. Dr^a. Sylvia Ficher pela acolhida e companheirismo.

Ao Prof. Dr. Andrey Rosenthal Schlee pela acolhida, à Prof^a. Dr^a. Maria Fernanda Derntl, Prof. Dr. Pedro Paulo Palazzo, Prof. Dr. Adriano Bittencourt Andrade, Prof. Dra. Márcia Maria Duarte dos Santos.

Aos companheiros de buscas pelos acervos e caminhadas vitoriosas, Elias Manoel da Silva e Jader Silva de Oliveira.

Ao Paulo Bertran pelo início.

Sumário

Resumo	7
Abstract	8
Introdução	9
O mapa como documento.....	11
Mapa como elemento do domínio.....	13
Mapa como imagem	16
Parte I	21
Capítulo 1. Mapa como conjunto	22
1.1 Mapa como padrão	23
1.2 Cartografia dos sertões	27
Capítulo 2. Renovação no ensino cartográfico em Portugal	32
2.1 Engenheiros militares.....	35
Capítulo 3. A cartografia das minas de Goyaz	39
3.1 Os funcionários civis em Goyaz - governadores, secretários e outros	41
Parte II	46
Capítulo 4. Capitania em detalhes	47
Capítulo 5. Capitania em padrões	75
5.1 Padrões cartográficos.....	79
5.2 Organização e classificação dos padrões	126
5.3 Toponímia	132
Conclusão	147
Referências documentais	152
Arquivo Histórico Ultramarino	152
Capitania de Goiás.....	152
Capitania de Mato Grosso.....	155
Documentos cartográficos	156
Referências bibliográficas	159
Anexos	163
Anexo 1: Toponímias por mapas.....	164
Anexo 2: Conjunto cartográfico	170

Resumo

Esta tese propõe analisar o processo de conquista do território da Capitania de Goiás no século XVIII revelado na cartografia histórica. O *corpus* de 17 mapas coevos reunidos neste trabalho, representam o território em recortes regionais e nos limites do espaço geográfico. Os mapas são percebidos como documentos que traduzem o processo de criação e consolidação da Capitania, também compreendem a expansão pelo interior da colônia com a exploração e espacialização de regiões, fixação de povoados, estabelecimento do aparato burocrático administrativo, imposição cultural e domínio. Pelo uso de símbolos, códigos, cores e palavras, a imagem cartográfica constrói a narrativa territorial. Abordamos a narrativa cartográfica como a expressão das ideias, motivos, interesses e ambições, manifestados pelos atores sociais que vivenciaram e interagiram num espaço de conquista e imposição do Estado Português, período envolto nas disputas diplomáticas entre as Coroas ibéricas por posses na América. Procuramos relacionar os mapas, organizá-los pelas semelhanças das formas, observando seus aspectos, considerando os registros das informações e as influências em que mapas exerceram sobre outros mapas, este exercício conduziu a constatação da existência de padrões cartográficos. Os padrões acabaram por sugerir que a cartografia de Goiás foi elaborada numa dinâmica diferente das Capitânicas estabelecidas na costa litorânea e nos limites da América lusa com a espanhola. A cartografia dos setecentos apresenta para a historiografia goiana possibilidades de leituras e novos ângulos de abordagem, no cotejamento com os documentos manuscritos e na interpretação das imagens.

Palavras-chave: cartografia de Goiás; padrões cartográficos; Goiás colonial

Abstract

This thesis proposes to analyze the process of conquest of territory of the Capitania of Goiás in the eighteenth century revealed in historical cartography. The corpus of 17 maps assembled in this work represent the territory in regional and cutouts in the limits of the geographical space. The maps are perceived as documents that reflect the process of creation and consolidation of Captaincy, also comprise the expansion in the interior of the colony with the exploitation and spatialization of regions, establishment of settlements, establishment of the bureaucratic apparatus, imposing cultural and administrative domain. By the use of symbols, codes, colors and words, the cartographic image constructs the territorial narrative. We approach the narrative as the cartographic expression of ideas, motives, interests and ambitions, expressed by social actors who have experienced and interacted in a space of conquest and imposition of the Portuguese State, wrapped in diplomatic dispute period between the Iberian Crowns for possessions in America. We seek to relate the maps, arrange them by the similarities of the forms, noting its aspects, considering the records of the information and the influences that maps exerted on other maps, this exercise resulted in the finding of the existence of cartographic standards. The patterns suggest that eventually the cartography of Goiás was drafted in a different dynamic captaincies established in coastline and within the limits of Portuguese America with the Spanish America. The mapping of the 18th century presents to historiography of Goiás possibilities of readings and new angles of approach, on the mutual comparison with handwritten documents and interpretation of images.

Keywords: cartography of Goiás; cartographic standards; colonial Goiás

Introdução

O tema deste trabalho é a cartografia histórica, mais especificamente a análise das representações cartográficas da Capitania de Goiás produzidas na segunda metade do século XVIII no contexto das relações luso-brasileiras. O que se propõe é entender o processo de conquista do território revelado na cartografia histórica.

Tomou-se como pergunta norteadora da pesquisa: o que o conjunto cartográfico pode revelar sobre o processo de conquista do território?

Este questionamento nasce da constatação da existência de mapas encontrados em acervos no Brasil e em Portugal, ainda desconhecidos ou pouco trabalhados pela historiografia.

No ano de 2009 fizemos o primeiro contato com os mapas de Goiás dos períodos colonial e imperial disponibilizados pelo projeto de virtualização da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. A possibilidade do acesso imediato aos documentos raros, ensejou a incorporação do tema às minhas pesquisas. No mesmo ano, os mapas serviram a elaboração de artigo abordando o conjunto cartográfico sobre Goiás, apresentado no Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Esta foi a primeira participação em evento sobre o assunto, o que se tornaria constante nos anos seguintes com envolvimento em encontros nacionais e internacionais.

Esses mapas apresentavam possibilidades de leituras, incentivando a investigação e o contato com novos acervos. A intenção em ampliar a coleção cartográfica nos motivou a criar, em 2011, o projeto *Documentos Goyaz*, na Coordenação do Arquivo Histórico, unidade do Arquivo Público do Distrito Federal. A utilização de scanners e métodos de digitalização em campo facilitou a consulta aos documentos; até o presente, o projeto contabiliza 130 mapas “coletados digitalmente”.

Cartografar foi um dos instrumentos de afirmação do poder na América Lusa; antecipar no papel a demarcação utilizando de elementos simbólicos e da toponímia como sustentáculos aos discursos do território ocupado - mesmo quando a ocupação *in loco* se mostrava difícil e aguerrida - se revelou a estratégia condutora da política

absolutista.

O estudo cartográfico propõe o grande desafio de examinar, vasculhar, decodificar e traduzir as intenções expostas num mapa. Analisados individualmente, apresentam cenários com informações que sintetizam regiões específicas ou a dimensão do território. Reunidos, evidenciam interações que os inserem no contexto dos setecentos, ganham sentido no conjunto, demonstrando o intercâmbio de conhecimentos na Capitania de Goiás. De fato os mapas não são objetos moldados para um único objetivo, tampouco servem a um propósito, melhor considerá-los como “imagens recíprocas usadas como mediadoras de diferentes visões de mundo”, conforme aponta Harley (2005, p. 81). No que tange aos conflitos que envolveram a demarcação dos limites entre capitanias, tal interpretação mostra-se adequada.

Tratamos nesta tese dos mapas de Goiás, procuramos contextualizá-los associados a outros documentos; buscamos compreender os motivos que conduziram à sua elaboração e como esta se processou; quais os personagens envolvidos na elaboração; qual o contributo da cartografia para a região e como serviu ao império português. Apresentamos as leituras paleográficas e o estudo da motivação toponímica dos povoados. O trabalho traz a interpretação dos padrões aplicado ao conjunto cartográfico. Contudo, de fato, é um estudo inicial de fontes cartográficas utilizáveis pela história, organizado da seguinte forma:

O primeiro capítulo mostra as variações na elaboração, uso e classificação dos mapas, com ênfase no período colonial de Goiás. O mapa é apresentado não como mera ilustração, mas como uma fonte de estudo, que pode ser analisada como conjunto e padrão, com critérios, sentido e organização.

No segundo capítulo abordamos a análise do conjunto aplicada aos mapas, e as leituras que podem ser feitas na reunião dos documentos. Tratamos da interpretação dos padrões, da permanência das formas e da alteração do padrão. Conclui-se com o projeto do mapeamento do Brasil e as incursões dos padres matemáticos pelo interior. A característica da Capitania de Goiás, como área de mineração, determina um modo diferente de investimento da Coroa quando comparado às capitanias com fronteira com as terras da Espanha.

O terceiro capítulo trata do investimento português na renovação do saber cartográfico e a formação dos engenheiros militares, voltada às novas práticas cartográficas para aplicação no ambiente das colônias.

No quarto capítulo é apresentado o conjunto cartográfico da pesquisa como base para a análise. Nesta seção: são contextualizados os mapas em seu período administrativo; discutidos os motivos da elaboração do documento e os personagens envolvidos; identificados e classificados grupos de mapas por configuração. É feita uma análise toponímica; evidencia-se, pela análise da grafia, a frequência, a permanência e a recorrência de nomes.

A guiza de conclusão os mapas são documentos fundamentais à política de ocupação, representantes, o mais fiel possível, do interior do território. É instrumento do controle do espaço e do domínio Português na América. Os diversos elementos presentes na cartografia manifestam a cultura do colonizador, e a imagem do mapa se torna algo crível aos governantes ao termo de ser reproduzida configurando padrões cartográficos.

O mapa como documento

O conjunto cartográfico possui a fantástica característica de sintetizar em representações gráficas o processo de conquista e/ou ocupação de um território. Os Mapas resumem o cenário do que se compreende e o que é ignorado. Interpretações sobre suas autorias e datações, não são meros exercícios a fim de evidenciar personagens, mas importantes indícios, talvez os primeiros a se verificar em uma investigação, pois permitem encaixar em um contexto próprio e acessar as interações que justificaram sua elaboração.

A isso, deve-se somar um elemento complicador para o estudioso da cartografia de Goiás. Referimo-nos ao fato de que grande parte dela foi elaborada com objetivos muito específicos, em geral anexada a correspondências administrativas.

Contudo, no processo de organização da documentação assim produzida, correspondências e mapas foram separados, provavelmente devido a uma concepção organizativa que dava mais importância à tipologia do documento do que ao sentido

do conjunto documental, àquilo que hoje a moderna Arquivologia chama da “organicidade dos acervos”. Como resultado, perdeu-se o vínculo essencial entre conteúdo representado iconograficamente no mapa e motivações e explicações explicitadas na correspondência a qual o mapa estava anexado. Para o pesquisador que acessar o mapa sem ter em mãos a correspondência que lhe diz respeito, parecerão gratuitas certas representações desenhadas e indicações escritas.

Exemplo clássico desse movimento é o fato de que, durante décadas, o primeiro mapa de Goiás foi considerado equivocadamente aquele elaborado por Francisco Tosi Colombina. Somente com a descoberta da correspondência de Ângelo dos Santos Cardoso, secretário do primeiro governador de Goiás, o Conde dos Arcos, informando ter entregado a Tosi Colombina uma cópia do mapa que também enviava à Corte anexado à sua correspondência, é que foi possível corrigir essa informação. Essa descoberta foi exposta no artigo *Tosi Colombina, autor do primeiro mapa da Capitania de Goiás?* (VIEIRA JÚNIOR; SCHLEE; BARBO, 2010), apresentado no Congresso Brasileiro de Cartografia, realizado em Aracaju em 2010.

Por sinal, para a cartografia goiana, e talvez para a cartografia de outras regiões do Brasil no período colonial, é possível afirmar um estreito vínculo entre correspondência administrativa e elaboração de mapas como coadjutor das informações ali prestadas. A cartografia se ressentia profundamente de certas concepções arquivísticas implementadas no processamento de documentos produzidos no período colonial. Cabe aqui ressaltar as consequências de uma concepção organizativa que pode levar a sérios problemas para os historiadores que se deitam sobre essas fontes documentais. Provavelmente com a informatização dos acervos, será possível superar essas dificuldades por meio do cotejamento das descrições arquivísticas de diferentes tipologias e, assim, unificar documentos produzidos para um mesmo fim.

Em consequência, há muito anacronismo quando mapas são considerados como tipologia independente, interpretados apenas no horizonte de nossa concepção cartográfica contemporânea.

Por essas características (síntese e indícios do processo), a análise deve ser realizada de forma criteriosa. O documento retirado do seu contexto de elaboração

perde em conteúdo e importância, o que resulta no risco de permitir escapar significativas informações que revelem interesses e reflitam intenções, ignorando ou desqualificando o significado do mapa como instrumento de conhecimento e, conseqüentemente, de poder.

Mapa como elemento do domínio

Como ressalta Bueno, “mapear significa conhecer, domesticar, submeter, conquistar, controlar, contradizer a ordem da natureza” (2004, p. 230).

E é exatamente como conhecimento e poder que no período da colonização e, mais tarde, no império,

a representação cartográfica do espaço foi uma preocupação constante dos governantes. Os mapas eram considerados uma espécie de olhos do rei e, cada vez mais, eram vistos como instrumentos essenciais para conhecimento dos vastos espaços da colônia por parte da administração. Por meio dos mapas, o poder régio ampliava suas informações sobre o espaço de suas posses, o que por fim auxiliava e garantia o processo de civilização e dominação das regiões do império (Mundin, 2010, p. 62).

Desde muito cedo, Portugal estava consciente do potencial da produção de bons mapas. Como prova, podemos indicar

o périplo africano e a descoberta - ou ‘achamento’ como os portugueses dizem - do Brasil. À medida que o tempo passava, e a importância do Brasil crescia para o reino português, tornava-se urgente a produção de informações que fizessem frente às necessidades da maior colônia de Portugal. E à medida que o Brasil tornava-se a principal fonte de recursos para a metrópole, a importância desse conhecimento crescia, frente às ameaças externas. As atividades de mapeamento, conduzidas em sua maioria por técnicos estrangeiros, visavam a dar o suporte de conhecimento do território colonial brasileiro, buscando fornecer às Administrações, tanto metropolitana como colonial, as informações necessárias para o planejamento, entre outros aspectos, de sistemas defensivos, bem como as rotas de penetração e ocupação daquele vazio geográfico de então (Martins, 2007, p. 12).

O nível técnico da produção cartográfica portuguesa, em relação aos outros Estados europeus do período, chegou a tal ponto que um dos mais importantes mapas portugueses, de 1502, fruto da chegada no Sul do continente americano e do estudo do seu extenso litoral, conhecido como *Planisfério de Cantino* (Figura 1), um enorme pergaminho de aproximadamente 2m x 1m, foi contrabandeado para Ferrara.

Algumas repúblicas da península itálica tinham interesse em conhecer as notícias que circulavam a respeito das descobertas feitas pelos portugueses no Oceano

Atlântico e no Índico. Curiosidade compreensível, tendo em vista que tais descobertas poderiam ameaçar o equilíbrio político daquelas belicosas repúblicas.

Um embaixador do Duque de Ferrara, Hércules d'Este, chamado Alberto Cantino, passou por Lisboa nos primeiros anos do século XVI, e terá conseguido comprar os favores de um (ou mais do que um) mestre cartógrafo que lhe fez uma cópia do padrão real existente na Casa da Índia, com as mais recentes descobertas geográficas portuguesas (Matos, 2012).

A correspondência trocada entre o embaixador e o duque, que por sinal permitiu datar esse importante mapa - 19 de novembro de 1502 -, revela que a cópia foi comprada pela enorme quantia de 12 ducados de ouro. É um mapa que foi “extraído clandestinamente de Portugal, de cujos arquivos reais foi copiado, o que singularmente lhe aumenta o valor” (Cortesão, 1957, p. 201).

Apenas para narrar os acasos que podem acontecer com documentos históricos, esse mapa foi descoberto no ano de 1859 quando o diretor da Biblioteca Estense de Módena, Giuseppe Boni, o encontrou sendo usado como cortina em um restaurante daquela cidade. Comprou a “cortina” e a partir dos seus dados escritos e desenhados conseguiu rastrear sua origem e importância. Até hoje não se sabe quem produziu o mapa, contudo a posteridade deu a essa peça o sobrenome daquele que o adquiriu clandestinamente: Alberto Cantino.

Nele temos a primeira apresentação portuguesa de parte do que futuramente será o “Brasil”, ali identificado como “A Vera Cruz”. O território é representado por uma faixa litorânea, sugerindo que, diferente da Carta de Pero Vaz de Caminha que o indicava como uma ilha, o *Mapa de Cantino* já indica que esta porção de terra é um novo continente. Não se tratava do extremo Oeste da Ásia, como Cristóvão Colombo morreu pensando ser (Cortesão, 1957, p. 223-25). O perímetro do continente africano está representado com grande exatidão para a época; fato compreensível porque os portugueses haviam chegado à Ásia contornando aquele litoral.

É a primeira vez que temos referência em mapas ao Meridiano de Tordesilhas, fruto de tratado entre Portugal e Espanha assinado em 1494 na cidade espanhola de mesmo nome. É identificado com os seguintes dizeres: “Este he o marco dantre Castella e Portugal”. Pela primeira vez entre os mapas conhecidos aparece a palavra “brasil” para indicar o “Rio de brasil”, hoje denominado “Rio Buranhém”. Encontramos

também os primeiros topônimos dados pelos portugueses, os quais permanecem até hoje: “Porto Seguro”, “Baía de todos Sanctos”, “Rio de São Francisco” e “Cabo de Santa Marta”.

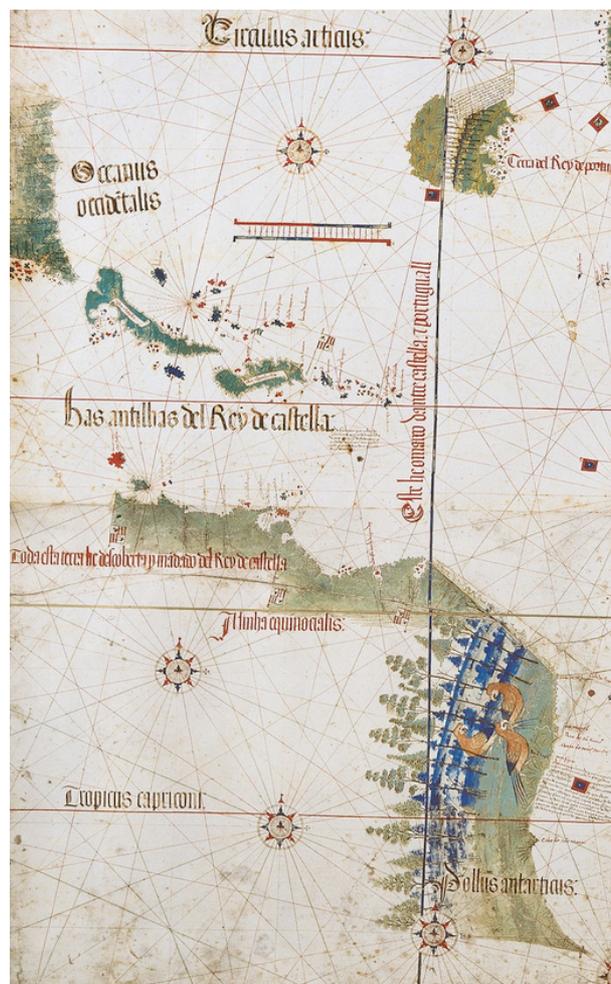


Figura 1. *Planisfério de Cantino*. 1502. Biblioteca Estense Universitaria. No pormenor a costa do Brasil e a linha do Tratado de Tordesilhas.

Mapa como imagem

Segundo Burke, as imagens assumem a posição, junto aos textos escritos e testemunhos orais, como evidências na pesquisa histórica. Para ele, evidências é o termo mais adequado ao tratar de imagens, pois compõem como peças de um quebra-cabeça a narrativa a que se busca chegar com a pesquisa.

O uso de imagens, em diferentes períodos, como objetos de devoção ou meios de persuasão, de transmitir informação ou de oferecer prazer, permiti-lhes testemunhar antigas formas de religião, de conhecimento, crença, deleite, etc. Embora os textos também ofereçam indícios valiosos, imagens constituem-se no melhor guia para o poder de representações visuais nas vidas religiosa e política de culturas passadas (2004, p. 17).

Expressão da visão de mundo do seu produtor as imagens têm a característica de dar acesso ao passado, e devem ser encaixadas no contexto da época para assim tornar possível a leitura de seu testemunho. Lembra Burke que “imagens são feitas para comunicar” (2004, p. 43), transmitindo mensagens de seus criadores, e o estudo iconográfico é o exercício da interpretação das mensagens.

Considerando, então, que imagens são feitas para serem “lidas”, entende-se que narrativas ofertadas pela imagem requerem do pesquisador a capacidade de leitura das entrelinhas, dos pormenores, dos pequenos detalhes escondidos na simplicidade, na aparente obviedade ou no seu forte impacto visual.

As ideias de determinado sujeito ou grupo em determinada época são representadas graficamente pelo desenho (Almada, 2011, p. 184). No caso da cartografia, projetar ou elaborar mapas está intrinsecamente associado às intenções, conceitos, habilidades e saberes, que segundo Panofsky (1986, p. 53), é a etapa da interpretação da iconologia, fase posterior ao primeiro momento, no qual o leitor diante da obra precisará dedicar-se a decodificar, descrever, classificar, ou seja, submeter ao estudo iconográfico.

Em *Investigando Piero*, Ginzburg (2010) procura resolver por meio da iconografia a atribuição, autoria e datação de três imagens. Analisa o desenho e relaciona-o à vida do autor, e ao ambiente social da época. É um constante diálogo, originado do exame atencioso dos elementos narrativos presentes nas imagens, ou seja, a capacidade de identificar e interpretar os símbolos das vivências, do conhecido

e do desconhecido, orientações e intenções do produtor das imagens. Mas Ginzburg deixa evidente que os dados documentais externos as imagens são imprescindíveis. A análise da imagem isolada, sem o aparato textual, sem o questionamento promovido pelo cotejamento dos documentos, pode conduzir a linhas de interpretações equivocadas, como por exemplo, autorias e datações.

A atenção aos detalhes é a oficina de Ginzburg, que opera os indícios que identifica para o entendimento do todo, como age Sherlock Holmes na resolução dos crimes: “Não invisível, mas não percebido, Watson. Você não soube para onde olhar e por isso deixou de notar tudo que era importante” (Doyle, 2005, p. 157). O paradigma indiciário de Ginzburg eleva dados (sinais) aparentemente negligenciáveis, os fragmentos que permitem enxergar um meio social mais amplo, para “remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente” (p.152).

O cotejamento de textos e imagem requer conhecimentos sobre a cultura do período que se propõe a estudar. Parece claro para Burke (2004, p. 46) a necessidade de se familiarizar com os códigos culturais, e para Leite (1998, p. 40) é indispensável um conhecimento preexistente da realidade representada na imagem, para que possa oferecer evidências valiosas, por vezes raramente registradas ou de difícil visualização em textos.

É extremamente tentadora a busca pela determinação de autorias e datações a mapas, como também atribuições de cópias a documentos que apresentam certas semelhanças; em muitas situações, esses movimentos são rápidos e pecam por negligenciar aspectos interessantes e necessários para interpretação cartográfica, fase que em muitos casos sequer ocorre. Tratar mapas considerando somente datações e autorias é, sem dúvida, uma postura reducionista, limitadora de toda possibilidade informacional e de aprendizado fornecida pelo documento. A mesma crítica cabe àqueles que acreditam que os responsáveis pela elaboração dos mapas coloniais, dominavam amplos conhecimentos do fazer cartográfico, do estabelecimento de coordenadas e, principalmente, do território mapeado, e assim esquecem de considerar as lacunas, as ausências. Identificam e julgam erros como falhas imperdoáveis, desconsideram o fato de que são homens no esforço da compreensão

de territórios por eles muitas vezes desconhecidos, e representados conforme os conhecimentos que absorveram e às intenções as quais estavam associados.

Em se tratando de mapas portugueses do século XVIII, a análise iconográfica deve levar em conta as orientações do *Tratado do modo o mais fácil e exacto de fazer as cartas geográficas, assim de terra como de mar, e tirar as plantas das praças* (1722) e do *O engenheiro portuguez* (1728-1729), trabalhos de Manoel de Azevedo Fortes, engenheiro-mor responsável pela reformulação do ensino cartográfico em Portugal. Os seus manuais foram aplicados na produção do conhecimento da América colonial, de certa forma padronizando e regulamentando códigos, tornando o documento legível para o grupo que detinha o saber. A identificação e a decodificação desses indícios reforçam o que já vem sendo dito em termos da linguagem na imagem, e caracteriza os mapas como peças fundamentais para o domínio e divulgação dos interesses lusos na conquista dos territórios coloniais.

Segundo Harley (2005, p. 85-87), os mapas coloniais são documentos arbitrários, na medida em que representam o que se conquistou, mas também o que se pretende conquistar, com o olhar imperialista indiferente às responsabilidades sociais e suas consequências. De fato, comunicam a posse por meio de símbolos culturais expressos e reconhecíveis pelos pares.

A cartografia também utiliza elementos escritos para comunicar o processo da conquista. As palavras complementam as informações visuais e são consideradas por Sapir (1961, p. 44) “um complexo de símbolos refletindo todo o quadro físico e social em que se acha situado um grupo humano”. Esse complexo simbólico, que resulta da apreensão do mundo, portanto fundamental sua inserção no contexto, segundo Sapir requer uma organização linguística com base nas referências motivadoras da palavra. Portanto sugere a organização em grupos de ambientes de natureza física e social, assim descritos:

- Físicos: aspectos geográficos, como topografia da região (costa, vale, planície, chapada ou montanha), clima e regime de chuvas, fauna, flora e recursos minerais do solo.

- Sociais: as várias forças sociais que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo. Entre as mais importantes, estão a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte.

A proposta de Sapir é acompanhada por Dick, a confluência teórica de ambos está respaldada na atividade humana de atribuir nomes aos lugares. Para Dick, o batismo de um lugar registra no nome a cosmovisão dos indivíduos e do grupo social ao qual estão ligados. Esses registros são denominados topônimo, a origem do nome, o termo motivador que explica a gênese da apropriação do lugar pelo homem. Sendo assim o topônimo é um indício para a história, evidencia as ações humanas no local.

Observando os diferentes sistemas culturais, em que topônimos, ou nomes próprios de lugares, se inscrevem como instrumentos hábeis de pesquisa, verifica-se que o sentido desses denominativos é o ponto de partida para investigações que, se, antes, se definiam apenas como linguísticas, hoje se inscrevem, também, nos campos da geografia, da antropologia, da psicossociologia, enfim, da cultura em geral para, num aprofundamento, procurar compreender a própria mentalidade do denominador, não só como elemento isolado, mas como projeção de seu grupo social (Dick, 1987, p. 8).

Tomando por referência os topônimos doados pelo processo de conquista do território, Dick estabelece uma catalogação, com vinte e sete taxonomias, de modo a dar condições de promoção dos estudos referentes aos ambientes dominados por uma sociedade específica. Os topônimos produzem significados quando articulados em rede e em correspondência com os signos iconográficos.

Lembrando Burke (2004, p. 237), a série de imagens, diferentemente da imagem isolada, “oferece testemunho mais confiável que imagens individuais”. De fato, o autor ressalta que uma imagem, ou a promoção do estudo de várias imagens sem conectá-las, pouco contribui para responder a uma época, portanto é a interpretação do conjunto cartográfico que melhor contribui para a compreensão dos documentos estudados e dos períodos.

As preocupações acerca do uso da representação associada ao texto já de algum tempo é objeto de análise. Estudos verificam a dificuldade em ler a imagem, decodificar sua narrativa, sendo uma forte barreira para considerar a representação como fonte capaz de fornecer informações, até porque a não compreensão do documento impossibilita realizar as perguntas necessárias à pesquisa. Assim, a opção

pelo movimento contrário, ou seja, adaptar ou construir uma imagem adequada ao argumento do texto é um processo mais seguro.

Os textos visuais, associados com maior frequência ao contexto artístico e social, ficaram relegados à condição de ilustração dispensável ou superlativa. Muitas vezes são deixados de lado, pela ambiguidade e pelos obstáculos de suas leituras [...] embora habitualmente a linguagem visual seja considerada de transmissão direta, ela acaba tendo uma postura parasitária em relação à linguagem verbal (Leite, 1998, p. 39).

É importante considerar que uma imagem, por exemplo, um mapa do século XVIII, pode criar dificuldades ao desenvolvimento do texto, pois o conjunto de códigos e símbolos reunidos na representação possui sentidos muito particulares, destacando o fato de que a cartografia do período procurava sintetizar o que se sabia e o que se imaginava sobre o território, e comunicar visualmente, muitas vezes de forma generalizada, o que se interpretava da realidade.

Os mapas antigos são, nos seus devidos períodos, fontes importantes a serem consideradas como uma expressão otimizada, a melhor possível, da sua própria época. Os autores da cartografia do século XVIII se esforçaram para legitimá-la como imagem fiel do espaço representado, e por isso são a essas imagens que hoje podemos recorrer para estudar o período.

Parte I

Capítulo 1. Mapa como conjunto

Conforme proposto por Burke (2004, p. 180) alguns aspectos devem ser considerados ao estudar imagens. O conjunto oferece informações mais confiáveis do que imagens isoladas. Deve-se considerar que as imagens acessam visões contemporâneas daquele mundo e, portanto devem ser encaixadas em contextos próprios para assim permitir análises de suas possibilidades como documentos. Sendo assim importante se atentar as entrelinhas para leituras dos detalhes e ausências.

Mesmo cientes de que nosso trabalho tem por tema a cartografia histórica produzida em Goiás na segunda metade do século XVIII, na verdade as pesquisas sobre a cartografia histórica de Goiás que vimos implementando nos últimos anos nos permitem fazer algumas inferências sobre um conjunto cartográfico mais amplo. E isso, para lançar luzes ao recorte temporal que decidimos estabelecer nesta tese.

Quando nos referimos ao fato de que, em relação à cartografia, o conjunto oferece informações mais confiáveis do que imagens isoladas, não estamos nos referindo apenas à ideia de que os elementos do mapa devem ser vistos no conjunto da representação iconográfica de um mapa em particular e, nem somente ao fato de que se deve levar em conta o contexto histórico em geral.

O que queremos chamar a atenção na produção cartográfica goiana, quando nos referimos a uma visão de conjunto, é a possibilidade de analisar um conjunto de vários mapas com semelhanças entre si. As características específicas da cartografia de Goiás, para o século XVIII, permitem uma abordagem que supera a análise de mapa a mapa, a qual finda por priorizar o estudo de cada mapa como um ente individual. Hermeneuticamente estamos sugerindo que em Goiás há a possibilidade de partir de uma visão do todo, ou seja, unir vários mapas que tenham semelhanças entre si para uma melhor compreensão de cada mapa em particular.

Nos últimos anos, aqui e ali, aos poucos, estão sendo publicados artigos que estudam alguns mapas específicos, contudo, uma abordagem em que os mapas são estudados dentro de conjuntos abrangentes com características comuns, num recorte temporal maior e delimitado, ainda não foi apresentada para Goiás.

A proposta de uma abordagem a partir de conjuntos de mapas começou a surgir no processo de pesquisa e digitalização dos mapas desenvolvidos sob a minha coordenação no Arquivo Público do Distrito Federal. Aprofundou-se na dinâmica de preparação da leitura paleográfica. No desenvolvimento dessas atividades, constatamos várias semelhanças na forma geral de alguns mapas como se fossem versões a partir de um mapa-modelo. Pareceu-nos encontrar, para um dado período, certa continuidade na representação de Goiás.

A ideia de que era possível encontrar grupos de mapas semelhantes solidificou-se definitivamente quando comparamos um dos mapas mais usados pela Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil: a *Carta da Província de Goyaz*, de Joaquim Moraes Jardim. Nele, os integrantes da Comissão encontraram diversos erros, chegando a conclusão, no relatório final (1894), que os mapas de Goiás eram “grosseiramente mal figurados” (Cruls, [1894] 2003, p. 173). Como tínhamos mapas anteriores àquele, uma simples comparação fez-nos perceber que o mapa de Moraes Jardim era semelhante, até nos erros encontrados pela Comissão, à *Carta Corográfica Plana da Província de Goyaz*, de Raimundo José da Cunha Matos. A partir daí fomos comparando o conjunto de mapas e concluímos que é possível, para os mapas de Goiás do século XVIII e XIX, apresentá-los a partir de conjuntos, os quais iremos designar por “padrões cartográficos”.

1.1 Mapa como padrão

Em nossa hipótese, o “padrão” se refere à dinâmica de produção de novos mapas a partir de um mais antigo que serviu de referência. É aceito na cartografia portuguesa o padrão estabelecido com base no *Mapa de Portugal* (1561), de Fernando Álvares Seco, servindo de modelo às representações daquele reino durante um século. A bibliografia portuguesa interpreta a permanência de um modelo como resultado de um período no qual não houve investimentos no conhecimento do território (CNCDP, 1997, p. 48-49).

Nos mapas de Goiás dos séculos XVIII, encontramos conjuntos de mapas que seguem uma forma geral. Há uma espécie de força inercial a modelar novos mapas a

partir de mapas anteriores dos quais, usando critério cronológico, é possível chegar a um primeiro que dá parâmetro ao conjunto.

Essas semelhanças se referem ao modo de representar o espaço de “Goyaz”, ou seja, à forma geral do desenho do mapa, cujas repetições nos seguintes passam a impressão de uma cópia melhorada. Alguns elementos aqui e ali foram acrescentados ou atualizados, mas o escopo geral continua o mesmo, ou seja, as latitudes e longitudes são repetidas, resultando em enorme semelhança nos novos mapas elaborados. Por isso afirmamos fazerem parte de um mesmo “padrão”, pois os acréscimos não foram suficientes para modificar radicalmente a forma.

Contudo, ao sugerir os padrões cartográficos longe estamos de querer colocar a rica cartografia goiana num “mesmo saco”, simplificando a compreensão das semelhanças quando, de fato, essa dinâmica envolve questões que ainda hoje precisam ser mais bem estudadas, pois envolvem o outro sentido da palavra conjunto, ou seja, variáveis de cunho econômico, social e administrativo, para as quais cada mapa foi elaborado, apesar de graficamente usar o modelo geral de um mapa mais antigo.

Em nossa hipótese, daremos o nome a cada um dos “padrões” a partir daquele considerado o autor ou, no caso de não identificado, o organizador do primeiro mapa daquele conjunto com características afins. Ou seja, o responsável pela fazedura do mapa mais antigo nomeia o “padrão”. Exemplificando: o primeiro mapa de Goiás foi feito a partir da solicitação de Ângelo dos Santos Cardoso, secretário do primeiro governador de Goiás. O secretário não nomeou o autor, apenas afirma que esse primeiro mapa foi conseguido “de um sujeito capacíssimo na matéria de fazer mapas, que pessoalmente viajou quase toda a imensa extensão dos referidos caminhos e de propósito lavrou a meus rogos o [mapa] que remeti” (AHU_ACL_CU_008, Cx. 12, D. 740). Razão pela qual denominamos os mapas produzidos a partir desse primeiro como “Padrão Ângelo dos Santos Cardoso”.

Podemos nos perguntar: o que faz surgir novos “padrões” para a cartografia em Goiás dos séculos XVIII e XIX? Ou sendo mais direto: quando um mapa se torna aquele que irá dar início a um novo “padrão” e, portanto, será usado como referência para mapas posteriores? Nossa pesquisa permite afirmar que um mapa se firma como

referência para outros e, portanto, dá origem a um novo “padrão”, quando é produzido a partir de novos levantamentos feitos em campo - *in loco* - por pessoas com competência técnica, ligadas ao Estado e no exercício de atividades do poder público. Em todos os três mapas do século XVIII e XIX que dão origem aos três “padrões cartográficos” encontrados para Goiás, pudemos constatar essas características em comum, ou seja, todos se encaixam perfeitamente nessa condição.

Do mesmo modo, para o mapa que dá início ao segundo padrão – o Thomas de Souza – encontramos o relato do Sargento Thomas de Souza, do regimento da Cavalaria Auxiliar da Capitania de Goiás, informando que elaborou o mapa em 1778 com base nos levantamentos adquiridos em viagens do Governador José de Almeida de Vasconcelos Soveral e Carvalho, nas quais o autor do mapa acompanhou o governador. O trabalho de campo para a confecção desse mapa é confirmado por Alencastre, em clássica obra sobre Goiás, quando relata as atividades do Governador Soveral e Carvalho,

sendo o único governador que percorreu toda a capitania, tinha omais exato conhecimento do seu território [...]. Esse conhecimento serviu-lhe, sobretudo, para levantamento da carta da capitania, e melhor divisão dos Julgados. No levantamento da carta teve o mais sério cuidado, não só pelo gosto de empregar-se em trabalhos desta natureza, de que era apaixonado, como pelas recomendações que a este respeito tinha recebido do presente do real erário, Marquês de Angeja (1979, p. 215-216).

Por fim, o mapa que inicia o terceiro padrão - Raimundo Jozé da Cunha Matos - foi elaborado por Cunha Matos em 1826 com base nos levantamentos realizados em suas viagens como Governador das Armas de Goiás das quais escreveu volumoso relato, cujo extenso título é *Itinerário ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiaz, seguido de huma descrição chorográphica de Goiaz, e dos roteiros desta província as de Mato Grosso e São Paulo*.

A respeito desse mapa que organizou “para acompanhar os seus Itinerários”, relata.

A maior parte do que escrevo foi por mim visto e examinado: fadigas extraordinárias, perigos iminentes são a moeda que me custou esta minha obra. Não afianço a perfeição dela, porque na mesma França e Inglaterra não há perfeição absoluta em matérias geográficas; eu fiz quanto pude, e ainda mais faria se tivesse quem me auxiliasse. [...] Os meus Itinerários e o Resumo Corográfico da Província de Goiás vão acompanhados do mapa geral dela, e dos Termos dos Julgados do Araxá, e Desemboque, da Província de Minas Gerais, em três grandes folhas, e da carta de

marcha desde o Rio de Janeiro até a Serra da Marcella da dita Província de Minas Gerais.

E conclui:

devo pedir aos Srs. que se acham à testa da Administração Pública de Goiás, que continuem e aperfeiçoem os meus escritos: eu emendei os antigos mapas da Província em mais de três mil pontos diferentes, por onde transitei, e daqueles de que recebi informações em que podia de certo modo confiar. Ninguém pense que os meus mapas são absolutamente exatos: eu o declaro nos Itinerários. Se eu fiz mais de três mil emendas nos antigos mapas manuscritos, agora pelos Itinerários e mapas impressos, proporciono os meios convenientes de se proceder a novos exames e às correções inumeráveis que será necessário praticar. Eu apenas transitei pelas estradas gerais de Goiás; não fiz explorações pelas terras desertas e ainda nas povoadas que ficavam fora de minha linha de marcha: só afixo aquilo que eu mesmo observei; e deixo a outros melhores do que eu, o mais que entenderem ainda faltar. A Província de Goiás não podia ser explorada em dois anos por um homem quase desacompanhado, e que, além dos entretenimentos geográficos, tinha muitas outras coisas em que cuidar (2004, p. VIII).

Portanto, não era qualquer mapa que aos poucos passava a servir de referência para a produção de novos mapas de Goiás. Eram mapas cujo lastro técnico a partir de pesquisas feitas em campo, bem como a autoridade do produtor eram incontestáveis.

Contudo, ressaltamos novamente que essa hipótese para a apresentação do conjunto de mapas que representam o território de Goiás dos séculos XVIII e XIX ainda exige muito mais pesquisas. Será que o conjunto de mapas estudados é suficiente para confirmar a hipótese? Será que um novo mapa, a ser encontrado, não poderá ser aquele que deu início a um “padrão cartográfico” aqui sugerido ao invés daquele mapa que apresentamos? Será que há mais “padrões cartográficos” que os três aqui apresentadas para o período sugerido? O que poderá trazer de novidade, para os estudos cartográficos, a análise de conjuntos de mapas com semelhanças entre si? A abordagem por meio de “padrões cartográficos” é um caminho útil para uma melhor compreensão da cartografia goiana em particular, ou da cartografia brasileira em geral?

Além dessa perspectiva, no sentido de estudar vários mapas pelas semelhanças que apresentam entre si, a noção de “conjunto” quer referir-se também ao fato de que, em se tratando de mapas históricos, é importante compreendê-los como reflexo de uma época na qual sua elaboração naturalmente é motivada por interesses e argumentos próprios do período. Os personagens diretamente

participantes na construção do documento estão racionalmente cercados de motivações que os conduzem a expressar em imagens, com emprego de técnicas aceitas e conhecidas, a mensagem destinada a seus pares. Observa Furtado (2010, p. 25) que “todo mapa é um conjunto de signos, símbolos que só podem ser compreendidos e decodificados com base nos elementos da própria cultura na qual foi elaborado”.

1.2 Cartografia dos sertões

A importância dessas afirmações adquire ainda maior incidência para o caso de Goiás. Isso porque não estamos falando do território litorâneo da colônia portuguesa na América, onde não foram enfrentados problemas de fronteira com territórios vizinhos. A cartografia de capitanias como Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco ou Maranhão, possui problemas relativos de fronteira apenas *ad intra*, ou seja, no processo de formação das regiões administrativas, principalmente após o início do ciclo da mineração.

Entretanto, Goiás está nos sertões. Em consequência, para se entender adequadamente a história dos seus mapas devemos voltar ao passado para entender como os portugueses e luso-brasileiros conquistaram os sertões, pois é do processo de conquista destas vastas regiões que nasce a necessidade de cartografar. E para isso é necessário: a. contextualizar como Portugal iniciou pioneiramente a produção de mapas baseados em Astronomia e como essas técnicas influenciaram a cartografia dos sertões, quando para cá vieram a fim de resolver os problemas de fronteira com a Espanha; b. contextualizar a descoberta de ouro nos sertões e como a nova realidade incidiu na produção de mapas; c. contextualizar as expedições dos sertanistas pelos “certoens” e como produziram seus mapas e, finalmente; d. reavaliar o quanto os ameríndios da América portuguesa, profundos conhecedores dos sertões, influenciaram a produção dos mapas dos sertanistas. Portanto, para entender a produção dos mapas de Goiás é fundamental termos em perspectiva um tempo mais longo a fim de conhecermos os atores que de uma maneira ou de outra entraram pelos sertões e cartografaram esse espaço.

Podemos afirmar, que a cartografia oficial dos sertões da colônia portuguesa da América, região onde se encontra Goiás, vai iniciar-se num período em que “a fronteira entre os territórios dos países ibéricos na América era (...) ainda uma raia fluida, condicionada à progressiva ocupação do espaço” (Bicalho, 1999, p. 80). Era um território cuja indefinição da soberania fazia com que a cartografia, no sentido de uma representação gráfica da presença de um Estado em uma região, fosse a expressão e prova de que aquele território desenhado no mapa tinha um dono.

Usamos intencionalmente a expressão “cartografia oficial” para separar da rica cartografia produzida pelos sertanistas e outros em suas atividades. Por ela, entendemos os mapas produzidos por determinação ou sob a coordenação do Estado português ou de qualquer um de seus representantes no desempenho das atribuições de seu cargo.

Para dar início aos trabalhos de elaboração de novos mapas do interior da colônia, foram enviados dois padres jesuítas. Devido ao profundo conhecimento em matemática e no uso de instrumentos astronômicos que permitiam o cálculo de latitude e longitude, foram chamados de padres matemáticos: o italiano Domingos Capacci e o português Diogo Soares. Partiram de Portugal em 1729. A tarefa dada pela Coroa não poderia ser mais explícita em relação aos seus objetivos: “fazerem-se mapas das terras do dito Estado, não só pela marinha, mas pelos Sertões”, a fim de “se evitarem as dúvidas e controvérsias que se tem originado dos novos descobrimentos que se tem feito nos Sertões daquele Estado de poucos anos a esta parte” (Cortesão, 1957, tomo II, p. 213).

A preocupação em mapear corretamente os sertões fica mais evidente na provisão de D. João V aos padres matemáticos, em que se descrevem as instruções detalhadas para a confecção dos mapas, encontramos três vezes citada a palavra “certões”, com as seguintes indicações:

- 1ª) Convém muito que se façam mapas o mais que for possível dos vastos certões;
- 2ª) Deveis apresentar os limites que tem cada um dos governos entre si [...], porque se agora não tem havido divisa regular, principalmente pelos certões, ficando essa matéria ao arbítrio das gentes;
- 3ª) Também apontarei nos mapas os caminhos e estradas que há pelos certões, apontando com uma cor as que se praticam, e com outras as que vos parecerem mais cômodas e breves (Cortesão, 1957, tomo II, p. 215).

Consideramos que é a partir desse momento que podemos inserir o sertão da colônia na história da cartografia oficial dirigida pelo Estado português. A maioria dos mapas até os inícios dos setecentos trazia muitas informações sobre o litoral e muito poucas sobre o interior. De agora em diante, no afã de se conhecer melhor o interior, vários mapas serão produzidos, dando início às primeiras representações cartográficas dos sertões e, nessas representações, partes daquilo que mais tarde será a Capitania de Goiás começará a se fazer presente.

A fim de servir de referência para os mapas a serem elaborados, os padres matemáticos determinaram a posição do Meridiano do Rio de Janeiro que passa pelo Morro do Castelo, onde mais tarde os jesuítas instalariam o primeiro Observatório Astronômico do Brasil. Desse modo,

o cálculo das Longitudes, ao contrário do que determinava a razão, e de acordo com a precaução e a necessidade de se manter segredo, sobretudo em relação aos espanhóis, fora feito tomando como parâmetro não o meridiano de Paris, como era então de praxe e procedimento reconhecido em toda a Europa, mas, ao contrário, o meridiano do Rio de Janeiro, dificultando assim a sua leitura e tradução (Bicalho, 1999, p. 84).

Tal postura era compreensível. Tratava-se da elaboração dos primeiros mapas do interior, mapas que iriam revelar onde os portugueses estavam formando os primeiros núcleos urbanos, os sistemas hidrográficos naquele período essenciais para viagens de longa distância e os caminhos para os sertões, todos elementos estratégicos. Mas, acima de tudo, iriam revelar que os avanços portugueses em direção ao Oeste estavam acontecendo bem além da linha imaginária do Tratado de Tordesilhas e, portanto, em território considerado espanhol. Ao escolher o meridiano do Rio de Janeiro, os padres estavam de certa forma evitando revelar para aqueles que não sabiam qual o meridiano que estava sendo usado como referência, a posição dos portugueses e das demais informações estratégicas que um mapa pode revelar.

Essa intenção de esconder é confirmada pelo fato de que nesse período, em se tratando do ponto de partida para determinar a longitude, “era frequente nas cartas topográficas, corográficas e geográficas feitas pelos engenheiros militares no Brasil o posicionamento das cidades em relação ao Meridiano da Ilha do Ferro ou ao Meridiano de Paris” (Bueno, 2007, p. 40). Os trabalhos de localização de diversos pontos geográficos, cujas coordenadas deveriam mais tarde serem lançadas em um

mapa, foram iniciados por Diogo Soares no Rio de Janeiro, dirigindo-se após ao Rio da Prata, a São Paulo e, finalmente, aos sertões.

A produção cartográfica dos padres matemáticos foi inconclusa, conclui-se com base no conjunto que se conhece atribuídos a eles. Se tivessem realizado o trabalho conforme encomendado pelo rei, teríamos o fantástico levantamento cartográfico e descritivo correspondente ao extenso espaço brasileiro, incluindo as minas de Goiás. Apesar de incompleta, a Revista do Instituto Histórico Brasileiro publicou uma lista das latitudes e longitudes observadas por eles, o que nos oferece uma ideia geral das regiões dos sertões em que estiveram (1882, tomo XLV, p. 125-46).

Deste trabalho de campo chegou até nós “uma longa lista das Latitudes que os dois Padres observaram e uma única longitude, a da vila de Goiás. Dentre as Latitudes desta lista, [...] 33 pertencem à [Capitania] de Goiás” (Cortesão, 1957, tomo II, p. 195). Infelizmente, para os que produziam mapas de Goiás no século XVIII, as observações de latitude e longitude ficaram guardadas sob sigilo de Estado. Prova disto é que Tosi Colombina, numa de suas longas legendas daquele que é considerado o segundo mapa de Goiás (1751), pede desculpas pelas inexatidões de sua carta na “incerditão do interior destes sertões” e comenta que estariam mais “apparente com a verdade” se ele pudesse contar com as informações do “Padre Diogo Soares da Companhia, matemático requerido expressamente desta Corte para isso”. Tosi Colombina lamenta, que “o pouco ou muito que [Diogo Soares] tinha encontrado não o tinha comunicado nestas partes”.

Segundo a interpretação de Jaime Cortesão (1957, tomo II, p. 210), o trabalho desenvolvido durante dezoito anos pelos padres matemáticos,

foi a primeira expedição geográfica e cartográfica, enviada a qualquer das Américas por uma nação europeia, com fins sistemáticos de Estado, como estudo preparatório para delimitar a soberania política entre os domínios de nações confinantes.

Definitivamente, nos sertões do Brasil, dão-se as mãos o poder e os mapas.

Hoje, portanto, para aproximarmos da condição que permita realizar essas leituras, é fundamental formular a análise considerando o período, os ambientes físicos e sociais em que as informações foram registradas na representação, e os procedimentos adotados na confecção dos mapas por meio de normas, técnicas e

métodos de feitura.

Em qualquer estudo iconográfico, só através do contexto se pode descobrir adequadamente o significado e a importância do objeto de análise. Tais contextos podem ser definidos como as circunstâncias em que se fizeram e usaram os mapas (Harley, 2005, p. 84).

É neste contexto desafiador (dificuldades próprias do estudo iconográfico, a relevância do conjunto e referenciais da época), que se inserem os estudos da cartografia histórica, desafio aceito como objeto desta pesquisa, em que se propõe compreender a ocupação territorial por meio da produção cartográfica, exercer a análise criteriosa da complexidade de informações expressas nos mapas, identificar a participação dos diversos atores e suas intenções, analisar as datações e circunstâncias do período, são questões que motivaram a busca por congregar os elementos, muitas vezes dispersos, que compõem a cartografia histórica de Goiás.

Capítulo 2. Renovação no ensino cartográfico em Portugal

Os cosmógrafos que orientaram as navegações, as conquistas de terras novas e mapeamentos costeiros durante os séculos XV e XVI, cederam lugar às necessidades de interiorização destas conquistas, que ensejavam o conhecimento das potencialidades do território e das possibilidades de usufruir economicamente, além do mapeamento e de investimentos estruturais para garantir a presença, a administração e a defesa dos interesses do Estado.

Uma política expansionista convertera-se, em fins do século XVI, numa política de efetivo conhecimento, controle e consolidação do domínio das terras descobertas no ultramar. Nesse contexto de mudança, o início do triunfo desse novo personagem é compreensível, em se tratando de um período em que não estavam mais em jogo mapeamentos costeiros, mas a interiorização, levantamento de potencialidades econômicas e reconhecimento dos aspectos geográficos das terras descobertas para seu efetivo controle e posse. A representação do território das conquistas ultramarinas, para além da faixa costeira, implicou o investimento nos engenheiros militares, capazes de realizar levantamentos topográficos, corográficos, geográficos e hidrográficos, além de projetar e construir complexos sistemas de defesa militar (Costa, 2007, p. 33).

Portugal procurava se assegurar da posse de suas colônias, principalmente frente aos questionamentos de Castela na América do Sul, pois sabia que havia avançado em muito no território para além do Tratado de Tordesilhas, com a descoberta de ouro em Goiás e Mato Grosso. Sabiamente, D. João V estimulou a difusão da ciência geográfica, investindo na constituição de escolas e no aprimoramento do ensino nas províncias do reino e nas conquistas ultramarina.

Em 1720 o rei nomeou Manoel de Azevedo Fortes (1660-1749), engenheiro-mor do reino, e o encarregou dos serviços da geografia e da cartografia de Portugal e das províncias ultramarinas. Entre as mais significativas contribuições à expansão dos domínios portugueses, está a renovação no ensino das técnicas aplicadas à arquitetura, ao levantamento topográfico e geográfico, e a padronização da representação em papel dos levantamentos em campo. Os tratados de sua autoria, manuais para utilização prática, orientaram a formação técnica de engenheiros em academias, então capacitados por meio de sólida formação, a desempenhar funções necessárias ao conhecimento sobre as colônias de ultramar. Estrategicamente pretendia-se atender a carência por engenheiros e capacitar tecnicamente

funcionários, os preparando para os desafios colocados ao domínio e consolidação dos territórios ultramar, e principalmente criar condições para a elaboração do estudo amplo da colônia por meio de um Atlas do Brasil.

A proposição do mapeamento da América lusa intencionava atualizar os conhecimentos sobre o território, com vistas a ampliação do Estado na administração dos descobertos de ouro e diamante. Costa, destaca três justificativas para a elaboração do levantamento cartográfico do Brasil.

1. O avanço dos jesuítas espanhóis no povoamento dos sertões, em pontos ao longo do Rio Paraguai, entre o Uruguai e o Mato Grosso;
2. Constatação de que a cartografia de referência para o território português na América ainda era a dos atlas da família Albernaz, da primeira metade do século XVIII. Esses documentos traziam informações sobre a costa, mas nenhuma informação sobre o interior do território, e
3. A apresentação da dissertação de Guillaume de L'Isle, primeiro geógrafo do rei da França, em 27 de novembro de 1720. De L'Isle defendia que tanto as terras do Cabo do Norte quanto o território da Colônia do Sacramento ficavam a oeste da Linha de Tordesilhas e portanto não pertenciam ao território português (2007, p. 105).

Ao terceiro item, couberam as motivadoras provocações a urgente atualização do conhecimento cartográfico sobre o Brasil. Guilherme de L'Isle mexera àquela altura num vespeiro, pois o monarca português sabia que os avanços sertanistas tinham extrapolado as fronteiras combinadas e entrado em território espanhol, sem o conhecimento deste. Conflito com a Espanha se projetava no além-mar; Portugal deveria agir imediatamente e elaborar argumentos consistentes para sua diplomacia justificar a ocupação e contradizer o que de fato fez foi enganar as alegações espanholas.

a expansão paulista se alargara por tal e tão súbita forma para Oeste, que àquela data [1720] se estava processando uma nova abalada humana em direção ao *placer* de Cuiabá, na região do Alto Paraguai, e fóra do âmbito da soberania portuguesa, até então imaginado por qualquer tratado. Um marco de ouro assinalava novos limites, em potência, do Brasil. Dir-se-ia que um filão dourado corria desde leste, da zona dos Altos Rios Doce, das Velhas e das Mortes até ao Alto-Paraguai e, possivelmente, aos afluentes terminais do Tapajós ou do Madeira. O problema das longitudes renascia, sob novo e mais grave aspecto. O Rei olhara talvez uma carta da América com olhos deslumbrados e receiosos... (Cortezão, 2001, p. 280).

O avanço técnico e o conhecimento incentivado pela competição com Espanha obtiveram resultados extremamente favoráveis para o desenho da América

portuguesa que se consolidou no século XVIII - desenho é aqui tomado como a representação gráfica do pensamento, das ideias e intenções - e na época Portugal planejava organizar o “Brasil internamente, dando forma aos limites entre as capitanias e bispados, que progrediam em função das entradas e dos descobrimentos, e à própria divisão entre os Estados do Brasil e do Maranhão” (Cortesão, 2001, p. 107). Definidos os limites, pretendia garantir a posse, portanto o poder, perante a Espanha por meio de provas cartográficas a subsidiarem a consolidação de tratados territoriais, como de fato o fez no decorrer dos setecentos.

Para maior compreensão sobre a formação dos engenheiros militares em Portugal e suas atuações e contribuição no Brasil no período colonial, é fundamental a tese de Beatriz P. S. Bueno, *Desenho e Desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. Conforme a autora, para Azevedo Fortes o engenheiro era um cargo militar, e os candidatos à formação deveriam ser selecionados nos quadros militares reais. O militar, acostumado a doutrina e treinamento próprio do meio, acreditava-se que estaria preparado para assimilar um programa de ensino voltado para situações de emprego na defesa do reino, fosse ao planejamento e construção de fortes e outras instalações militares, ou em ações em condições de guerra.

Hum bom Engenheyro ha de ser hum Soldado com disposiçaõ valerosa, creado com doutrina, & exercicio Militar; além disso há de ter sciencia para obrar em todas as funçoens da guerra, & tal que naõ achando meynos para atacar, ou defender huma Praça, elle mesmo os invente, & sayba o tempo, em que há de começar, & acabar as suas obras, & o que os inimigos poderaõ gastar em adiantar as suas, portandose nos mayores perigos com entendimento, valor, & dezembaraço: finalmente esta palavra Engenheyro, quer dizer hu Soldado prompto para todas as funçoens da guerra, ou seja ataque & defença das Praças, obras de Fortificaçaõ, alojamentos, ou intrinxeiramentos dos Exercitos; ou seja para os aproches, ataques geraes, ou particulares, & porque nele se deve achar disposiçaõ, estudo, sciencia, & pratica de todas estas cousas; & sem estas partes se lhe naõ pode dar o nome de bom Engenheyro (Fortes, 1720 apud Bueno, 2011, p. 205).

O cientificismo proposto pelo engenheiro-mor estava exposto no programa da Academia Militar da Corte, em Lisboa, servindo de modelo às demais academias, em Portugal e no Brasil, até o último quartel do século XVIII.

Programa do curso de formação (Bueno, 2011, p. 210-11).

1. Aritmética
2. Geometria Prática (longimetria – medida das distâncias acessíveis; planimetria – medida de áreas; estereometria – medida dos corpos sólidos; e trigonometria – medida das distâncias inacessíveis por triangulação)

3. Os elementos de Euclides
4. Perspectiva
5. Arquitetura, não só a militar, mas também a civil
6. Uso dos instrumentos geométricos
7. Doutrina dos triângulos retilíneos e cálculo das tabuadas dos senos ou dos logaritmos
8. Tirar toda a sorte de plantas – icnográficas, ortográficas e cenográficas
9. Reduzir as plantas de grandes a pequenas e vice-versa e, no desenho, acompanhá-las da configuração do terreno
10. Gnomônica e geografia para tirar a carta de um país
11. Mecânica e hidráulica para condução das águas, inclusive para a drenagem dos lugares alagadiços
12. Fortificação – projeto das Praças regulares e irregulares
13. Artilharia
14. Elaboração da planta, elevação e perspectiva de uma praça, palácio ou edifício particular, com a correspondente listagem dos materiais e ornatos necessários
15. Qualidade dos diferentes materiais construtivos: pedra, madeira, cal, terra

Academias militares criadas a partir do século XVII (Bueno, 2011, p. 220).

- Salvador – 1696
- Rio de Janeiro – 1698
- Goa – 1699
- Angola – 1699
- São Luís do Maranhão – 1699
- Recife – 1701
- Viana do Castelo – 1701
- Elvas – 1732
- Almeida – 1732
- Tavira e Belém – 1758

2.1 Engenheiros militares

Durante o século XVIII, conforme o levantamento de Bueno (2011, p. 330-334), somente 158 engenheiros militares encontravam-se em atuação no Brasil (entre 1700-1750: 58 engenheiros; no período de 1751 a 1800: 100 engenheiros), o que representa um quantitativo extremamente pequeno diante do investimento feito no ensino, e muito aquém da distribuição proporcional de profissionais nas Capitanias, considerando as dimensões territoriais do Brasil.

Portugal destinou grande número de engenheiros militares para as expedições científicas demarcatórias dos limites acordados pelos tratados de Madri (1750), que revogou o Tratado de Tordesilhas e definiu os limites das colônias portuguesa e espanhola na América; El Pardo (1761), anulou todas as disposições do Tratado de Madri, pelo argumento que a divisão entre as Coroas não fora respeitada; e Santo Ildefonso (1777), que manteve praticamente a proposta do Tratado de Madri,

sendo na região Sul entregue à Espanha, a Colônia de Sacramento e o território das missões jesuítas. Portugal recuperou a ilha de Santa Catarina e obteve o reconhecimento das terras na margem esquerda do Prata; e também para o desempenho de atividades nas fronteiras com o território espanhol, na construção de fortes e demais instalações militares. Do total de engenheiros acima descrito, 74 atuaram em Mato Grosso entre 1725 e 1799, ou seja, durante todo o período das disputas diplomáticas entre as Coroas ibéricas. Em Goiás, a quantidade de engenheiros registrados no mesmo período não passou de quatro, número infinitamente menor que Mato Grosso:

1. José Rodriguez de Oliveira - 1731
2. José Matias de Oliveira Rego – 1763
3. Thomas de Souza – 1767
4. Manoel Ribeiro Guimarães – 1782

Deste grupo, sabemos que o Sargento-mor Thomas de Souza foi responsável pela elaboração do *Mapa dos Julgados* da Capitania de Goiás (1778), do qual falaremos mais adiante, resultado das viagens que fez entre 1772 e 1773, acompanhando o governador Barão de Mossâmedes, José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho (1772-1778); Manoel Ribeiro Guimarães era soldado dragão do Regimento de Cavalaria quando, a mando do Governador Luiz da Cunha Menezes (1778-1783), realizou o desenho da planta urbana de Vila Boa (1782). Foi também responsável pelos traços da Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica (atual Museu da Inconfidência, Ouro Preto), quando Cunha Menezes era governador da Capitania de Minas Gerais, entre 1783 e 1788.

A respeito de José Rodrigues de Oliveira e José Mathias de Oliveira Rego não encontramos registro algum de suas práticas em Goiás. Constam no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), documentos² que confirmam a presença de Oliveira Rego como engenheiro, com a patente de Sargento-mor de infantaria na Capitania de Mato Grosso, no período de 1763 a 1766. Conforme João Carlos Garcia (2002, p. 22-24), Oliveira Rego atuou em Mato Grosso entre 1764 e 1772, a ele é atribuído obras de

² Documentos da capitania de Mato Grosso: AHU_ACL_CU_010, Cx 12, D. 703 e D. 720; AHU_ACL_CU_010, Cx 13, D. 775 e D. 778.

reforços necessários à fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, por ocasião dos conflitos luso-espanhóis e a confecção da *Planta extimativa de parte do rio Gaporé, e barra do rio Mamoré* (1765).

Considerando a baixa quantidade de militares formados nas academias, o emprego de engenheiros durante longo período nas comissões demarcadoras e na defesa dos limites, e diante do quadro diminuto de engenheiros militares com passagem por Goiás no século XVIII, uma questão é levantada: para os interesses de Portugal e dos governadores, os serviços desses profissionais militares eram necessários à administração da Capitania de Goiás? Talvez a resposta esteja na localização de Goiás ao Centro da colônia, diferente das capitanias da costa já mapeadas e concretamente bem delineadas. Goiás não era região de fronteira com terras da Espanha, portanto não foi espaço determinado ao mapeamento e o estabelecimento dos marcos pelas comissões envolvidas nos tratados das Coroas ibéricas, sendo assim não se fazia necessário o investimento em construções militares de proteção às conquistas portuguesas, estas foram estrategicamente construídas na Capitania do Mato Grosso e nas regiões de disputa ao sul e ao norte do Brasil.

De 1773 a 1789, o tempo de governação de Luís de Albuquerque, data a maioria dos mapas, 67 no total. A evolução da produção cartográfica aumenta substancialmente, a partir de 1774, com a criação de diversas povoações e fortificações ao longo da faixa fronteiriça, o que implica o seu planeamento e a sua figuração cartográfica. O ritmo da produção mantém-se mas, após o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, aumenta notavelmente, entre 1780 e 1782. É então que, graças à presença de astrónomos, cartógrafos e engenheiros em Mato Grosso encarregues das demarcações das fronteiras, Luís de Albuquerque organiza aí o já referido Gabinete de Cartografia, a fim de lançar no papel as suas ideias geopolíticas sobre aquela parte da América do Sul (Garcia, 2002, p. 39).

As questões de limites que os governadores da Capitania de Goiás se envolveram no decorrer dos setecentos estavam relacionadas a definição das fronteiras com as capitanias vizinhas, principalmente as de Mato Grosso e Minas Gerais. Portanto a administração de Goiás estava orientada para resolução das questões internas de uma capitania de minas, que conferia ao reino seu principal sustento e, como tal, o emprego dos militares estava voltado para a assistência à administração dos arraiais, exercendo o policiamento e o controle nas áreas povoadas, participando de incursões em combates aos índios e quilombos, na vigilância das estradas ao acesso às minas, montando guarda nos registros e contagens, em

diligências a fim de evitar os descaminhos do ouro e a burla aos tributos reais.

A mineração era o alvo de todos os desejos, uma como que febre ou delírio de que o povo estava tomado. O proprietário, o industrialista, o aventureiro, finalmente todos convergiam suas vistas, seus esforços, seus capitais, toda a sua atividade em suma, para o mister da mineração.

A extensa Capitania de Goiás tornou-se em pouco uma vasta mina, em que trabalhavam milhares de operários, obrando prodígios de esforço e de paciência, que ainda hoje fazem pasmar aos que observam os vestígios dessas longas canalizações, empreendidas e realizadas somente a poder do braço do homem (Alencastre, 1979, p. 18).

O relato de dezoito anos de serviço do Tenente da Companhia de Dragões da Guarnição de Goiás, José Rodrigues Freire, é um bom exemplo das atividades as quais estavam encarregados os militares e, claramente, representam os encargos da administração nas regiões mineradoras.

hir a todos os Arayaes Respectivos, tomar contas a os Adm.res e Contratadores dos Contratos das Entradas da Cap.nia q anda-vaõ por conta da Fazenda Real; Deligenciar as cobranças das di-vidas da mesma Real Fazenda; Receber e remeter o pagam.to delas; Fazer revistas ás rondas dos Registos das terras novas, p.a evitar os descaminhos do ouro. Tomar contas aos fieis dos mesmos Registos, e dar balanços aos seos cofrez, com liberdade de providenciar o que entendesse necessario a bem da Fazenda Real, sendo todas estas diligencias em distancia de mais de 500 legoas, por certoens de sertos, infestados de Gentio bravo; O que satisfez com tanta exa-çaõ, zelo e modo q sem vexame, ou queixa dos devedores, fez remeter nos cofres Reaes avultadissimas quantias de ouro em pó. (AHU_ACL_CU_008, Cx. 37, D. 2294).

Capítulo 3. A cartografia das minas de Goyaz

O período de duas décadas que antecedeu a criação da Capitania de Goiás foi a fase mais intensa das descobertas do ouro. A ambição pelo metal promoveu o enorme fluxo de pessoas para a região, resultando na ampliação dos investimentos nas lavras, no crescimento do número de arraiais e no aumento da arrecação. Entre 1726 e 1746, foram criados vinte e dois núcleos urbanos, a ocupação territorial ficou “concentrada nas regiões Centro-Norte e Nordeste, com alguns pontos no Sudeste, deixando totalmente vazio o Norte, o Sul e o Sudoeste, que somente seriam ocupados no século seguinte” aponta Coelho (2001, p. 153).

Nesta fase as minas de Goiás pertenciam à circunscrição e ao governo da Capitania de São Paulo. A Capitania de Goiás só seria criada em 1748, a partir da decisão das autoridades de São Paulo que consideraram a constituição de um governo local, próximo aos arraiais, como medida mais apropriada para coibir os descaminhos do ouro, exercer melhor fiscalização sobre a arrecadação dos tributos, e controlar o acesso de pessoas nas áreas de mineração.

No que se refere aos registros cartográficos, o conjunto mais representativo do período são as cartas sertanistas. Compreendem documentos manuscritos, representando a conquista e os acessos aos sertões de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, a partir de São Paulo. Segundo Costa (2007, p. 116-19) estes documentos eram elaborados com base na oralidade dos sertanistas, e considerados sigilosos por informar a localização das descobertas.

Vejamos uma das cartas sertanistas, o mapa *Parte do governo de Sam Paulo e parte dos dominios da Coroa de Espanha* (ca. 1740) (Mapa 1), de autor anônimo e descoberto por Affonso de Taunay na década de 1920. O desenho é uma memória das bandeiras pelos sertões da Capitania de São Paulo e dos limites com as terras de Espanha. Documenta as incursões sertanistas, alguns arraiais, aldeias dos gentios, os conflitos com os espanhóis, a hidrografia e as regiões cobertas pelos pantanaes do Mato Grosso.

O núcleo inicial da mineração em Goiás está identificado, e sugere a antecedência da descoberta das minas a Sebastião Marinho em 1592, no reinado de Felipe II (1556-1598), durante o período da União Ibérica (1580-1640).

No desenho, Vila Boa é representada por uma igreja, freguesia que era de São Paulo, aparece com o título de “V^a N^a S. do Rozairo dos Guayzes”, templo construído por Antonio Pereira Bahia em 1734, antes da matriz de Sant` Anna. Além do aldeamento dos índios Guayazes, dois arraiais fazem referências aos bandeirantes fundadores: “Arraial do Cap.am Mor Bar.meu Bueno” e “Arraial de João Leite” (da Silva Ortiz). O arraial de Bartolomeu Bueno deve ser o da Barra, local onde o Capitão terminou seus dias em 19 de setembro de 1740, destituído de seus poderes de Superintendente das Minas, pobre e carregado de lembranças das aventuras sertanistas.

O roteiro tracejado é o caminho que conecta São Paulo às minas, os símbolos de casas localizadas nas margens dos rios provavelmente indicam os arraiais encontrados no trajeto.

Com a criação da Capitania de Goiás, tornou-se premente adquirir informações mais apuradas sobre o território, isto fez com que os governadores se empenhassem na produção de documentos cartográficos mais elaborados e com maior rigor científico. A partir de 1748, os mapas de Goiás passaram a comunicar recortes regionais e a síntese do território.

3.1 Os funcionários civis em Goyaz - governadores, secretários e outros

Apesar do ínfimo número de engenheiros militares, os sertões minerais de Goiás obtiveram uma produção cartográfica ao longo do século XVIII; assim, encontramos a nossa disposição desenhos de recortes regionais, plantas urbanas e representações do território da Capitania.

Este contributo à administração colonial - e hoje à história da cartografia - foi realizado por funcionários nomeados pelo rei, em geral membros da aristocracia portuguesa, limpos de sangue³, para quem, assumir cargos a serviço da Coroa, fosse no

³ Limpos de sangue: No mundo português setecentista haviam normas segregadoras aplicadas aos novos convertidos à fé cristã (mouro, judeus e negros) e a seus descendentes. Ao cristão novo não era

governo, na administração e no corpo militar, contribuía para sustentar e reafirmar o título de nobreza ao indivíduo e, por extensão, à família perante a sociedade e o Estado.

Socialmente, a participação da aristocracia sublinhava as virtudes nobres desta classe, por isso colocava-se como merecedora das nomeações para os cargos (Monteiro e Cardim, 2011, p. 82-83), atitude compreensível numa época em que o Estado e a sociedade estavam embasados nas diferenças de estamentos e não na igualdade social.

Os funcionários se encaixavam numa estrutura burocrática de autoridades de Governo, organizada nos segmentos administrativo-militar, judiciário e fazendário, reproduzida nas capitanias, unidades administrativas do Brasil colônia e sob o poder central e absoluto da metrópole⁴. O Rei em Portugal era assessorado pelo escalão maior composto por secretários e conselheiros, no que se referia à América lusa, os assuntos eram da incumbência do Conselho Ultramarino e da Secretaria de Estado de Negócio de Marinha e domínios Ultramarinos, esta criada em 1736, e na estrutura era o órgão imediatamente abaixo da Coroa.

Nas capitanias, os cargos de governador, ouvidor e provedor ou intendente, conduziam uma estrutura organizacional hierarquizada que intentava se expandir pelo amplo espaço do território conquistado. Esses funcionários do primeiro escalão, além do secretário e da tropa de Dragões, eram pagos pelo erário real. Nas vilas havia também o poder exercido pelas Câmaras, compostas por vereadores locais, eleitos anualmente pelo voto indireto dos “homens bons”, os seja, os cidadãos probos, de boa reputação e abonados. Estas instituições tinham por função organizar os assuntos municipais, representava os interesses da Coroa e dos habitantes locais, acolhendo suas demandas e manifestações atuando como mediador junto à metrópole. Na Capitania de Goiás, durante todo o século XVIII, somente existiu uma vila, portanto um único Senado da Câmara para todo o território. O dispositivo da eleição de

permitido assumir determinadas funções no Estado, muito menos os altos cargos que eram reservados aos cristãos velhos e suas tradicionais famílias católicas, portanto “limpos de sangue” (Rodrigues, 2011).

⁴ Há que se fazer menção ao poder religioso, estruturado no sistema do padroado no qual o rei de Portugal era o superior da Igreja Católica nos domínios lusos. A administração da igreja era imbricada com o poder temporal, não havia a separação do Estado civil do religioso, e prevaleciam as necessidades e intenções da Coroa portuguesa.

representantes locais para as Câmaras incomodava aos governadores que inibiram a edificação de novas vilas, defensores da centralização do poder na metrópole, e neles próprios, argumentavam sobre os riscos do poder sob controle da elite local. Outras soluções como a instituição de julgados foram utilizadas para a administração dos povoados. Durante o governo de João Manuel de Melo (1759-1770), foram construídas a Casa de Câmara e Cadeia de Vila Boa, as cadeias de Meia Ponte, Pilar e Traíras, todas imponentes como símbolos da presença de Portugal, e do absolutismo de D. José I conduzido pelo Marquês de Pombal (Vieira Júnior, 2011).

O governador era alto funcionário, principal autoridade colonial, a quem cabia a administração geral, a aplicação das leis e o comando das tropas militares. Durante o longo período pombalino, a tônica foi o investimento na profissionalização administrativa dos funcionários reais, empregando-os em diferentes cargos nos territórios conquistados, pois “só a experiência e conhecimentos que esta especialização trazia poderiam permitir às autoridades governamentais transitar com familiaridade por entre a trama legislativa e dela saber – e poder – sacar o melhor proveito e desempenho” (Belloto, 1986, p. 277-78). O absolutismo de D. José e Pombal, forneceu as diretrizes a seis dos nove governadores que dirigiram a Capitania de Goiás no século XVIII.

O mandatário colonial se servia de um pequeno quadro de funcionários para o auxílio ao cumprimento de suas obrigações. Destes, o mais próximo era o secretário de governo, funcionário nomeado pelo rei, obrigatoriamente pessoa letrada, homem de segredo e membro das classes sociais mais elevadas, que assessorava diretamente o governador, sendo responsável pela elaboração de relatório sobre a capitania, pelos trâmites burocráticos do governo, guardião de toda a documentação emitida e recebida pela autoridade administrativa da capitania. Cabia também ao secretário informar a Coroa da atuação do governador no desempenho das ordens régias. Era determinado aos governadores comunicar: a. as condições políticas e de negócios; b. o estado militar, e c. as finanças e rendas reais.

A secretaria de governo polarizava as informações administrativas-jurídico-militar sobre a capitania e as repassava à metrópole em listas regulares. Em virtude

das incumbências do cargo, os relatos do secretário reuniam conjunto de dados fundamentais para a administração portuguesa (Melo, 2005, p. 2-3).

O ouvidor, ou ouvidor-geral, era incumbido da justiça na capitania, juiz de apelação em segunda instância, e cumpria as funções como corregedor presidindo a comarca. Esta compreendia um número de povoados – arraiais – e seus territórios, que por sua vez eram organizados em distritos (espaço de terreno dentro de certos limites) denominados “julgados”. Era escolhido o povoado principal e mais importante entre os demais para ser a cabeça do julgado, ou seja, a sede do mesmo (Rocha, 2001, p. 57). Ali instalavam-se juízes e provedores, auxiliados por tabeliões e meirinhos, responsáveis pela justiça e administração do local. No século XVIII, estes cargos públicos, denominados “ofícios”, eram arrendados por meio de licitação pública aos moradores interessados. Visto como negócio, o arrendamento retirava o lucro do povo, que tinha que pagar a cada serviço solicitado da administração ou da justiça. As taxas de serviço eram reguladas por tabela de conhecimento da autoridade local. O arrendatário podia exercer o cargo pelo período de três anos, mediante o pagamento do tributo, o donativo, sobre o arrendamento ao governo.

Os ofícios eram subordinados e fiscalizados pelo ouvidor que ocupava seu posto na vila da comarca (conjunto de vilas ou arraiais com seus territórios, cuja justiça é administrada pelo corregedor que reside no povoado sede, denominado cabeça da comarca). Durante os setecentos, em Goiás só existiu uma comarca para administrar um número de julgados que aumentava progressivamente, de 8 em 1750 para 13 no final do século, na medida dos novos descobertos auríferos que abrigavam, segundo Palacín; Garcia; Amado (1995, p. 60-64), uma população em torno de 35 mil (1750) e 60 mil (1783)⁵ em espaço territorial aproximadamente de um milhão de quilômetros quadrados.

A administração da esfera financeira ficava a cargo do provedor, responsável por organizar o recebimento dos diversos impostos, quinto, impostos das entradas,

⁵ Nossa consulta aos documentos avulsos do AHU resultou em doze mapas demográficos da Capitania de Goiás no século XVIII, apesar de em alguns constarem erros na soma permitem uma dimensão da população que habitava os arraiais no último quartel do século. Constam os levantamentos dos seguintes anos e os correspondentes números de habitantes: 1773, 53.508; 1774, 55.514; 1781, 58.829; 1782, 59.287; 1783, 58.079; 1784, 58.703; 1785, 58.062; 1785, 55.578; 1786, 56.303; 1787, 58.628; 1789, 58.504; 1792, 60.428.

passagens, dízimos, ofícios de Justiça e Fazenda, décimas e sizas, capitação, entre outros que assolavam a quem habitava a capitania. Era também de sua responsabilidade, auxiliado por fiscais e oficiais da Fazenda Real, o controle sobre os pagamentos das despesas, registro dos livros contábeis e envios de numerários à Real Fazenda (Salles, 1992, p. 138-155).

Na prática, as atribuições dos cargos não eram muito bem definidas, inclusive havendo situações de acúmulo de funções, o que resultava por vezes em conflitos de poderes e desentendimentos entre as autoridades maiores. Como consequência, não era raro acusações de desonestidade, leniência na condução dos negócios da capitania, abuso de poder, entre outras reclamações encaminhadas ao conhecimento do rei.

Conflitos de relacionamento e disputas por postos de poder eram ingredientes da complexa administração dirigida a tornar o Estado português presente em uma região de minas com grande extensão de terras, com o intento em atender a distante metrópole, mas se adequando às situações locais e rivalizando com muitos dos interesses da população. Estes funcionários, civis e militares, procuraram representar o território da forma mais “fiel” possível, considerando o nível dos seus conhecimentos e habilidades, orientados por suas vivências, leituras e interpretações do território, e a eles devemos a existência de documentos cartográficos da Capitania de Goiás em sua época colonial.

Parte II

Capítulo 4. Capitania em detalhes

Alexandre de Gusmão, natural de Santos e com ascendente carreira em serviços dedicados à soberania de Portugal, diplomata e secretário de D. João V (1730-1750), membro do Conselho Ultramarino (1743-1753), detinha a convicção da necessidade de conhecer a geografia, a história, a etnografia e as riquezas naturais das regiões de soberania incerta entre a América lusa e a espanhola. Em sua concepção, o domínio português do Brasil não poderia prescindir desses conhecimentos.

um território colonial significa, para o Estado que o conquista ou o incorpora na sua comunidade política, uma área a salvaguardar, a defender e a usufruir (para isto o desenvolve e prestigia), nele se reflectindo as linhas da acção política que caracteriza o domínio (Bellotto, 1986, p. 263).

Sendo assim, tomou a iniciativa de enviar correspondência a funcionários reais que tinham por destino o serviço no interior da colônia, solicitando que lhe fosse providenciado inventário acurado do território, observando os aspectos naturais e sociais dos ambientes por onde transitariam.

Jaime Cortesão (2001, v. II, p. 150-54) localizou duas dessas cartas: uma de 1743 endereçada aos membros de uma missão demarcatória de Minas Gerais, pedindo que,

por qualquer parte que [...] transitar, queira tero o trabalho de escrever e riscar tudo quanto vir, e ainda escrever o mais que souber por pessoas fidedignas de terrenos, lagos, rios, fontes, frutos e povos, com seu governo, trajas, costumes e religião, levando porém o ponto fixo nos terrenos lagos e rios, e nas léguas das distâncias e podendo ser, indo de par com a certeza da altura dos graus das mesmas povoações, lagos, rios e fontes, sem faltar à verdade da sua descrição geográfica e histórica, excetuando deste trabalho todo o país que decorre do Rio de Janeiro até à cidade de Mariana, que isto tenho eu já circunstanciado com toda a costa marítima da nossa América Meridional.

Interessado nas conexões entre os rios Paraguai e Madeira, enviou ao final de 1746 carta ao Governador de Maranhão-Pará, João de Abreu Castelo Branco (1737-1747) solicitando “notícias exatas do rio da Madeira e das Minas de Mato Grosso em meio dumas vertentes que deságuam no mesmo rio”. O governador encarregou ao Secretário do Governo, José Gonçalves da Fonseca, que elaborasse um mapa e o enviasse a Gusmão.

A solicitação do diplomata também chegou a Goiás, assim nos parece, pois em 1750 foi concluído e enviado a ele o primeiro mapa com os limites da recém criada

Capitania. Sua organização deve-se, como também de dois outros feitos em 1753, a Ângelo dos Santos Cardoso, Secretário do Governador D. Marcos José de Noronha e Brito, o Conde dos Arcos, que dirigiu a Capitania entre 1749 e 1755. Ao encaminhar o mapa, o governador consolidava territorialmente a Capitania, atendendo assim a ordem do rei que lhe pedia que “remettesse as notícias q pudesse recolher para se determinarem os territorios daquela Capitania, e das suas confinantes”, e que fossem acompanhadas “com mapas as relações que enviareis”⁶. Deste modo, por anuência Real aos governadores, as negociações pelos limites interiores da colônia, eram em primeira instância competência dos mandatários das capitanias.

Esta ordem, em particular, encerrava-se com um pedido muito especial, “procureis todos os [mapas] q nos Goiaz tiverem ficado do P.e Diogo Soares, e nos remetais cuidadosamente”. Referia-se ao trabalho do jesuíta matemático, já comentado. O padre faleceu em Goiás no ano de 1748 - desconhecemos o resultado do seu trabalho na capitania - e o texto deixa evidente o caráter sigiloso do documento cartográfico, pois esperava-se que contivesse informes detalhados sobre as terras minerais e as conquistas portuguesas. Esse documento reforça o valor estratégico conferido aos mapas, naquele momento úteis à distribuição espacial das unidades administrativas e efetivação dos limites da Capitania de Goiás, à condução da geopolítica local e à imposição perante os termos que estavam sendo acordados nas discussões do Tratado de Madri.

Outro ponto crucial para a administração das minas de Goiás e Mato Grosso era o controle e regulamentação da mineração do distrito diamantino dos rios Claro e Pilões, na fronteira entre as capitanias. Este foi um importante motivo na escolha do Conde dos Arcos, conforme a mesma carta real, que o encarregava de “regular a forma em q deveria praticarse a abertura das minas dos diamantes dos Rios Claro, e dos Piloes”. Desde a descoberta de diamantes nas Minas Gerais em 1720, Portugal passou a tomar medidas mais restritivas ao acesso às áreas de extração e, por meio do

⁶ O documento que estamos abordando é a carta de nomeação do Conde dos Arcos ao governo das minas de Goiás (AHU_ACL_CU_008, Cx. 5, D. 396), redigido em Lisboa, no dia 19 de janeiro de 1749 e assinado pela rainha D. Maria Ana Josefa (1708-1750), que assumia a regência durante as ausências do seu marido D. João V, motivadas por problemas de saúde. Durante o reinado de seu filho D. José I, ela influenciou a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal.

Regimento sobre os diamantes (1730), regulava os contratos para extração, tributação e exportação do mineral. As minas diamantinas, como as do ouro, chamavam a atenção de mineradores que, contrariando as proibições, se aventuravam instalando suas roças e até formando pequenos arraiais. Tropas de Dragões tentavam impedir a presença desses mineradores e manter a vigilância no distrito, e agiam prendendo a quem não tinha autorização para a permanência na região, e da mesma forma destruindo qualquer edificação, instrumento, utensílio, transporte e plantação que representasse ocupação irregular. É possível termos a dimensão da tensão que havia na região pela ação brutal da patrulha do Alferes dos Dragões Luiz Pimentel de Souza (AHU_ACL_CU_008, Cx. 5, D. 359) no combate à exploração ilegal. Partindo de Vila Boa, o militar percorreu os rios Claros e Pilões entre os meses de junho e outubro de 1747. Em sua jornada, encontrou 141 ranchos nas margens dos rios e ao longo dos caminhos, ateou fogo a todos, como também queimou as quarenta e nove casas do arraial da Chapada, poupando somente a capela por “não lhe achar culpas”, ou talvez pela própria culpa que a destruição de um templo católico acarretaria. O alferes não relata prisões, mas certamente deve ter espantado um grande número de pessoas ao destruir suas moradias.

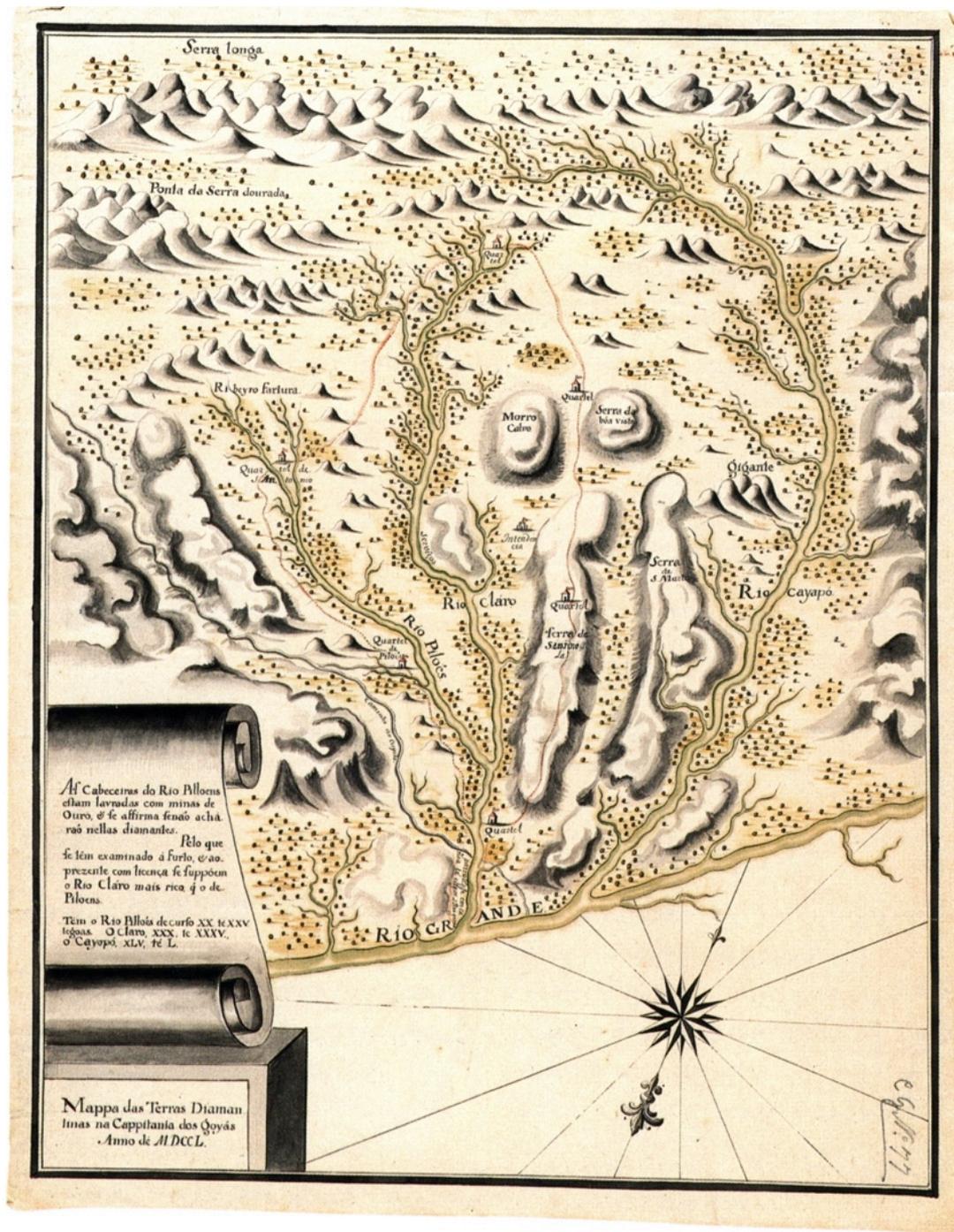
Preocupado em coibir a ação de contrabandistas e invasores que desmotivava o interesse pela arrematação do contrato de exploração de diamantes, o que ocasionava prejuízo para a Real Fazenda, Portugal tomou por medida a unificação do arrendamento para extração dos diamantes nos rios Claro e Pilões com a mineração do Serro Frio nas Minas Gerais, que em meados do século XVIII centralizava os negócios do gênero. Por carta régia enviada em 1749, estava alertado D. Marcos de Noronha a preservar a uniformidade e a correlação da exploração dos diamantes de Goiás com a de Minas Gerais, e manter o distrito dos rios Claro e Pilões conforme demarcado em julho de 1749 pelo Governador Gomes Freire de Andrade (1733-1763) do Rio de Janeiro, que até a posse dos mandatários das novas capitâneas (Goiás e Minas Gerais) era responsável pela governança das minas.

O mais forçoso motivo que me obrigou a fazer passar o dito Governador a aquela Capitania foi para regular a forma em que deveria praticarse a abertura das Minas dos diamantes dos Rios Claro, e dos Pilões, por haver mostrado a experiencia, que todas as proibições eraõ inuteis, e se ter

entendi/do q só arrendandose a extracção daqueles Rios unidamente com a do Serro Frio, poderia a vigilancia dos Contratadores impedir eficazmente os atentados dos Contrabandistas. Como o principal ramos do contrato dos diamantes he por ora o do Serro, Hey por bem, que o que tiver ajustado com os Contra/tadores, e as direções que tiver deixado o dito Governador para a extracção dos

Goiaz, se observem exactamente, e sem a menor alteraçã, e que vos conforme is a tudo o mesmo Gomes Freire de Andrade vos insinuar para bem deste negocio, afim q em ambas as Capitancias se guarde a uniformidade e correlaçã que muito importa. (AHU_ACL_CU_008, Cx. 5, D. 396)

Pertence ao acervo cartográfico da Casa da Ínsua, uma representação do distrito diamantino intitulada *Mappa das Terras Diamantinas na Cappitania dos Goyás* (Mapa 2) (Garcia, 2002, p. 445), com a data de 1750, sem autoria. Seria Gomes Freire de Andrade o responsável por mandar, aos cartógrafos que sempre o acompanhavam, confeccionar o documento para conhecimento do rei? É certo que este estava em posse do Governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, do Mato Grosso, que tinha por prática se cercar de cópias de mapas que providenciava a partir das consultas aos originais que lhe era facultado o acesso em Lisboa, e os utilizava para melhor conduzir seu governo (1772-1789). Pereira e Cáceres foi um dos maiores incentivadores da cartografia dos sertões, tendo criado gabinete para o trabalho cartográfico arregimentando engenheiros, cartógrafos, geógrafos, arquitetos e militares em Mato Grosso onde organizou estudos, levantamentos e mapas do território, planejou vilas e construções civis e militares para abrigar a ocupação e administração das terras e a defesa dos limites com Espanha. Ao deixar o governo e retornar a Portugal, montou arquivo cartográfico em sua própria residência, a Casa da Ínsua, onde depositou sua coleção de mapas do Brasil (Garcia, 2002).



Mapa 2. *Mappa das Terras Diamantinas na Cappitania dos Goyás*. 1750. Acervo Casa da Ínsua. escala indeterminada. color. manuscrito. dimensões 53 x 42 cm em folha de 56 x 44 cm.

O desenho, aquarelado, representa a rede hidrográfica e a vegetação à sua margem e dispersa pela região, o relevo identifica as elevações mais importantes. Estão relacionados os caminhos que interligam os prédios militares e a intendência, uma linha na cor cinza indica o caminho para Cuiabá.

O cartucho⁸ do mapa relaciona os rios mineráveis e as distâncias que os separam.

As Cabeceiras do Rio Pilloens
estam lavradas com minas de
Ouro, e se affirma senão acha/raõ nellas diamantes.
Pelo que
se tem examinado à Furto, e ao prezente com licença se supõem
o Rio Claro mais rico, q o de
Piloens.
Tem o Rio Pilloës de curso XX. té XXV.
legoas. O Claro XXX. té XXXV., o Cayopó, XLV, té L.

A organização do mapa pode também ter sido encomendada pelo Conde dos Arcos, a suspeita tem origem num ofício-resposta datado de 5 de dezembro de 1750 (AHU_ACL_CU_008, Cx. 6, D. 459), no qual o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real (1750-1756) enaltece a atitude do governador de Goiás ao construir a Casa de Intendência e os quartéis dos rios Claro e Pilões, e também informa que deverá providenciar a compra das casas e quartéis construídos às custas do capitão dos Dragões. Pode-se observar que no mapa estão representados por meio dos símbolos a intendência e seis quartéis delimitando o perímetro os rios diamantinos.

Há, ainda do governo do Conde dos Arcos, três vistas da capital, Vila Boa *Prospecto de Villa Boa tomada da parte do Norte para o Sul no anno de 1751* (Figura 2); *Prospecto de Villa Boa tomada da parte do Sul para o Norte no anno de 1751* (Figura 3); *Prospecto de Villa Boa tomada da parte do Esnoroeste para Les Sueste no*

⁸ Conforme Santos (2007, p. 54-60), na composição da representação, o cartucho era o espaço destinado a “documentação e registro de fatos, fenômenos ou eventos diversos, como obrigação de ofício ou para atender a solicitações de autoridades e notáveis da administração colonial e da corte metropolitana”, o autor do mapa também não poderia esquecer de apresentar “os elementos explicativos do conteúdo de sua obra inscrevendo-os em cartuchos decorados, de preferência, ou simples, usando forma geométricas ovais, retangulares etc”. Nos cartuchos a ocorrência da “explicação” distinta da “nota”, aparece em cartografias de meados do século XVIII. O objetivo era organizar o texto a fim de reservar à explicação o registro dos signos, símbolos empregados na construção da representação, relacionando-os às expressões gráficas e linguísticas.

anno de 1751 (Figura 4) pertencentes ao acervo da Casa da Ínsua (Garcia, 2002, p. 224-29), que acompanham o sentido da rua Direita, antigo caminho real ao longo do qual o arraial se organizou e pelo qual se conectava à região Sudeste e às minas de Cuiabá. O desenho representa o povoado de casas baixas telhadas, coladas umas nas outras, destacando-se a Igreja Matriz e as torres da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. As legendas localizam as moradas e os respectivos nomes e cargos dos seus proprietários, além dos prédios públicos - civis e militares - e os de funções religiosas e as irmandades que abrigavam.



Figura 2. *Prospecto de Villa Boa tomada da parte do Norte para o Sul no anno de 1751.*
Casa da Ínsua. color. manuscrito. dimensões 16 x 27 cm em folha de 23 x 32 cm.



Figura 3. Prospecto de Villa Boa tomada da parte do Sul para o Norte no anno de 1751. Casa da Ínsua. color. manuscrito. dimensões 14 x 21 cm em folha de 16 x 23 cm.

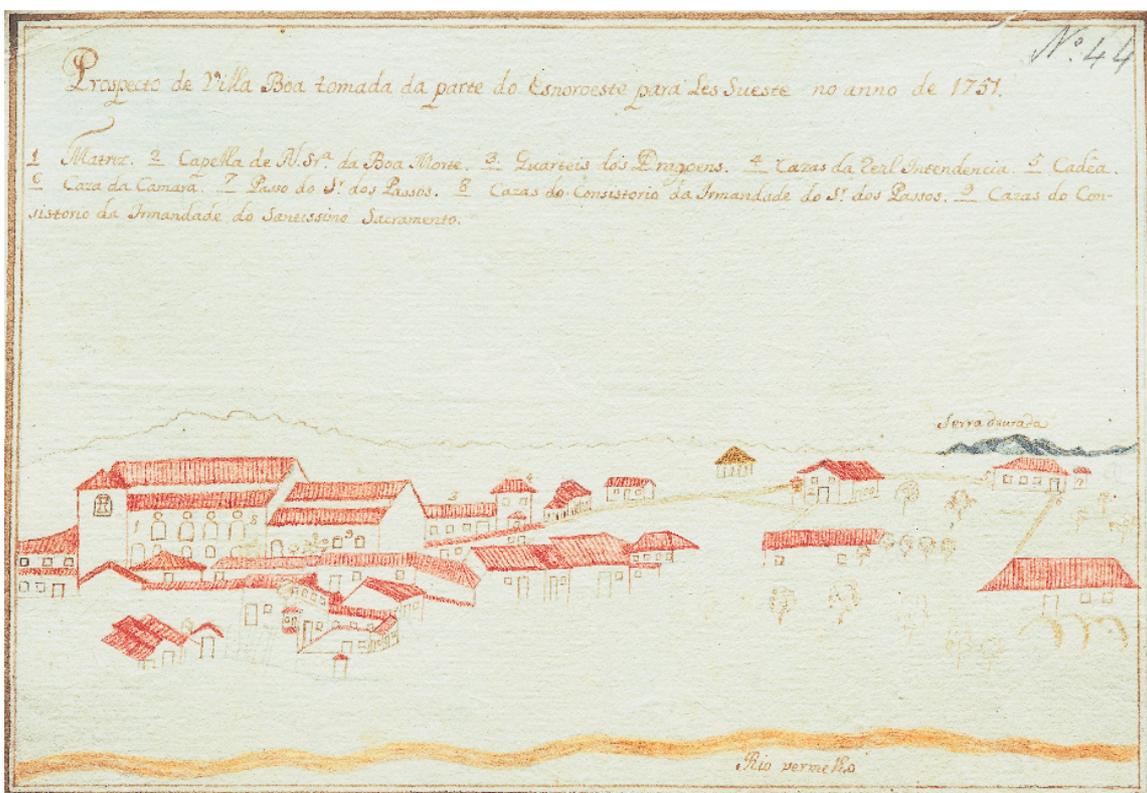


Figura 4. Prospecto de Villa Boa tomada da parte do Esoroeste para Les Sueste no anno de 1751. Casa da Ínsua. color. manuscrito. dimensões 15 x 22 cm em folha de 16 x 23 cm.

Durante o primeiro ano de governo, D. Marcos de Noronha investiu na aquisição de casas de residência, a fim de transformá-las em imóveis oficiais necessários à administração. Conseguiu implantar a sede do governo, a fundição, o quartel militar e a Real Fazenda

Podemos considerar que os “prospectos” serviam para atestar a ocupação da região mineradora. Representavam a consolidação da sede da Capitania numa imagem do núcleo urbano estruturado nos elementos arquitetônicos que atendiam aos aspectos sociais, administrativos-jurídico, militar e religiosos, condições que deveriam parecer para a metrópole aceitáveis para uma vila em terra de conquista, mais ainda, que ali se fazia presente o Estado português.

Em 1755, o Conde dos Arcos encerra seu governo para assumir o cargo de vice-rei do Brasil, posto que vai ocupar até 1760. Para substituí-lo em Goiás, foi escolhido D. Álvaro Xavier Botelho de Távora, Conde de São Miguel (1755-1759). No período de sua administração, as Coroas ibéricas desenhavam na América do Sul suas fronteiras conforme pactuado no Tratado de Madri. Comissões de ambos os lados foram incumbidas da missão de estabelecer os marcos delimitadores dos territórios. Organizadas em duas comissões encarregadas da parte norte e do sul, cada qual com três partidas subcomissões formadas por engenheiros-cartógrafos, astrônomos, arquitetos e demais capacitados em cartografia, encarregadas dos levantamentos de campo e mapeamento das fronteiras. No entanto, Pombal não estava satisfeito com os termos dos acordos diplomáticos conduzidos por Alexandre de Gusmão quando da assinatura do Tratado de Madri com Espanha. Queria o primeiro ministro português reverter a concessão à Espanha da Colônia de Sacramento, questão que serviu aos conflitos pessoais com Gusmão, que discordava das ordens que Pombal emitira aos membros portugueses das partidas do sul. Os atos de Pombal culminaram com a anulação do Tratado de Madri por meio do Acordo de El Pardo em 1761.

O período entre os dois tratados marca a forte tendência à centralização do Estado português, sendo Pombal representante maior dessa política. O conhecimento do território do Brasil se daria pelo mapeamento das fronteiras e das regiões do interior. Sendo assim, fazia-se necessário o desenho de uma carta topográfica do Brasil, ressaltando os sertões.

Sabemos do reflexo dessa intenção em Goiás, pela carta escrita em 1758, pelo Ouvidor Geral de Goiás Antônio da Cunha Sotomaior (1755-1758) ao monarca, na qual apresenta relato sobre os lugares e povoados circunscritos aos julgados então existentes, Meiaponte, Santa Luzia, Flores do Paranã, Senhora dos Remédios, Natividade, Barra da Palma, São Félix, Traíras e Pilar. Constam detalhes sobre as distâncias que os interligavam, a hidrografia que os banhavam, seus cursos e cabeceiras. Por não haver nos arraiais, pessoas instruídas nos conhecimentos cartográficos coube aos juizes, que não eram mais do que mineradores e criadores de gado, a responsabilidade pelas informações.

E por ser este levantamento contemporâneo às expedições demarcadoras dos limites, parece claro que o processo de conhecimento advindo do mapeamento do interior e do extremo Oeste do território foi paulatinamente sendo desenvolvido a partir da metade do século XVIII.

S.r

Porcartas q. Receby do Vi

Rey da Bahia, é do G.or desta Cappitania é de huma que directam.te meveyo escripta por Diogo de Mendonça Corte Real Secretario q. foi desta Repartição: Me ordena V. Mag.de q. eu mande a todas as Camaras desta Commarca q. faça cada huma dellas huma Relação dos lugares ePovoaçoenz do Seu dstricto, Com os nomes, e as distançias q. há de humas, á outras praticandoçe a mesma descripçáo dos Ryos q. pelas ditas Povoaçoës passão, individuando os Seus nascimentos, e os q. Saõ navegáveis É q. em cada huma das Villas Se declare as distancias de legoas ou dias de jornáda q. há das outras Villas Circonvezinhas Sendo estas noticias Topogra phicas p.a Se puder formar huma Carta geral de todo o Brazil, Com individuação das Serras, estaballecidas nos Certoens p.a Cujo fim me recomenda V. Mag.de esta deligencia E cuidando eu logo, em executar o q. V. Mag.de me ordenna, achey grande deficuldade em o conSeguir, pela impiricia de q. Saõ dotados todos os Camaristas desta Comm.ca; pois hum Sem mais actividade doq. p.a Mineyros, outros sem mais sabença q. a de Criar Gados nos Certoens, Rusticoz por nascimentos e criação ignorantes por natureza, naõ Sabem q. couza he Levante, ou ô Poente, Norte ou Sul, nem tem inteligencia alguma dos Rumos p.a que conSerteza fizessem o Mappa q. V. Mag.de. (AHU_ACL_CU_008, Cx. 15, D. 892).

Anexos ao documento seguem dois mapas, sendo o primeiro intitulado *Vila Boa de Goyas e tudo o que pertence ao seu termo (1757-1758)* (Mapa 3), desenho elaborado pela Câmara de Vila Boa.

Compreende o “termo” (território) de Vila Boa, sede da Capitania de Goiás. Indica as lavras de extração do ouro, os caminhos entre núcleos urbanos e os sítios. A vegetação é representada em forma pictórica. Meridiano de origem: Ilha do Ferro. Aquarelado e cartucho de título e da legenda ilustrados em estilo barroco (Faria, 2011, p. 366-367).

Abaixo do título está escrito:

O lugar da Villa e arraiais se mostra pelas capellas e cruz no frontespicio. Os sitios comeste sinal [símbolo]. Os emgenhos com huma cruz emsima; Os rios decano a comeste sinal [símbolo] As serras e montes semostrão aqui de cor azul a cor verdecom arvoredos o matto grosso.

Legenda:

Todos os corregos e ribeiroes com cor Vermelha mostra que delles se estrahe o ouro, os pontos redondos como este asignalão as legoas.

O segundo mapa anexo, encontramos recentemente, é o *Mappa dos Ryos do Pillar* (1758) (Mapa 4). Classificado até o momento pelo *Catálogo de Cartografia e Iconografia Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*, sob o título *Região entre os Rios Maranhão e Crixás* (Faria, 2011, p. 364), com data a confirmar, constando somente a referência ao século, e sem a motivação de sua elaboração. O desenho simples, uma bela representação artística que não segue as orientações dos manuais de Azevedo Fortes, mas elaborado pelo juiz Antônio dos Santos Silva, com base nas experiências de viajantes, evidenciando que o processo de construção da cartografia dos sertões não aconteceu somente por meio do saber técnico-acadêmico. Como mencionado, ao conquistador serve o desenho de sua conquista como garantia de posse, o mapa resulta da ação exploratória humana; neste caso, a ausência de cartógrafos não impedia a Coroa reconhecer qualquer que fosse a representação de suas conquistas, e era insaciável a necessidade por mapas.

Na representação, destaca-se a hidrografia em cor verde numa forma que lembra os tentáculos do polvo, os povoados são representados em traços parecidos com nuvens na cor vermelha, diferente da simbologia adotada na época (Cf. Bueno, 2001, p. 307-311), contém os pontos cardeais Norte, Sul, Oeste e Leste, sem cartela com legenda pois esta encontra-se na *Relação...* que, pelo texto corrido, se encarrega

de descrever o mapa. Os rios que banham os arraiais do Distrito de Pilar, são eles o Santo Antônio, Crixaz, Soberbo, Calhamarez, Guarinos, São Pedro, do Peixe, Vermelho, São Patricio, das Almas, orientados pelos pontos cardeais, conforme descritos pelo juiz ao ouvidor-geral.

Copia do Mappa
 que me remeteraõ o Juizes Ordinr.oz
 do Arrayal de N. Sr.a do Pillar.
 Relacaõ dos Arrayaes
 Sugeitos aos de Nossa Senhora de Pillar, Suas distancias
 Rynos e Seus nascimentos.
 Há neste continente quatro Arrayes
 Sugeitos as Justiças de Nossa Senhora do Pillar
 a Saber, este, o de Guarinos, o de Nossa Senhora da Conceiçaõ
 de Chrixas Cituados da parte do Norte, é o de Sam Seb
 bastiam do Boroty da parte do Sul.
 No de Pillar a Guarinos tem
 A distância de tres legoas; do de Guaninos ao de
 Chrixas, Sete Legoas, é do de Pillar ao Boroty oyto
 Legoas.
 Pelo Arrayal de Pillar
 passa Hum Ribeyram a que lhe chamaõ Ryo verme-
 lho, o qual pelas Suas poucas agoas em nenhum tempo
 Se navega: terá 9// Legoas de comprido. Nasce da parte
 de Oeste, Correndo para Leste fas barra no Ryo
 chamado das Almas, Caudelozo, em todo o tempo
 por elle podem navegar Cannoas, nasce este da parte
 do Sul, Correndo para o Norte fas barra no Ryo
 Maranhão, e terá de comprido 25 Legoas, ao pé
 de Cujo Ryo das Almas Se acha da outra parte
 o Arrayal do Boroty abayxo da Barra do R.o
 Chamado Sam Patriçio que nasce do Sodueste com-
 nove legoas de Comprido.
 Pelo Arrayal de Guarinoz
 passa hum pequeno Ribeyro du mesmo nome do
 Arrayal, o qual não tem capacidade de navegarce
 tera de cumprido tres legoas nasce da parte do So
 dueste, Correndo para o Norte faz barra no Ryo
 Chamado Calhamary, q. hé também de poucas agoas
 é Só nas [?] dellas podem por elle navegar Canoas
 Nasçe daparte de OesSodueste, Correndo a Nor
 deste faz barra no R.o chamado de Chrixas, e terá
 Chrixas [ilegível]
 ficando hum e Outro Arrayal Comais outro Ri
 Beyraõ aque chamaõ O Soberbo [ilegível] e em tempo
 De Agoas por Ser Rebaixado nas Secas, tam humilde
 q. Seca tera de cumprido Sinco Legoas [ilegível] Sodueste
 p.a o Norte e faz barra no Calhamares.
 O Ryo chamado Chrixas

nasce da parte de Oeste, e Correndo para Nordeste
 Como Comprimento de Sem Legoas q. So podem naverger
 Cannoas em tempo de muytas agoas em Rezaõ das grandes
 Caxueyras de pedras que tem; faz barrano R.o chamado
 Maranhão

Seguesse hum Reacho

Chamado Santo Antonio que fica junto ao Arrayal
 De Chrixas nasce do Nordeste, Correndo ao Norte
 fas barra no R.o Chrixas, e terá de cumprido 18 legoas

Há outro Ryo chamado de Saõ Pedro

nasce da parte de Leste Correndo p.a o Norte Com
 des legoas de Comprido faz barra no R Calhamaros

Tambem de Leste nasce o R.o do

Peyxe, Correndo ao Norte com 16// Legoas de comprido
 fas barra no R.o Chrixas, e por nehum dos douz Se
 navega, mais que em tempo pode Agoas por Serem
 de poucas nas Secas.

[...] Segundo a informaçã que

tirey por pessoas Verssadas por Caminhos deste Conti
 nente, hé o que pude desCubrir Com individuação

a Cerca da Relaçã que Se me ordena Remeta é

Com mais Clareza Se pode ver no Mappa que

já por outra via Remety. Pillar e de Março

30 de 1758// O Juis ordinario de Pillar

Antonio dos Santos Sylva.

E para coroar o esforço do relato e o cumprimento das ordens reais, Sotomaior
 contribui com as representações cartográficas das minas dos sertões de Goiás.

Seguesse o Mappa dos Ryos

do Pillar é o de Villa Boa de Goyas Cabessa da Commarca

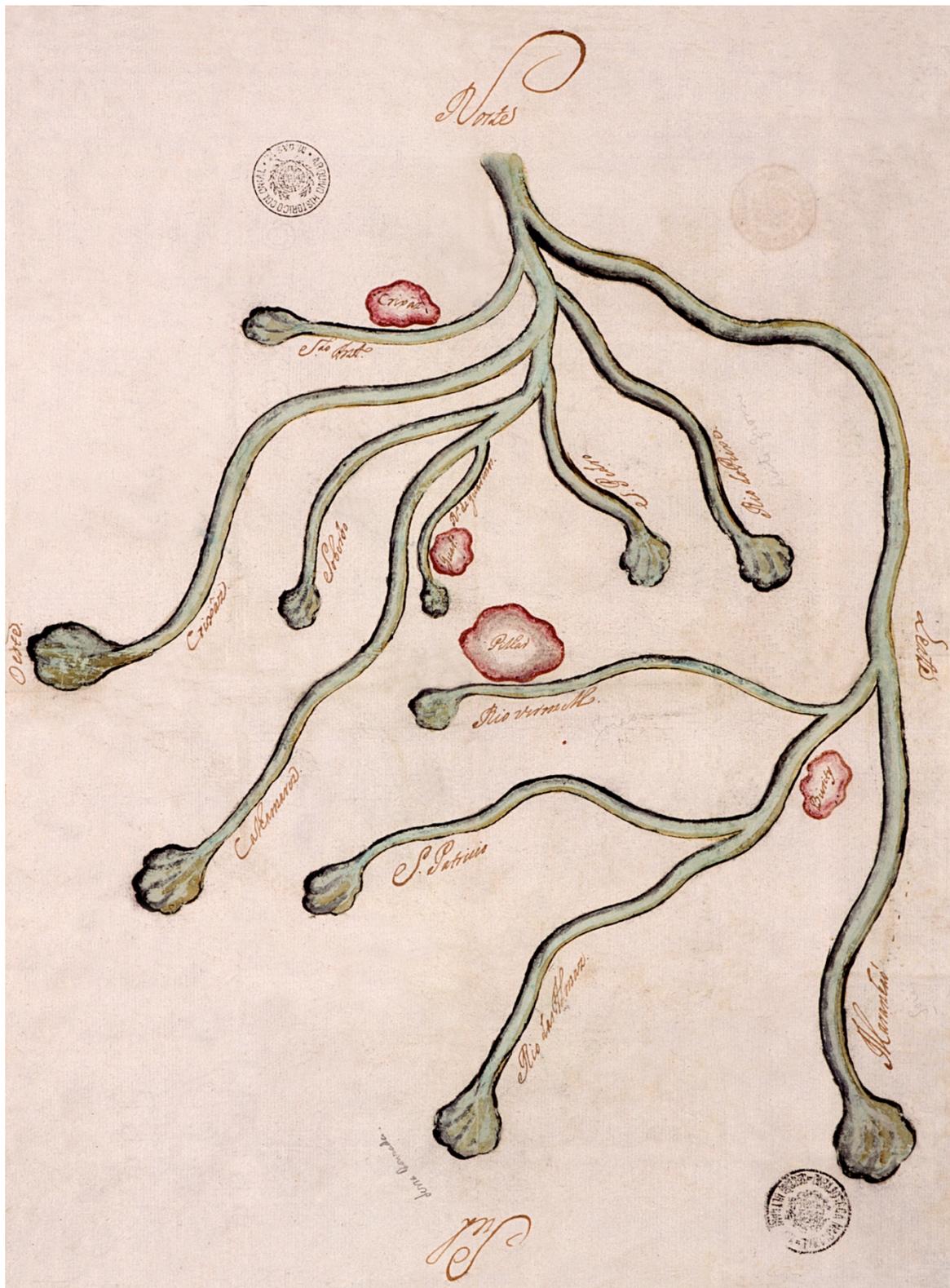
a vista dos quaes, V. Mag.de mandarã o q. for Servido. V.a Boa

de Goyaz 30 de Abril de 1758//

O Ouv.or G.al e Corr.or da Com.a de Goyas

Ant.o da Cunha Soutto Mayor

Portanto, na carta do ouvidor ao rei (AHU_D. 892), acrescenta-se mais um
 mapa, organizado pelo juiz da Câmara de Pilar, e assim confirmando como datação, o
 dia de sua remessa, 30 de março de 1758.



Mapa 4. Mappa dos Ryos do Pillar. 1758.

Arquivo Histórico Ultramarino. manuscrito. color. desenho a nanquim. dimensões 42,4 x 30,8 cm. Anexo à *Relação dos lugares e povoações da comarca de Vila Boa em 1758* (AHU_ACL_CU_008, Cx. 15, D. 892).

O governador, José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho, Barão de Mossâmedes (1772-1778), partiu de Lisboa para assumir o cargo Goiás em consequência do falecimento do governador João Manoel de Melo (1759-1770), em Vila Boa durante o mandato. Diante da vacância do cargo, a Câmara local elegeu um triunvirato para governar, até Portugal enviar novo nome para o posto. Comunicaram ao Vice-Rei D. Luís de Almeida, o Marquês de Lavradio (1769-1778), que reprovou a atitude anulando a junta eleita, e determinou que aguardassem a chegada do governador interino, Brigadeiro Antônio Carlos Furtado de Mendonça (Alencastre, 1979, p. 170-172).

Soveral e Carvalho assumiu a Capitania em profunda crise motivada pela significativa redução na extração do ouro, o centro de todo o sustento dos habitantes e do comércio, que encontravam-se endividados e com restrições de abastecimento.

Moradores organizavam grupos que partiam em campanhas, incursionando pelo território em busca de veios auríferos. Assim fez o minerador Francisco Soares de Bulhões, com a autorização do governo interino, pelo distrito diamantino. Soares de Bulhões se lançou, com mais 144 pessoas, a perseguir uma antiga lenda gestada nos primeiros movimentos povoadores das minas de Goiás, o roteiro da mina de ouro dos Araés do sertanista Urbano do Couto Menezes (Cf. Bertran, 2000, p. 129-37).

Após dois meses e meio, atingiu o local indicado, e numa consulta a uma tribo de Bororos com que travou contato, soube que o roteiro o havia levado às margens do rio Claro ao sul da Serra Escalvada. Neste momento relutou, pois sabia das restrições à mineração no rio Claro, mas estava em dúvida se o local no qual se encontrava estava compreendido no distrito diamantino conforme o “bando”⁹ de Gomes Freire de Andrade, proferido na época do Conde dos Arcos. Prudentemente Soares de Bulhões retornou à Vila Boa, e por meio de representação apresentou o questionamento ao governador.

Ill.mo Ex.mo Snr = Representa a V.Ex.ca
Francisco Soares de Bulhoens que vendo-se obrigado a varias
dividas, e o Seu Casal em grande decadencia pella falta dos-
meios necessarios para Sustentar a Sua familia e o Seu decoro;
e vendo outros Sim o miseravel estado a que Se achaõ Reduzidos

⁹ Bando: pregão público, pelo qual se faz pública alguma ordem ou decreto (Bluteau, 1712).

os moradores desta Capitania por falta da extração que He o-objeto a que todos Se inclinaõ Se deLiberou com Licença [ilegível] Snr Brigadeiro que entaõ Governava esta Capitania a procurar pellas Campanhas hum Citio ou paragem chamada os-Araés que lhe indicava o Roteiro que com esta Será presente a V.Ex.ca cujo Roteiro he feito por hum dos homens mais antigos, e mais praticos neste Pais por aSistir aos descobrimentos das terras em que estamos; chamado Urbano de Couto de Menezes: [...] Se as campanhas da Serra Escalvada pela parte do Sul de que Sertamente o dito Ex.mo Gomes Freire de Andrada não teve noticia alguma, Saõ ou não Comprehendidas na demarcação Diamantina Certificando a V. Ex.ca que pelas noticias que tenho adquirido distaõ muitas, e muitas Leguas daquellas em que Se-mandaraõ por guardas para que pessoa alguma foce ouzada a Socavallas, ou Minerallas. (AHU_ACL_CU_008, Cx. 27, D. 1715).

Instigado pela dúvida exposta pelo minerador, o Barão organizou uma conferência no palácio, onde Soares de Bulhões relatou sua jornada para experientes sertanistas a fim de localizar o descoberto. Informa em ofício dirigido à Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, em 12 de fevereiro de 1773.

Ao ditto Bulhoens fis vir a esta Villa, para melhor me capacitar da Sua deRota, fazendo-lha Referir, diante dos Milhores praticos Sertanistas que pude descobrir, passando dipois a examinar todas as ordens desta Secretaria, p.a ver Se podia dar alguma Sulução a duvida que o Sobre ditto Bulhoens me prepunha. (AHU_ACL_CU_008, Cx. 27, D. 1715).

Para dar reconhecimento ao território, o Barão precisava de um mapa; para isto despachou ordem a seu ajudante, o Sargento Thomas de Souza, que acompanhado de um Alferes de Pedestres e soldados práticos¹⁰ no saber cartográfico, dirigiram-se aos postos da guarda do distrito diamantino dos rios Claro e Pilões. Mais uma vez, observamos a cartografia dos sertões elaborada com a participação de conhecimento apreendido fora da academia. Surpreende constatar que o Barão desconhecia o mapa elaborado no governo do Conde dos Arcos, uma vez que deveria estar arquivado no Conselho Ultramarino.

Havia restrições à transmissão do conhecimento entre a Coroa e os governadores em Goiás, e entre eles próprios? Como conceber que um vassalo

¹⁰Prático era homem versado, cursado em alguma arte, ciência, exercício que desempenha bem (Bluteau, 1712).

designado para os sertões da Capitania de Goiás, distante do litoral, não recebesse informações completas de seus antecessores, como podia não conhecer certos mapas? Como um governo moldado sob uma estrutura burocrática centralizadora permitia tamanho desencontro de informações? Uma certeza parece existir, após vinte e dois anos de criação da Capitania, o governador não estava abastecido de informações cartográficas básicas.

Tudo quanto achei me per_ suadio, que todas as ordens de Mag.e em defesa das terras diamantinas, Se fundavaõ em confirmar o bando do Conde Gomes Freire, passando nesta Villa de volta daquelle Continente; donde o a Companharaõ varias pessoas que aqui existem: Vendo eu que não havia Mapa que demarcasse, o terreno que o ditto Conde ententou conter, no cordaõ das Guardas que figura o Seu bando, e parecendo-me indispensavel_ mente necessario, que aquellas Balizas imaginarias fosse verificadas, afim de Se evitar toda a transgreçaõ das Reais ordens; e querendo em Seg.do Lugar ani_ mar estes Mineiros, p.a que continuem a fazer as Suas exploraçoens [...]

Me Reza ter a mandar o ajudan_ tes de Ordens Thomas de Souza, com hum Alferes de Pedestres, e alguns Soldados mais praticos, exe_ minar a vista do bando do Conde da Bobadella, o Certaõ que formavaõ as guardas que o mesmo mandou formar, p.a Se fazer hum Mapa exacto de todo o paiz vedado, e Se preparem a S. Mag.e as duvidas que a este Resp.to oCorresem: Feita esta deligencia com o mayor Cuidado, Se formou o Mapa que a VEx.a Reme_ to com a Copia do bando, p.a que chegando tudo a Real prezensa de S. Mag.e, Seja o mesmo Snr. Servido detreminar-me. [...]

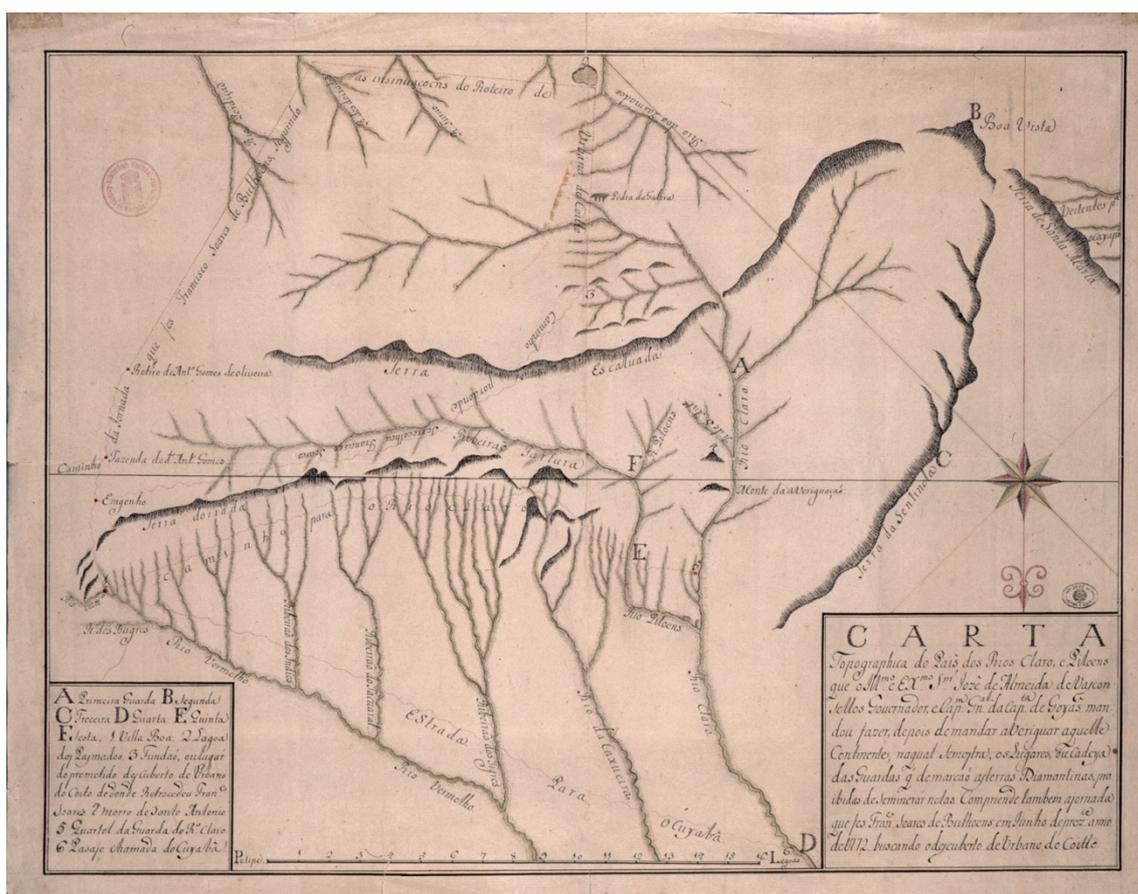
Devo declarar a VEx.a que a Carta foi feita por experientes e Coriosos, e que aSim não posso Responder pellos erros puram.te Geome tricos. (AHU_ACL_CU_008, Cx. 27, D. 1715).

Praticamente passaram-se dois anos do envio da *Carta topographica do Pais dos Rios Claro e Piloens...*¹¹ (1772) (Mapa 5) à Lisboa, Soveral e Carvalho, Bulhões e os demais mineiros da Capitania, não receberam resposta do reino. O governador então

¹¹ No acervo da Mapoteca do Itamaraty há uma cópia deste mapa nas dimensões 39 x 52 cm, feita pelo tenente do corpo de engenheiros André Cordeiro de Negreiros Lobato, no Arquivo Militar do Rio de Janeiro e cuja imagem está reproduzida no livro *Mapa: imagens da formação territorial Brasileira* (Adonias, 1993, p. 369).

decide partir para a região diamantina para averiguar *in loco*, a fim de ter parecer sobre a questão. Percorreu o curso do rio Claro e dos ribeirões que lhe vertem águas e tomou a decisão, de aguardar a resposta do Rei e manter a circunscrição do distrito diamantino, proibindo a mineração na rede hidrográfica dos rios Claro e Pilões, conforme estabelecido pelo bando de Gomes Freire, para a frustração dos mineradores. Manifestou esta decisão ao reino por ofício enviado em 15 de junho de 1775.

Em quanto Sua Mag.e não mandar posetiva declaração sobre as duvidas que tenho proposto a Respeito do districto demarcado, conservo defendido tudo quanto verte para os Rios Claro e Piloenz, pois que este he Riguroso Sentido do d.to Bando, posto que mais Confuza_m.te Circonvalada a demarcação. (AHU_ACL_CU_008, Cx. 28, D. 1814).



Mapa 5. Carta Topographica do Pais dos Rios Claro e Piloens ... 1772.

Arquivo Histórico Ultramarino. escala [ca. 1:500.000]. manuscrita. color. desenho a nanquim. dimensões 39,3 x 51,5 cm em folha 42,1 x 54,5cm.

No mapa, conforme Faria (2011, p. 368), grande destaque é dado à hidrografia nomeada, por ser a referência geográfica para a delimitação do distrito diamantino. Estão representadas as serras e o caminho para Cuiabá. Consta o trajeto da “jornada que fes Franc[isc]o. Soares de Bulhoens em junho de prezente anno de 1772. buscando o descuberto de Urbano do Coitto”, motivo da questão apresentada ao governo. As cartelas, nos cantos inferiores, trazem as legendas explicativas.

[Inferior direito]

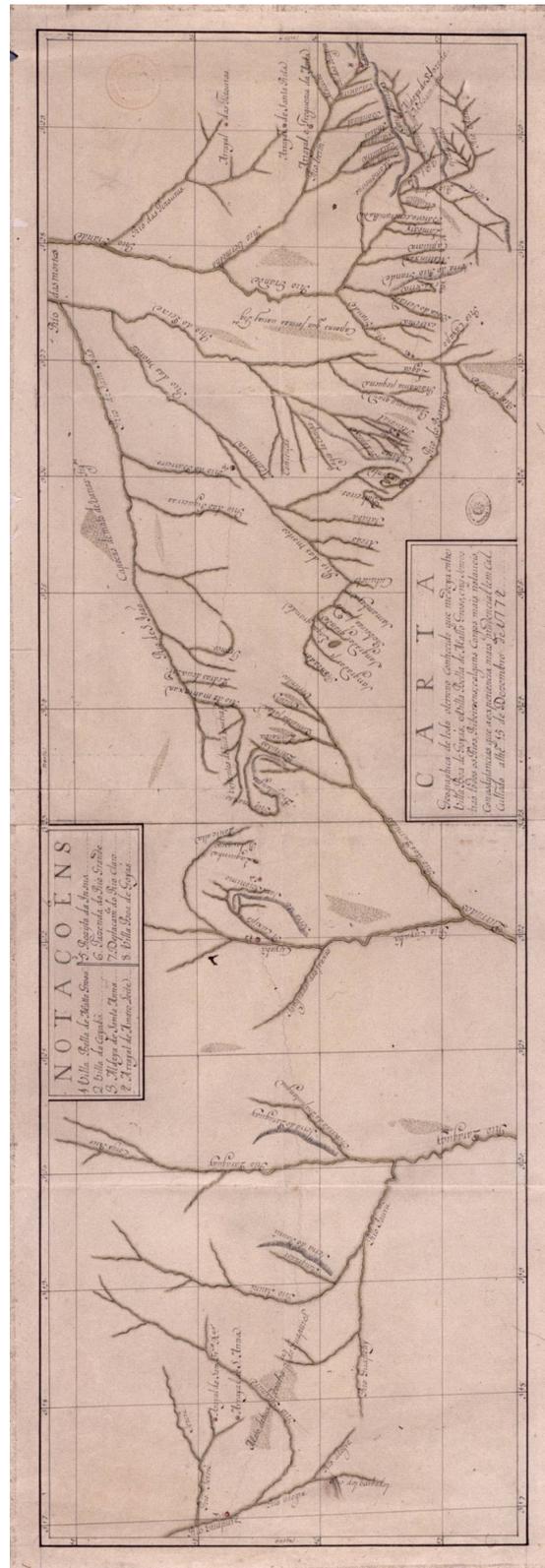
Carta topographica do país dos rios Claro e Piloens: que o Illmo. e Exmo. Snr. Jozê de Almeida de Vasconcellos Governador , e Capm. Gnal. da Capta. de Goyas mandou fazer, depois de mandar averiguar aquelle Continente, na qual semostra , os lugares ou cadeya dos guardas q[ue] demarcaõ as terras diamantinas proibidas de se minerar nelas.

[Inferior esquerdo]

A primeira guarda, B Segunda, C Treceira D Quarta, E Quinta, F Sesta. 1. Villa Boa, 2 Lagoa dos Pasmados, 3 Fundão, ou lugar do prometido descuberto de Urbano do Coito de donde retrocedeu, Franco Soares, 4 morro de Santo Antonio. 5 Quartel da Guarda do Rio Claro, 6 Pasaje chamada Cuyabá

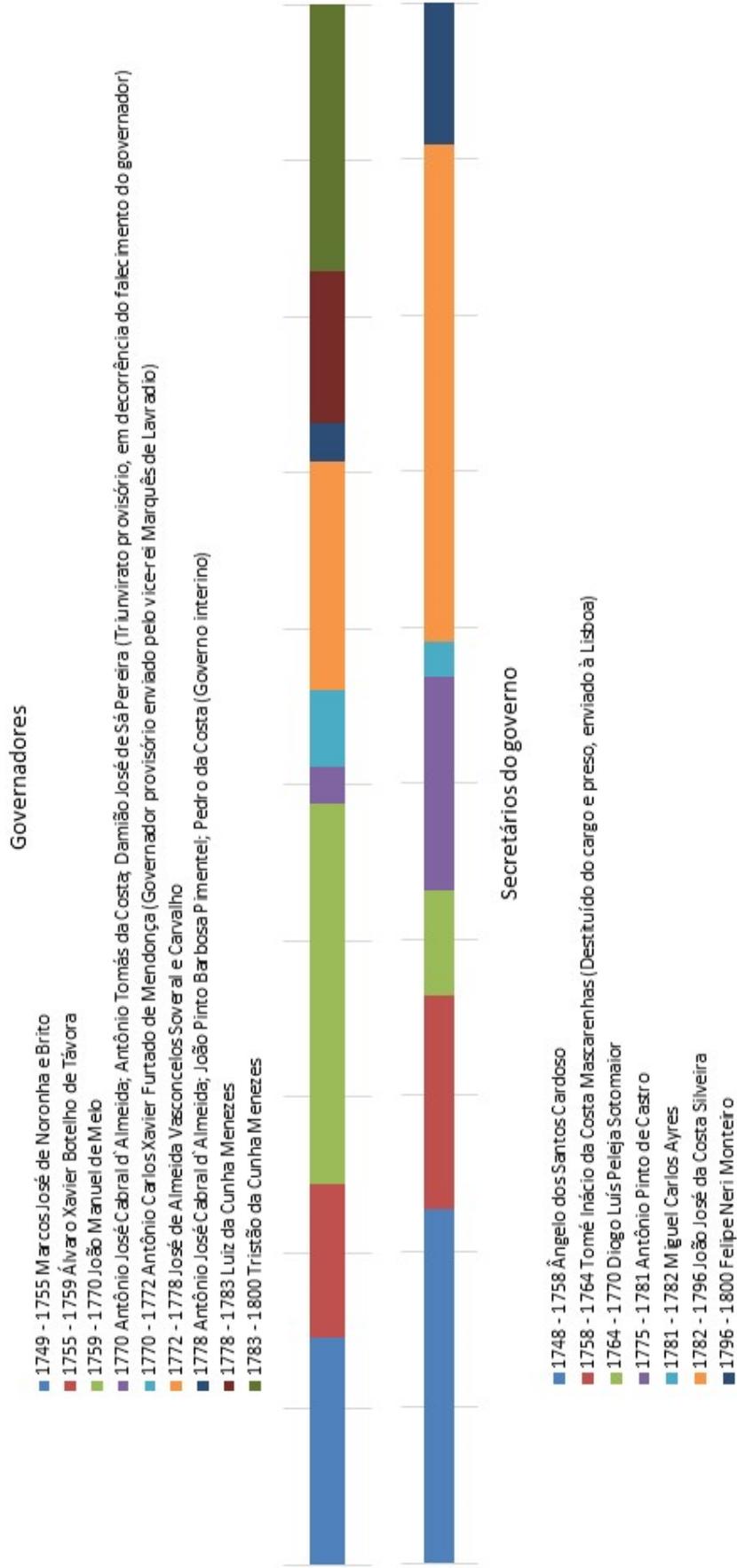
Provavelmente Thomas de Souza também foi o responsável por outro mapa do mesmo ano de 1772, a *Carta Geographica de todo o terreno conhecido que medeya entre Villa Boa de Goyâs e Villa Bella de Matto Grosso...* (1774) (Mapa 6). Outro mapa cujo tema eram os limites territoriais, este motivado pelas discussões sobre as divisas com a Capitania do Mato Grosso. Os rios e córregos ganharam destaque em virtude do posicionamento da divisão basear-se neles. Esta questão foi tratada praticamente entre todos os que assumiram as duas capitanias e se arrastou por quase todo o século XVIII, pois o Rei havia a eles delegado a responsabilidade da definição das fronteiras. Ao assumir a administração, geralmente o novo governador questionava as decisões do antecessor. Tal atitude pode ser explicada pela dificuldade de um novo governo em encontrar os arquivos com a memórias dos governos antecessores; ao secretário cabia a atribuição de zelar pela guarda da informação e a transmissão para o governo sucessor.

A relação de secretários que atuaram no governo de Goiás no período de 1749 a 1800, com base na documentação do AHU, mostra que sete nomes foram empossados no cargo servindo a nove governadores (Tabela 1).



Mapa 6. Carta geographica de todo o terreno conhecido que medeya entre Villa Boa de Goyâs e Villa Bella de Matto Grosso: em q. se mostrão todos os rios, ribeiroens; e alguns corgos mais notaueis, con as distancias que a experiencia mais prudencial tem calculado athe 15 de dezembro 1774. 1774. Arquivo Histórico Ultramarino. manuscrito. color. desenho a nanquim. dimensões 24,4 x 76,4 cm em folha 27,4 x 79,4 cm.

Tabela 1
Governadores e Secretários que serviram na capitania de Goiás no século XVIII



Pelas leis portuguesas, o secretário deveria cumprir o período de três anos de serviço, mas não era raro solicitarem a prorrogação do prazo ao rei, ou serem aproveitados pelo governador recém chegado. Como mostra a tabela, a tradição em Goiás era a permanência dos secretários mesmo durante a troca de governos, o que significa que não deveria existir problemas na transmissão das informações a cada nova administração, considerando que existiam boas relações o que nem sempre acontecia ou falta de pessoas minimamente qualificadas.

Não eram raros os conflitos e acusações entre estes funcionários, como o que aconteceu com o Secretário Tomé Inácio da Costa Mascarenhas, acusado pelo Ouvidor-Geral de desvirtuar atos administrativos ao deturpar informações e registros, e não colaborar com a administração de João Manuel de Melo, negando-se a fornecer documentos como o livro de registro da secretaria do governo Botelho de Távora (AHU_ACL_CU_008, Cx. 16, D. 978). As constantes queixas à Lisboa, levou o secretário à cadeia em 1764. Após um período de dois anos causado pela morte inesperada do Governador João Manuel de Melo, assume o Barão de Mossâmedes e encontra a secretaria “com todas as ordens regias de tal sorte confundidas, e maltratadas, que quasi se faz impossivel o seu conhecimento, sem hum so livro de registro das contas da corte, nem das ordens peculiares da mesma Capitania” (AHU_ACL_CU_008, Cx. 28, D.1826).

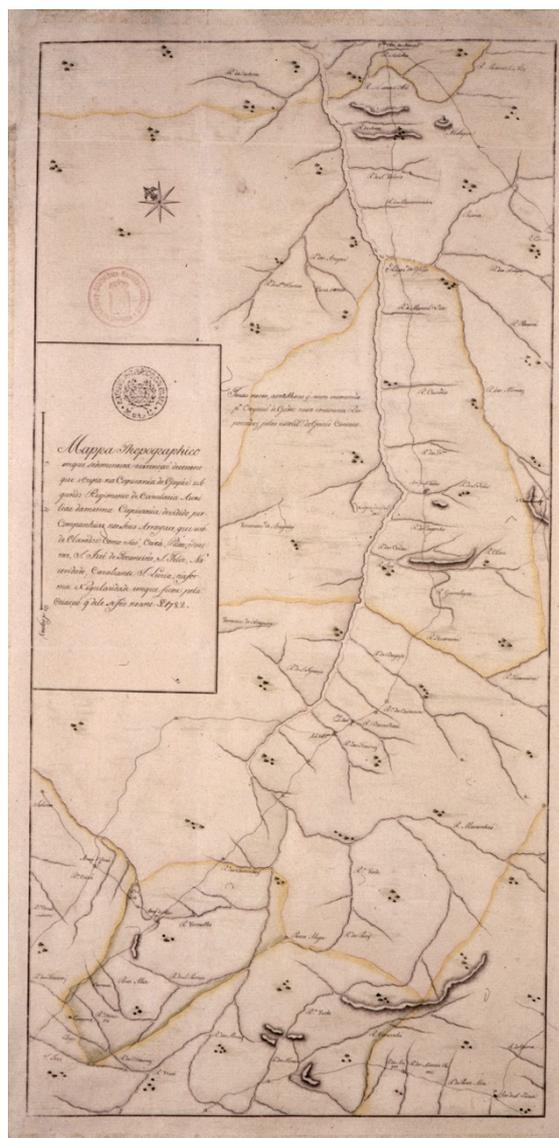
Pelas palavras do Barão, é compreensível o motivo do seu desconhecimento da existência do mapa do distrito diamantino configurado em 1750, conforme anteriormente mencionado. Diante da desorganização que encontrou, com poucas referências a subsidiá-lo, a Capitania deveria lhe parecer um enorme território por assimilar, e a cartografia lhe serviria como um poderoso instrumento no decorrer de sua missão.

Outro interessante documento surgido no período do Barão de Mossâmedes, é o *Mappa do giro q deo o Ten.e de Dragoins Joze Roiz Freire sahindo do Arrayal de S.ta Lucia* (1773) (Mapa 7) elaborado pelo próprio Tenente ou por outra pessoa com base em seu relato, atestando ao governador o cumprimento da ordem que recebeu para a abertura de picada partindo da Lagoa Feia, próximo ao arraial dos Couros conforme a legenda no cartucho.

Mappa do giro q deo o Ten.e de Dragoins Joze Roiz Freire Sahindo do Arrayal de S.ta Lucia adonde Estava na Recadaçaõ das Rendas Reais no dia 29 de 7br.o 1773 em direitura a Lagoa Feya, p.a deste mandar, a brir a picada q. teve principio na dita a Lagoa e fim na subida da Serra de S.ta Maria, na forma da Portaria a q lhe deCretou o Ill.mo Ex.mo Snr. Jozé de Almeida de Vas.cos Sobral e Carvalho Governador e Capp.am General desta Capitania de Goyazez e finda esta diligencia se Recolheo o dito Tenente ao Arrayal da Meya Ponte no dia 24 de 8br.o de 1773 Empre gandoce na mesma aRecadaçaõ Conforme as Ordens de Sua Ex.a

Toda a região está enquadrada pelo caminho, “giro”, percorrido pelo tenente ao longo de um mês. A jornada transcorrida por arraiais, fazendas e outros sítios, contém as distâncias registradas, bem como topônimos e os nomes dos fazendeiros. O mapa tem um traço simples, a nanquim, sem graus de longitude ou latitude, contém uma rosa dos ventos e petipé (escala gráfica), indicando 20 léguas. A rede hidrográfica, que representa o tronco principal do “rio Paranna” (Paraná) recebendo seus afluentes, ocupa o centro do desenho e está circunscrita por serras. Vale ressaltar que no canto inferior direito do documento, estão identificados lugares e cursos d’água onde hoje localiza-se o Distrito Federal.

Em 1782, o Governador Luís da Cunha Menezes participou Portugal da organização militar da Capitania, utilizando-se do mapa *Mappa Topographico em que se demonstra a extensão de terreno que ocupa na Capitania de Goyáz segundo regimento de Cavalaria Auxiliar da mesma Capitania...* (1782) (Mapa 8) para representar a região circunscrita à jurisdição de um dos dois regimentos de cavalaria formados por moradores, conforme ordem régia emitida aos governadores-capitães do Brasil (AHU_ACL_CU_008,Cx. 34, D.2082).



Mapa 8. *Mappa Topographico em que se demonstra a extensão de terreno que ocupa na Capitania de Goyáz segundo regimento de Cavalaria Auxiliar da mesma Capitania...* .1782. Arquivo Histórico Ultramarino. escala [ca. 1:1.300.000]. manuscrito. color. desenho a nanquim. dimensões 49,8 x 23,4 cm folha 52, 8 x 26,9cm.

Se fizermos o exercício de relacionar as denominações utilizadas no conjunto cartográfico até aqui apresentado, veremos os usos compreendidos nesta tipologia documental durante a segunda metade dos setecentos. Os termos “mapa” e “carta”, foram os usados para as representações, acrescidos alguns da classificação topográfica (descrição ou delimitação de um lugar em particular) e geográfica (descrição das terras e mares, seus rumos, distâncias, confrontações e situações). O espaço territorial foi qualificado em, país (terra, região), termo (limite físico, espaço que abrange a jurisdição de seus juizes), terreno (terra para agricultura), comarca (concentra número de vilas com seus territórios), continente (terra firme) e terra (região, território)¹³.

A cartografia apresentada mostra que sua elaboração não dependeu somente de engenheiros-cartógrafos oriundos do ensino acadêmico em Lisboa ou das escolas no Brasil; utilizou-se igualmente da participação de outros personagens que assumiam diferentes atuações numa sociedade que constituía-se no decorrer do processo de conquista por toda a segunda metade dos setecentos. Basicamente identifica-se dois grupos de colonos diretamente ligados à produção cartográfica conhecida, sendo o primeiro formado entre os escolhidos pelo Rei e pelas Câmaras que o assessoravam; estes funcionários do primeiro escalão desempenhavam funções régias assumindo os postos de governadores, secretários, ouvidores-gerais e militares do corpo dos Dragões. O segundo grupo, composto por moradores, constituía-se por mineradores e fazendeiros, que adquiriam cargos por ofício e atuavam nos julgados e arraiais; também colaboravam os sertanistas e viandantes, que em suas jornadas palmilhavam o distrito de Goiás, portanto, fontes valiosas de informações.

Estes homens que se relacionavam com base em serviços, trocas de favores e gratidão, num mundo estratificado que tinha por valor privilégios e recompensas alcançados pela conduta proba, virtuosa e corajosa, devem ser acrescentados à relação dos autores de mapas, circunscritos às condições próprias encontradas no restritivo contexto administrativo-jurídico e social dos sertões minerais da Capitania de Goiás no século XVIII.

A cartografia, pela complexidade de sua elaboração e pela importância geopolítica das informações que fornece, era documento com fins administrativos,

¹³ As definições dos conceitos estão em Bluteau (1712).

raro e tratado com sigilo. Para se ter uma ideia do que envolvia esta complexidade observa-se que a confecção de mapas demandava serviços prestados pelos colonos. Estes serviços, por sua vez, estavam no contexto do processo da ocupação e organização do território e garantiam os laços de vassalagem com o Estado luso e o sentimento de pertencimento àquela sociedade. Praticamente em todos os mapas e nos textos que os acompanham, estão gravados os nomes de quem os mandou executar e/ou os executou, como prova de fidelidade à Coroa que, por sua vez, reconhecia os serviços dos seus súditos, por meio da nomeação para cargos, distribuição de títulos e patentes militares, doações de terras e outros benefícios, assim caracterizava a mercê¹⁴ como hábito nas relações interpessoais e estruturantes do poder luso (Borrego, 2010, p. 134-137).

¹⁴ Cf. Bluteau (1712), conferir mercê significava conceder graça e benefício a alguém.

Capítulo 5. Capitania em padrões

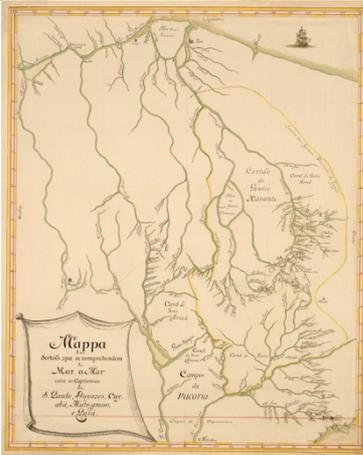
Trataremos neste tópico dos argumentos que subsidiam a proposta dos padrões cartográficos para o século XVIII na Capitania de Goiás. Para a resolução desse objetivo, pesquisamos mapas que pudessem contribuir com elementos para a análise. A reunião desses documentos demandou longa busca conduzida aos arquivos históricos de instituições nacionais e internacionais. Percebemos então a dispersão dos documentos. Outra dificuldade encontrada diz respeito ao limitado conteúdo de dados para o entendimento do mapa, disponibilizados nas fichas arquivísticas. De um modo geral, são escassas as informações sobre a época, os interesses que o motivaram e as pessoas envolvidas na elaboração, as prováveis relações com outros documentos, e as referências ao caminho que percorreram até o acondicionamento nos acervos. O cenário apresentado edifica as barreiras que existem a disposição dos documentos para o estudo em conjunto.

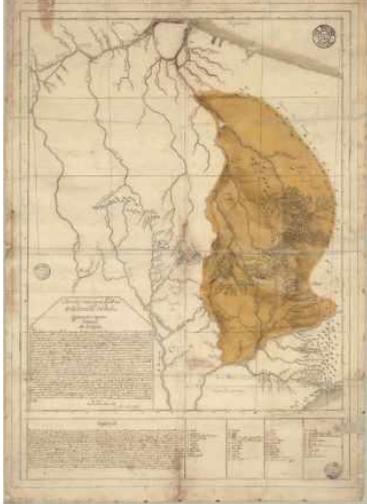
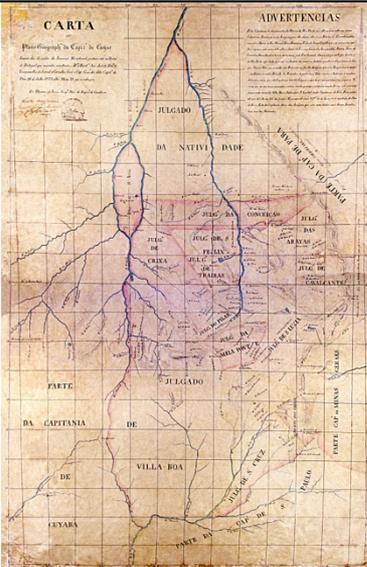
Decifrar mapas, por vezes não é tarefa fácil, pois são do tipo que não se revelam ao primeiro olhar, exigem vários encontros e cedem seus segredos lentamente, mediante um longo período de conversas e aproximações. Ao pesquisador cabe a paciência em desconstruí-lo, misturá-lo aos seus pares, confrontá-los e remontá-los. Para tanto, propomos este estudo, e a este serviço foram selecionados mapas com base nos seguintes critérios: representações compreendidas no período entre a criação da Capitania (1748) e o final do século, que tenham os limites traçados abrangendo todo o território; que possuam coordenadas e informações textuais; que identifiquem os povoados; e que contemplem a rede hidrográfica, e podendo constar eventualmente outros detalhes como o relevo e a vegetação; e que tenham cópias digitais disponíveis.

Os mapas coletados estão organizados por padrões e ordenados a partir dos acervos que os custodiam, conforme a tabela 2. A numeração que identifica cada documento, será utilizada nas análises que discorreremos a seguir.

Tabela 2
Seleção cartográfica

Padrão Ângelo dos Santos Cardoso			
Nº	Mapa	Imagem	Acervo
9	<p>Ângelo dos Santos Cardoso. <i>Mapa da Capitania de Goiaz. O prim.ro mais ajustado, que lá appareceo até aquele tempo, e o menos distante da verdade da destrebução desta Comarca, e seos Arrayaes, mostrando o cam.o, que vem da Vila de Santos a esta Capital, e daqui ao Cuyabá, Mato Grosso, Rio da Madeira, té o das Amazonas.</i> 1750. escala [ca. 1:4.750.000]. manuscrito. desenho a nanquim. dimensões 62 x 50 cm</p>		Mapoteca do Itamaraty (MI)
10	<p><i>Mapa geral da Capitania de Goiás.</i> 1753. manuscrito. desenho a tinta ferrogálica. dimensões 51,2 x 36,2 cm em folha 52,2 x 37,2 cm</p>		Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)
11	<p><i>Mapa geral da Capitania de Goiás.</i> 1753. manuscrito. desenho a tinta ferrogálica. dimensões 51,3 x 36,4 cm em folha 51,6 x 36,5 cm</p>		Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

Padrão Ângelo dos Santos Cardoso			
Nº	Mapa	Imagem	Acervo
12	<i>Mapa dos Sertões, que se comprehendem de Mar a Mar entre as Capitãncias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-grosso, e Pará.</i> [1755 - 1758]. Biblioteca Nacional. manuscrito. desenho a nanquim. dimensões 62 x 50 cm em folha 63,4 x 52 cm		Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN)
13	<i>Mapa do interior do Brasil entre a foz do Amazonas e S. Paulo.</i> [1769 - 1771]. escala [ca. 1:4.600.000]. manuscrito. desenho a nanquim. dimensões 82 x 65 cm		Biblioteca Pública de Évora (BPE)
14	<i>Territórios entre a foz do rio Amazonas e S. Paulo.</i> 1769. escala [ca. 1:4.400.000]. manuscrito. color. dimensões 74 x 53 cm em folha 76 x 55 cm		Casa da Ínsua (CI)

Padrão Ângelo dos Santos Cardoso			
Nº	Mapa	Imagem	Acervo
15	Francisco Tosi Colombina. <i>Mapa geral da Capitania de Goyaz</i> . 1751. manuscrito. desenho a nanquim. dimensões 53,5 cm x 77 cm		Arquivo Histórico do Exército (AHEx)
16	<i>Mapa dos limites de Goiás e Minas Gerais</i> . 1751. manuscrito. dimensões 76 x 55 cm		Arquivo Público Mineiro (APM)
Padrão Thomas de Souza			
17	Thomas de Souza. <i>Carta ou Plano Geographico da Capt.a de Goyas huma das do centro da America Meridional, do Reino de Portugal que mandou construir o Ill.mo e Excll.mo Snr. José de Alm.da de Vasconcellos de Svral e Carvalho Govr.r e Cap. Gen.l da dita Capit.a do Dia de 26 de Julho de 1777 até Maio de 78, que a entregou</i> . 1865. dimensões 95 x 58 cm		A Mapoteca do Itamaray (MI)

5.1 Padrões cartográficos

Abordamos no início deste trabalho referência à representação da Capitania de Goiás a que serviu o mapa, *O prim.ro mais ajustado, que lá appareo até aquele tempo, e o menos distante da verdade da destrebuicão desta Comarca, e seos Arrayaes, mostrando o cam.o, que vem da Vila de Santos a esta Capital, e daqui ao Cuyabá, Mato Grosso, Rio da Madeira, té o das Amazonas* (1750) (Mapa 9), organizado pelo Secretário do Governo Ângelo dos Santos Cardoso.

Este desenho da Capitania serviu para criar o que denominamos por “Padrão Ângelo dos Santos Cardoso”, sendo portanto reproduzido por mapas posteriores pelo menos até o último quartel dos setecentos, como veremos a seguir.



Mapa 9. Ângelo dos Santos Cardoso. Mapa da Capitania de Goiaz. O prim.ro mais ajustado, que lá apareo até aquele tempo, e o menos distante da verdade da destrebuicão desta Comarca, e seos Arrayaes, mostrando o cam.o, que vem da Vila de Santos a esta Capital, e daqui ao Cuyabá, Mato

Groso, Rio da Madeira, té o das Amazonas. 1750.

Conforme o próprio título anuncia, do mapa constam os 31 povoados da Capitania, relacionados no cartucho simples e sem ornamentos no canto inferior esquerdo do mapa. Àquela época os núcleos urbanos distribuíam-se pelo Centro, mais ao Sul, e ao Norte, ocupando as margens do rio Tocantins.

1 Sanctos	25 Pilloens
2 S. Vicente	26 Crixá
3 Fortaleza da Barra Grande	27 Guarinos
4 Forte da Bertioga	28 Pillar, ou Papoam.
5 Conceição	29 Agoa quente
6 Iguape	30 Trayras
7 Cananea	31 S. José
8 S. Paulo	32 S. Rita
9 Parnayba	33 Moquem
10 Ytú	34 Chapada de S. Gonçalo
11 Araraytaguaba	35 Morinhos ou Amaro Leite
12 Sorocaba	36 Corriola
13 Jundiay	37 Carlos Marinho ou S. Felix
14 Mogy	38 Chapada de S. Felix ou de Carlos Marinho
15 Arrayal dos Bororos	39 Cavalgante
governados p.lo Cor.el An.to Pires	40 Paranã, ou Itiquira
de Campos	41 Arayas
16 Sancta Cruz	42 Barra da Palma ou [terras novas]
17 S. Luzia	43 Duro
18 Meya Ponte	44 Nativid.e
19 Jaraguá	45 Pontal
20 Ouro Fino	46 Descuberto do Carmo
21 Ferreiro	47 Missão dos P.P da Comp.a
22 Villa boa	
23 Barra	
24 Anta	

Em linhas pontilhadas estão representados os caminhos reais que conecta a região às outras partes do Brasil. O destaque maior é para a rede hidrográfica e as conexões com o litoral, o rio Amazonas e o extremo oeste do território Português na América. O Amazonas é representado com base no mapa *Carte de L'Amérique Méridionale* (1748) do geógrafo francês Jean Baptiste Bourguignon d' Anville (1697-1782), elaborado com base no relato da expedição de La Condamine em 1743-1744. O geógrafo francês prestou serviço à Coroa portuguesa a partir da iniciativa do embaixador luso D. Luís da Cunha, empenhado em reunir documentos cartográficos a serem utilizados nas discussões com a Espanha. Por meio do embaixador, o geógrafo

francês pôde estudar mapas e documentos referentes ao Brasil para confeccionar o mapa *Carte de L'Amérique Méridionale*, publicado em 1737 e atualizado em 1742 e 1748. As informações que utilizou para a representação do espaço entre os rios São Francisco e Tocantins (região Centro-Oeste), eram de documentos da década de 1720 que não possuíam detalhes e informes sobre o interior - o que explica a ausência das divisas entre as Capitânicas, ainda compreendidas na Capitania de São Paulo; e a representação de um grande vazio na região Centro-Oeste - e do relato e, provável mapa, do tropeiro José da Costa Diogo em 1734-1735. Com origem em São Romão (MG), foi a Goiás em busca de comércio nas minas, viu-se punido pelo superintendente da fazenda e despojado de seus produtos, juntou com companheiros e alguns escravos e lançaram-se a buscar ouro em jornada pelo Tocantins até o Pará (Rocha; Vieira Júnior; Carvalho, 2006; AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 12). Certamente foi um dos primeiros a explorar essa via até o Norte.

Informes sobre a região era fator preponderante ao trabalho do geógrafo no gabinete “capaz de representar a Terra de forma acurada, apenas com o artifício da crítica das fontes. Conseguir bons mapas e roteiros era fundamental para esse sucesso. Esses eram como lentes que ampliavam a geografia da América meridional até a mesa do seu gabinete em Paris” (Furtado, 2013, p. 229).

O vazio do território de Goiás mostrado nos mapas de d' Anville, não corresponde as descobertas e expansão dos arraiais que se desenvolveram no Centro-Sul e Centro-Norte de Goiás entre 1726 e 1740. Por sua vez, o mapa de Santos Cardoso mostra o conhecimento apreendido. Nesta representação a hidrografia preenche e dá a forma ao documento, em torno dela as informações se organizam. Era inegável sua importância para a conquista. Os povoados surgiram às margens dos rios mineráveis, através deles pessoas, mercadorias e riquezas eram conduzidas, “o que os caravelões da costa não puderam fazer era levado a cabo pelos mineiros” (Cortesão, 1957, tomo II, p. 267). E a água era fonte de vida nos sertões, ampliando as possibilidades de expansão da colônia, calcada tanto nas continuadas explorações náuticas conhecidas por “derrotas”, quanto pela instalação de moradas, temporárias ou permanentes.

Estão assinaladas as áreas ocupadas pelos grupos indígenas e não ocupadas pela colonização e portanto denominadas “certão”, são dos gentio Xavante, Acruá,

Cayapó e a Ilha do gentio Curumaré, que recebe este nome até o ano de 1775, quando o Alferes de Dragões José Pinto da Fonseca, a mando do Governador de Goiás José de Almeida de Vasconcellos de Soveral e Carvalho parte pelo rio Araguaia chefiando uma bandeira com objetivo de travar contato com índios que dominavam as regiões pretendidas a colonizar. A certa altura do Araguaia entrou em contato com a tribo Carajá, junto à ilha. O Alferes é recebido amistosamente pela tribo, que mantém a bandeira na margem oposta à ilha durante alguns dias. Na véspera do dia de Sant'anna, o gentio conduz os bandeirantes para a ilha, onde o Alferes planta uma cruz e reza missa, simbolicamente cristianizando e tomando posse do local, rebatizando-o como Ilha de Sant'anna (AHU_ACL_CU_008_Cx. 28, D. 1824). A expedição do Alferes conferiu aos colonizadores as condições necessárias para explorar o território evitando conflitos diretos com o gentio como os que aconteceram com paulistas como Antônio Pires de Campos, cujas entradas a partir de 1740 financiadas pelo governo de D. Luís de Assis Mascarenhas (1739-1748) buscavam combater os índios Kayapós que atentavam contra os novos descobertos ao norte das minas de Goiás. Para a cartografia histórica esta informação contribui para esclarecer datações de mapas, pois os que não registram o topônimo Ilha de Sant'anna, só podem ter sido elaborados antes de 1775.

As coordenadas são orientadas ao Norte "Septentrio", Oriente/Leste "Orens", Sul "Meridies" e Ocidente/Oeste "Occidens"; também são indicados os paralelos de referência da América do Sul, a Linha Equinocial e o Trópico de Capricórnio.

Já comentamos o pioneirismo do mapa de Santos Cardoso ao representar a Capitania delimitada, em especial a fronteira oeste com o Mato Grosso, determinada sua definição por ordem real ao Governador D. Marcos de Noronha que a defendeu "pelo rio das Mortes, confluyente do Araguaia, por uma linha de suas cabeceiras até o rio Taquari, por ele abaixo até a barra do Cuxim, e por este acima até Camapuan até as cabeceiras do rio Pardo", o que expôs em carta ao Rei D. João V, em 12 de janeiro de 1750 (AHU_ACL_CU_008, Cx. 6, D. 429).

A escolha do rio das Mortes como marco divisório advém das descobertas de ouro pela expedição do sertanista Amaro Leite em 1740, partindo dos achados que fez no rio Cayapó, em canoas subiu o rio Grande em busca da mítica aurífera do sertão dos

Araés, tribo a qual encontrou e o guiou até a barra com o rio das Mortes. Voltando contra a corrente desembarcou na margem oriental do Araguaia e seguiu por terra até o rio Maranhão onde tomou o rumo para Vila Boa. A vasta região explorada ficou conhecida por sertão do Amaro Leite.

Logo após a chegada de Santos Cardoso em Goiás em 1749, esteve presente na Capitania o cartógrafo italiano Francisco Tosi Colombina. Na ocasião, representava os interesses de uma companhia composta com alguns sócios e propôs ao governador Conde dos Arcos o projeto de construção de uma estrada carroçável entre Santos e Cuiabá, com passagem por Vila Boa. Conforme a consulta do Conselho Ultramarino a D. José I, a companhia pretendia “fazer este caminho tão plano, ou com taes comodidades, que possam transportar por ele em carros, ou em carretas as carregações, que ate agora vão daquelas partes para aquella Villa em tropas de cavalos” (AHU_ACL_CU_008, Cx. 6, D. 457). Para isso não necessitariam de investimentos dos habitantes locais ou da Fazenda Real, a companhia arcaria com o projeto: a condição que pediam ao rei era o “privilegio por tempo de des anos, e que enquanto estes se não findarem não possa pessoa alguma servisse deste caminho com nenhuá casta de carriage de rodas, porque o uso destas poderá só privativam.e ter a companhia”. Além da exclusividade na exploração da via, solicitaram a concessão de sesmarias a cada três léguas à margem do caminho, a fim de usarem as terras para o plantio e para a criação do gado e cavalo, que seria o comércio que sustentaria o empreendimento. Seria uma rentável empresa para Tosi Colombina e seus associados, e a Fazenda Real avaliava que teria lucro nos tributos pelo desenvolvimento do comércio nos arraiais e nos transportes de mercadorias. Apesar de a Coroa ceder à proposta, o investimento não se realizou, pois, conforme Alencastre (1979, p. 124), a companhia nunca conseguiu arrecadar financiamento suficiente para a construção da estrada.

A presença do cartógrafo italiano resultou na confecção de um mapa do *Mapa geral da Capitania de Goyaz (1751)* (Mapa 15), atendendo ao pedido do Conde dos Arcos.

Copia da Comiçaõ e Carta do S. Conde dos Arcos
Governador, e Capp.am Gn.al de Goyas
Encomendase ao S. Francisco Tosi Colombina, que eza

mine com toda miudeza em que parte estão cituadas cada hua das das Nações dos Gentios Chacriabá, Acruaosú, Guaraã, e Xabante averiguando-se os nomes dos Rios aonde tiverem estabelesidas as suas Aldeas, e se estas são numerosas, e se uzaõ demais armas do que do arco, e fleza, e pelejaõ de cilada; ou a peito descuberto, se acometem nos Rios, ou em terra, se comem os seus inimigos, que mataõ na guerra, e se mataõ Hum a os outros para se comerem; e Havendo mais alguás naçoens de Indios assim das assim nomeadas, se Lhe examinara o por nomes e as suas situaçoens tudo com a mesma miudeza como acima fica apontado.

Como o dito S. Há de passar pela maior p.te dos Arrayaes desta Capitania pode se Lhe que examine em que graõs fica cada Hum deles e quantas Legoas de distancia vai de Hú a outro. Hontem recebi a Carta de VM. De 7 e a es_ timei muito tanto por me certificar que Lograva boa Saude q. Lhe desejo, como pelas indeviduaes informaçoens que me dá do Arrayal de Crixas, Guarinos, Papoam, e Moquem; se em todos os mais Arrayaes por onde VM. passar tiver igual felid.e q. teve nesse de achar taõ bons informantes poderem os fazer Huá Coleçaõ curiosa do que He Goyas, e seus subúrbios. Eu bem certo Estou de que VM. se naõ Há de poupar a deligenssia algua, e que Há de fazer todas as indagaçoens necessárias, e por isso naõ tendo Que recomendar Lhe de novo, mais do que procura informar se no Arrayal da Nativid.e quantos fogos tem aquela Freguezia e o numero das pessoas, que compreende fazendose destinçaõ dos brancos, negros, mulatos, e bastardos, por q. de todas as mais deste Governo tenho eu Relaçãõ com individuação, porem des_ ta veio taõ confuza, que se naõ pode fazer juízo da sua Lotaçaõ. Se VM. Poder Haver ali o Regimento de que uzaõ os Ecleziasticos Sogeitos ao Bispado do Maranhão, e Pará estimares muito Hua Copia dele para ver quanto difere da do Bispo do Rio de Janeiro.

Aqui naõ corre novid.e algua memorável, a noticia q. a VM. Lhe deraõ de que eu principiava a minha viagem foy falça por que por Hora naõ posso sahir desta V.a, nem sei se o farei este anno, por que estou esperando cheguem 300 Cavalos, que já vem de S. Paulo p.a sima, e como deles Hei de mandar a metade p.a o Cuyabá p.a se fazer esta delig.a necessitasse que eu aqui esteja. Regalese VM. e devirtase e mate muitas perdizes, e de_ me em que o sirva, que sempre o farei com grande vont.de. Deus G.de a VM V.a Boa 16 de Agosto de 1750.

S.r Francisco Tosi Colombina M.to obrigado a VM.

D. Marcos de Noronha (AHU_ACL_CU_008, Cx. 6, D. 457)

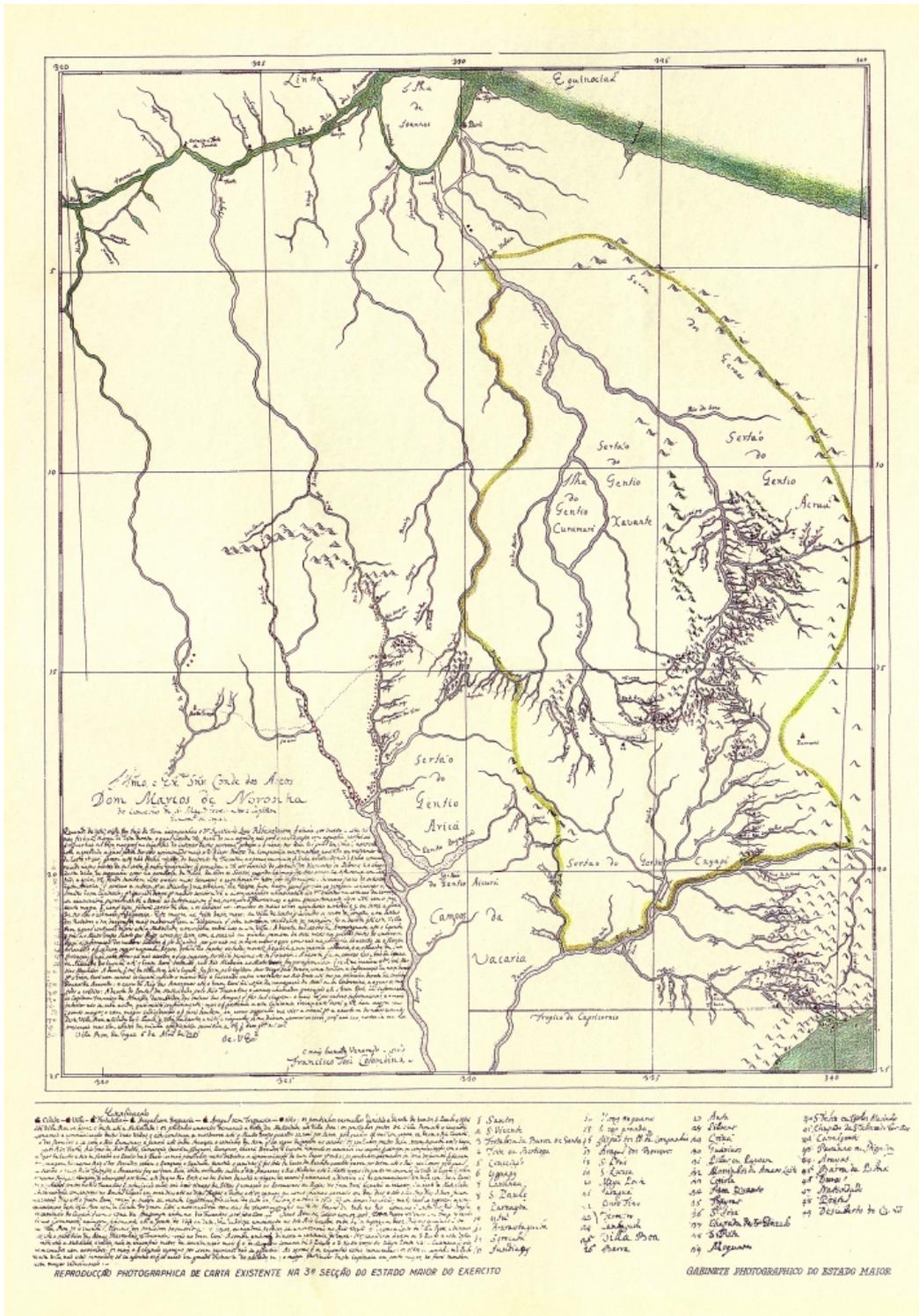
O documento fornece interessantes detalhes que permitem algumas inferências. O governador, ao solicitar informações sobre os índios (onde estavam estabelecidos e hábitos perante aos inimigos) e sobre os arraiais (localização, moradores, procedimentos dos padres) revela que Lhe era demandado a atribuição de

administrar uma região que pouco conhecia para além da vila sede e seu entorno. Reforça a prática pela qual o Estado português se apropriava de um território marcando seus limites, o que não significava conhecimento dos elementos existentes no interior das posses. Muito pelo contrário, o domínio sobre os aspectos sociais e geográficos era aos poucos apreendido, e por meio de trocas com “bons informantes” - que poderiam ser tanto moradores estabelecidos nos povoados como viandantes que transitavam pela Capitania - além da consulta a documentos, como o fez o italiano ao solicitar o mapa de Santos Cardoso.

Na mesma conjuntura que eu cheguey a esta Vila
Em companhia do Senhor General Gomes Freire de Andrada, também veyo hum Italiano
Italiano, por nome Francisco Tosi Colombina, na cometiva do ouvidor novo Agostinho Luiz Vieira, que Vinha entã para esta Comarca; o qual Colombina dahy a quazi hum anno, foy em companhia do mesmo Ouvidor correr a Comarca; e levou ordem do Senhor Conde dos Arcos General desta Capitania, para hir ob=
servando as alturas dos Arrayaes, e situações da mesma Comarca; pela curiosidade que se lhe descubrio, de ser enfarinhado em Geografia; pedio-me o referido Colombina, a copia do Mapa, que eu já antecedentemente tinha na mão, de que havia remetido o original para a Corte a Alexandre de Gusmaõ, e dele se vales para formar outro com pouca diferença, excepto em alguma exacção das alturas dos graõs, em que ficavaõ os Arrayaes, e algum rio, ou citio que descubrio de novo (AHU, _ACL_CU_008, Cx. 12, D. 740).



Mapa 15. Francisco Tosi Colombina. *Mapa geral da Capitania de Goyaz*. 1751.



Mapa 15. Este desenho é uma reprodução fotográfica a partir do original (mapa anterior), é a versão mais utilizada na historiografia. Foi feito pelo Gabinete Fotográfico do Estado Maior do Exército Brasileiro, entre 1909 ano de criação da unidade e 1934 ano em que ocorreu a mudança de denominação para Gabinete Fotocartográfico. Optou-se por adaptações nas cores a fim de facilitar a leitura do mapa.

O cartucho está reservado a contextualização do documento. O texto inicia com breve apresentação do autor relatando suas observações de cunho cartográfico, seguida pela demanda do governador por informações sobre os limites da Capitania, e conclui relacionando as fontes utilizadas para a confecção do mapa.

Ill.mo e Ex.mo Snr. Conde dos Arcos

Dom Marcos de Noronha

Do Conselho do S. Mag. Governador e Capitan General de Goyaz

Quando de Ytú onde foy Juiz de Fora acompanhei ao D.or Agostinho Luis Ribeiro Vieira q. vinha por Ouvidor a estas Minas, fiz hum Mappa da dicta derota, o qual vendo V. E. ficou do seu agrado, naõ porq. o conhecesse com aquella perfeição q. requer hua tal obra, mas porq. na incerditão do interior destes sertoes, podesse ao menos ter hua tal qual idea mais apparente com a verdade a qual podia ter sido aproximado mais o P. Diogo Soares da Companhia, matemático expedido expressamente da Corte p.a isso; porém este não tinha passado do districto de Tucantins e o pouco ou muito q. tinha alcançado não o tinha communicado nestas partes de tal sorte, q. outro Governador q. predeceu a V. E. por ocasião do contracto dos diamantes de Pilloens, ao chegar desta Vila, se suppunha estar na parallela da Bahia de todos os Santos, quando há mais de tres graos de differença em Latitud; e assim, V.E. tendo também visto vários meus borroens e apontamentos feitos por informações de varias partes do interior desta America (q. servirão a outrem p.a se adiantar), me ordenou lhe fizesse hum mappa geral por onde se podessem conhecer os limites dessa Capitania; p.a isso pedi tempo p.a melhor servir a V. E. e acompanhando novamente o dicto D.or Ouvidor na coreição da Comarca examinei-a pessoalmente e tomei as informações q. me pareceram o mais verosimeis e assim presentemente sirvo a V. E. com o presente Mappa q. como disse, poderá servir de idea e os curiosos conhecendo os meos erros, apontarão a verdade e eu terei a gloria de ter sido o estímulo p.a q. apareça. Este mappa hé feito deste modo: Da Villa de Santos guardando os pontos de Longitu. e de Latitud dos Roteiros e dos geographos mais modernos com a diligencia q. pode usar hum viandante de passagem; fiz a derota até esta Villa Boa, a qual continuei depois até a Natividade e recolhime outra vez a esta Villa; a derota das canoas de Araraytaguaba até o Cuyabá e depois ao Matto Grosso tanto por Rios como por terra com a ocasião da minha demora de onze meses naquellas partes do embarque, segui a informação dos melhores Pilotos q. por lá andão, por isso não me se deve culpar o erro, como não me gloriaria do acerto se o tivesse alcançado o q. se deve suppor naquela pessoa dotada de tantas virtudes moraes q. excedem a sua mesma [sabedoria?] e ao illustre da sua prosapia, q. não sabe [obrar?] se não acertos a q. se suppoem ter feito felizmente tal viagem. A derota q. com canoas fez João de Souza do Azevedo do Cuyabá até o Gran Pará, voltando pelo Rio Madeira ao Matto Grosso, foi por informações q. de lá me mandou o D.or José Martins Machado; A derota q. vai de Villa Boa até o Cuyabá foi feita pelo Capitam Mor Diogo José Pereira, como também a informação da nova derota p.a o Gran Pará com canoas do Cuyabá subindo o mesmo Rio e buscando outra vertentes no Rio Preto até dar na primeira derota de João de Souza de Azevedo; o curso do Rio das Amazonas até o Gran Pará hé copia da navegação de Mon.er de La Condamine ao qual se deve todo o credito; A derota do pontal da Natividade pelo Rio Tucantins e canaes chamados guarupés até o Gran Pará, hé informação do Capitam Francisco de Almeida descobridor das minas das Arayas, q. fez tal viagem; o mais hé por outras informações e o mais interior não se sabe

ainda, senão muito confusamente; mas o q. pertence a esta Capitania, brevemente darei a V.E. hua mappa em ponto mayor e com mayor individuação o q. farei também se, como supponho, me vier a ordem p.a a abertura do novo caminho desta Villa Boa a cidade de S. Paulo e Vila de Santos, e nisto e naqueles se me devem perdoar os erros, porq. não são partos da minha presunção, mas sim [abortos?] da minha obediencia sumitiva a V.E q. Deos guarde muytos annos.

Villa Boa de Goyas 6 de Abril de 1751

De V.Ex.a

O mais humilde Venerador e Criado

Francisco Tosi Colombina¹⁵

O texto esclarece que o mapa foi elaborado com base nas informações tomadas de “pilotos” (homens práticos nos roteiros pelos rios e por terra), das derrotas (expedições) por terra entre Vila Boa e Cuiabá por Diogo José Pereira nos princípios da mineração entre 1737 e 1739, e por vias fluviais empreendidas por La Condamine entre 1743 e 1744, João de Souza do Azevedo que fez sua viagem em 1746 e Francisco de Almeida fundador de Arraias, contudo o nome do descobridor dessas minas no ano de 1740 era Francisco Lopes (Bertran, 2010, p. 205), que deve ter navegado pelo Tocantins alguns anos antes. Estavam disponíveis tanto o conhecimento científico quanto o de práticos e sertanistas.

Estas empresas forneceram detalhes sobre as vias de conexões com as sedes principais de Vila Boa, Cuyabá e Pará, evidenciando as possibilidades de transito entre as regiões do centro, extremo oeste e norte do território.

Tosi Colombina tomou a vila de Santos como meridiano de origem para o cálculo da longitude, conforme menciona no cartucho: “Este mappa hé feito deste modo: Da Villa de Santos guardando os pontos de Longitu. e de Latitud dos Roteiros e dos geographos mais modernos com a diligencia q. pode usar hum viandante de passagem”. Conforme Santos (2007, p. 75), a cartografia dos setecentos apresenta escala de longitude associada ao meridiano do Rio de Janeiro, por ser uma referência na colônia e ter sido marcado pelos padres matemáticos. Ao adotar outro marco de origem, o local de sua partida para o interior, demonstra o uso de outro referencial de estudo na construção do saber geográfico sobre o território. Considerando o compartilhamento de informações entre Santos Cardoso e Tosi Colombina, não sabemos se esta escolha pode ser atribuída ao italiano. O fato é que a longitude do

¹⁵ Leitura paleográfica do cartucho foi realizado por Elias Manoel da Silva.

padrão cartográfico que ora trabalhamos, foi definida com base no meridiano de origem da vila de Santos.

A legenda explicativa trata da orientação e dos símbolos, descreve os caminhos entre os povoados e as conexões com as regiões do Brasil - parecendo intentar demonstrar a acessibilidade da Capitania de Goiás - e também revela as derrotas e os nomes de seus encarregados. Menciona o sertanista Antônio Pires de Campos e o caminho que percorreu em sua guerra às tribos. Faz também referência a viagem dos sertanistas, que perdidos acompanharam o sentido do rio Uru e atravessaram todo o Centro-Norte da Capitania chegando ao Pará. Provável menção aos membros da bandeira do Anhanguera, que após a instalação do arraial de Sant'anna dispersaram atrás de novas explorações pelo território, com participação nas descobertas até 1740. Conforme Alencastre (1978, p. 69-70) mineiros exploraram a região do rio São Francisco, percorreram as cabeceiras do rio das Velhas e as margens do Parnaíba e São Marcos. O movimento resultou na abertura do caminho para Goiás, o estabelecimento de fazendas e as descobertas das minas de Paracatú, Desemboque e Araxá.

Colombina finaliza o texto com a relação de arraiais desde o litoral em Santos até o extremo norte da Capitania.

Explicação

[símbolo] Cidade - [símbolo] Villa - [símbolo] Fortaleza - [símbolo] Arayal com Freguesia - [símbolo] - Arayal sem Freguesia - [símbolo] Sitio: os pontinhos vermelhos denotam a derrota de Santos, S. Paulo a Ytú até Villa Boa de Goyáz e desta até a Natividade: os pontinhos amarelos demarcam a volta da Natividade até Villa Boa; os pontinhos pretos de Villa Boa até o Cuyabá demarcam a comunicação destas duas Vilas e essa continua a mostrar-se até o Matto Grosso quando se vai por terra porque quando se vai em canoa se desce o Rio Cuyabá, o Rio dos Porrudos e se sobe o Rio Paraguay e Jaurú até onde atravessa o caminho de terra q. se segue deixando as canoas; os pontinhos pretos desde Araraytaguaba até o Cuyabá pelos Rios Tiathê, Rio Grande, Rio Pardo, Camapoão, Cuchim, Taguary, Paraguay, Cheénê, Porrudos e Cuyabá demarcam os caminhos das canoas que servem de comunicação com a costa do mar de Santos e Rio de Janeiro e o Povoado de S. Paulo; os mais pontinhos pretos denotam a comunicação de hum lugar p.a outro; os pontinhos vermelhos da Villa do Cuyabá q. descem pela margem do mesmo Rio e dos Porrudos sobem o Paraguay e Sapituba, denotam o caminho q. fez João de Souza de Azevedo, quando varou por terra até o Rio Sumidoro pelo qual descendo, e pelos Rios Tapajós e Amazonas foy ao Gran Pará donde voltando, subiu o dito Amazonas e Rio Madeira até o Matto Grosso; os pontinhos amarelos da Villa do Cuyabá q. sobem o mesmo rio pela margem e atravessam por terra até dar no Rio Preto, e no dos Arinos, denotam a viagem de canoas q. novamente se descobriu e q. faz comunicavel dita Villa com o

Gran Pará. Os pontinhos pretos no Rio Tucantins q. principião onde são dois sinaes de sitios q. começam as povoaçoens ou rossas do Gran Pará, denotão a viagem q. a gente de Natividade embarcando-se em canoas no Pontal, chegão em onze dias até as ditas rossas e destas até os canaes ou como chamão guarupés, em dois dias e por eles três dias que tudo fazem dezeseis dias até o Gran Pará; porém a subida se reputa impossível acima do salto da Itaboca e a descida so se faz em tempo das cheas; mais fácil se supõem a comunicação desta Villa Boa com a Cidade do Gran Pará, embarcando-se dous dias de viagem abaixo perto do Arayal da Anta no Rio Vermelho q. entra no Rio Grande do caminho do Cuyabá q. com o nome de Araguaya entra no Rio Tucantins por o q. já o Cor. I Antonio Pires de Campos com os seos índios Borrros indo em busca do Gentio bravo Corumaré, nevegou facilmente até a ponta do norte da dita Ilha [sendose?] embarcado no dito Rio Grande onde está a passagem deste rio no caminho q. vai de Villa Boa p.a o Cuyabá. Alguns dos primeiros descobridores de Goyaz achandose perdidos se embarcarão no Rio Uruú seis léguas a Leste da Villa Boa e descendo por este e pelos Rios das Almas, Maranhão e Tucantins, forão ao Gran Pará. A sombra amarela demarca a Capitania de Goyaz. Nos caminhos q. vem de S. Paulo a esta Villa e desta vão a Natividade e voltão, não se encontrão mattos de consideração mais q. o do Mogy na Comarca de S. Paulo e o matto grosso de Meya Ponte nesta Capitania, q. vão demarcados com arvoredos; os mais a q. chamão capoens por serem pequenos não se apontão: As serras q. se encontrão estão demarcadas; os sítios do caminho de S. Paulo a esta Villa não estão demarcados; só se apontão os q. se achão em grande distancia do abitado; mas o mappa particular desta Capitania em ponto mayor se fará também com mayor individuação.

1	Santos	25	Villa Boa
2	S. Vicente	26	Barra
3	Fortaleza da Barra de Santos	27	Anta
4	Forte da Bertioga	28	Pilloens
5	Conceição	29	Crixá
6	Yguapy	30	Guarinos
7	Cananea	31	Pillar ou Papoam
8	S. Paulo	32	Morrinhos ou Amaro Leite
9	Parnahyba	33	Coriola
10	Ytú	34	Agoa Quente
11	Araraytaguaba	35	Trayras
12	Sorocaba	36	S. José
13	Jundiahy	37	Chapada de S. Gonçalo
14	Mogy pequeno	38	S. Rita
15	Mogy grande	39	Moquem
16	Missão dos S.P. da Companhia	40	S. Feliz ou Carlos Marinho
17	Arayal do Borrros	41	Chapada de S. Feliz ou de Car.[los] Mar.[inho]
18	S. Cruz	42	Cavalgante
19	S. Luzia	43	Parannã ou Itiquira
20	Meya Ponte	44	Arayas
21	Jaraguá	45	Barra da Palma
22	Ouro Fino	46	Duro
23	Ferreiro	47	Natividade
24	Cambayuba	48	Pontal
		49	Descuberto do Carmo

Comparando os limites com os dos mapas de Santos Cardoso, percebe-se que Tosi Colombina traçou as divisas com a Capitania de Mato Grosso pelo rio Jangada, e não pelo rio das Mortes. Como dito, D. Marcos de Noronha sempre defendeu os marcos: rio das Mortes, o rio Taquari e rio Pardo. A diferença entre os dois mapas também é observável em outros detalhes: a. no mapa de Colombina, a Cambayuba¹⁶, consta como um dos arraiais, quando documentos e a historiografia nunca a registrou como arraial, mas parte da malha urbana da capital Vila Boa. É estranho que Tosi Colombina não se atentou a este fato, uma vez que esteve presente na vila; b. a grafia do termo sertão, com “S” no mapa de Colombina e com “C” no mapa de Santos Cardoso; c. diferentes representações das cabeceiras do rio Maranhão e um pouco mais abaixo a presença do topônimo Sobradinho¹⁷ no mapa de Cardoso, que deve ter conhecido na ocasião da viagem que fez com o Governador Gomes Freire, ausente no mapa assinado por Tosi Colombina, e d. somente a representação do cartógrafo italiano menciona o relevo em cadeia, referências à “Serra dos Geraes” limite oriental, e ao centro-norte o relevo em composição é a Serra do Araguaia, porém não nomeada no desenho, são portanto representações do cenário geológico das chapadas do Centro-Oeste.

Santos Cardoso manteve o desenho em dois outros mapas que organizou e que receberam títulos idênticos: os mapas 10 e 11, *Mapa geral da Capitania de Goiás* (1753).

¹⁶ Atual rua da Cambaúba na Cidade de Goiás, antiga Vila Boa. No período 1730-1740 a rua caracterizou o ambiente de negros e pardos, aos pés da igreja de Nossa Senhora do Rosário.

¹⁷ Localizado no atual Distrito Federal, conhecido local de passagem e pouso nos relatos do século XVIII, fazenda no século XIX até os primeiros movimentos para a construção de Brasília, nomeia longo curso d'água e uma das regiões administrativas da capital federal. Sua menção ou ausência na cartografia nos serve como elemento de referência para o cotejamento e conclusões sobre os mapas analisados.



Mapa 10. Ângelo dos Santos Cardoso. *Mapa geral da Capitania de Goiás*. 1753.

A legenda que auxilia a explicação está colocada em cartucho que ocupa espaço reservado à esquerda do desenho. O texto está disposto em coluna e segmentado em campos sem prejuízo à leitura. Observa-se que o mapa não apresenta nota com os motivos que levaram a sua elaboração, neste caso está descrita no ofício que acompanhou a representação, e que é abordado adiante. Este mesmo formato foi adotado no Mapa 11.

O circullo amarelo, representa a sircumferença desta Capitania de Goyaz. Esta figura [símbolo]_ representa Villa Boa de Goyaz, a qual servirá de ponto fixo, ou centro p.a seguir-se aos mais aRa

yaes, pellos pontinhos pRetos, os quaes de nota o caminho e comunicação q ha de hunz p.a os outros; e a sua figura he esta [símbolo]: e pello ABC dario se daraõ os nomes q elles tem; e juntam.te as legoas q vam de hunz a outroz; como nesta coluna se mostra.

Esta figura [símbolo] reprezenta os lugares onde estaõ cituados os rezistos, q saõ 15.

Os dous pequenos circullos, hum azul, e outro em carnado, naõ saõ terras minaraez e so nellas se achaõ fazendas de gados.

A – Villa Boa Capital de Goyaz.

B – Arraial da Anta.

C – Piloes.

D – Quirixá.

E – Guarinos.

F – Pillar.

G – Agoa quente.

H – Trahiras.

I – S. José.

L – Sta. Rita.

M – Moquem.

N – Chapada de S. Gonçalo.

O – Morrinhos, ou Amaro Leite.

P – Corriola.

Q – Carllos Marinho, ou S. Felix.

R – Chapada do dito asima.

S – Cavalgante.

T – Certão de gados, chamado Paranã.

Y – Arrayaz terras mineraes.

X – Barra da palma, ou terras novas, Certão de gados.

Z – Duro, Certão onde esta cituada a Aldeya do gentio, por ordem de S. Mag.e.

a – Natividade.

b – Pontal.

c – Descoberto do Carmo.

d – Ferreiro.

e – Ouro fino.

f – Meya ponte.

g – Jaraguá.

h – S.ta Luzia.

i – S.ta Cruz.

l – Coaes, descoberto novo.

Esta figura [símbolo] representa os citioz.

Os pontinhos em Carnado q principiaõ de V.a boa caminhando p.a oEste, he a estrada q vay p.a o Cuyabá.

m – Arrayal da Chapa de S. Felix.

n – Arrayal da Chapada de S.ta Anna da Natividade.

Foi mais conveniente afirmarse as legoas pellos mesmos pontinhos pRetos q servem de caminho, com o algarismo; pondo-lhe o n.o delhes, o q vay de hum arrayal a outro, ficando-lhe a conta em meyo: como se vê.



Mapa 11. Ângelo dos Santos Cardoso. Mapa geral da Capitania de Goiás. 1753.

O circullo amarello, representa toda a Capitania de Goyaz.

Esta figura [símbolo] Representa Villa Boa de Goyaz, a qual serve de ponto fixo, ou centro p.a seguim.to dos mais aRayaes, pe llos pontinhos pRetos, os quaes denota o caminho e comonicação q ha de hunz p.a os outroz.

No seguim.to dos d.os pontinhos, se achaõ varios algarismos, os quaes demarcaõ az legoas; q tem de hunz aRayaes a ou troz.

Esta figura [símbolo] Representa o lugar onde estaõ cituados os aRayaez.

Esta he a figura [símbolo] dos Rezistos q saõ 15

Esta figura [símbolo] Representa os citios. Os pontinhos emCarnados q principiaõ de V.a Boa de Goyaz, ocorrem p.a a pr.te de [o]Este, he o cam.o q vay p.a o Cuyabá.

Pello ABC dario se daraõ os nomes dos arrayaez, q saõ os seg.tez

A – Villa Boa Capital de Goyaz.

B – Ferreiro.

C – Ouro Fino.

D – Jaraguá.

E – Meya Ponte.

F – São Jozê _ou Tocantinz.

G – Carllos Marinho, ou São Felix.

H – Chapada de S. Felix.

I – Arrayal da chapada de S.Felix.

L – Natividade.

M – Arrayal de S.ta Anna da Natividade.e.

N – Descoberto do Carmo.

O – Arrayaz aq. fica dentro do circullo pequeno são terras mineraes.

P – Cavalgante.

Q – Certão de gados chamado Paranã, ou Itiquira q. comprehende todo o circullo azul.

R – Certão de gados chamado Duro aonde está Cituada a Aldeya do gentio.

S – Corriola.

T – Morrinhos, ou Amaro Leite.

Y – Trahiras.

X – Cocaes, descoberto novo.

Z – Água quente.

a – Pillar.

b – Guarinos.

c – Quirixâ.

d – Arrayal da Anta.

e – Piloes.

f – S.ta Cruz.

g – S.ta Luzia.

h – Chapada de S. Gonçallo.

i – Moquem.

l – S.ta Rita.

m – Barra do palma, ou terras novas. Certão de gados aonde se acha fund.a a Aldeya ja asima declarada, o q.l terrantório demarca o sirkullo emcarnado.

n – Pontal.

A elaboração dos mapas 2 e 3 teve por contexto, a reforma no método de cobrança dos impostos sobre a arrecadação do ouro e diamantes. O sistema de capitação era o modelo de tributação elaborado e defendido por Alexandre de Gusmão, como proposta para reduzir a quantidade de tributos pagos e permitir o controle eficaz diante da facilidade de se esconder e extraviar o ouro e diamantes nas minas resultando em prejuízos ao erário real. Este sistema vigorava desde 1735, quando foi extinto pela Lei de 3 de dezembro de 1750, a partir da revisão feita por Sebastião José de Carvalho e Mello restituindo o imposto do quinto. Era o início do reinado de D. José I e os primeiros passos do Marquês de Pombal nas profundas reformas que pretendia aplicar em Portugal e nas colônias, principalmente no Brasil. O controle sobre a arrecadação, que passava pela vigilância e punição ao descaminho e a corrupção, era ponto focal na política de Carvalho e Mello.

Deste modo à Portugal interessava tomar conhecimento sobre as atividades financeiras presentes na Capitania de Goiás. D. Marcos de Noronha expos, por ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real, a situação do distrito, o qual representou nos mapas, localizando os arraiais e distâncias e a estrutura de arrecadação demonstrada nos registros e contagens que os circundavam. O cenário de ocupação no qual a mineração foi o argumento do surgimento e era o motivo da permanência dos povoados.

porem para de algum modo

dar cumprimento ao que o mesmo senhor me determina, ponho na sua Real presença o mapa desta capitania que junto com esta [carta] remeto.

Naõ o ofereço como o mais exacto; mas por ser feito conforme as melhores, e mais exactas averiguações que atégora se tem

podido adquirir. Nele se mostra a cituaçaõ dos arrayaes

deste governo; e as distancias que medeaõ de huns a outros, as partes

em que presentemente se achaõ estabelecidos os registros do contra

das entradas, advertindo, que a cituaçaõ dos arrayaes hé das pro-

prias minas, dos seos respectivos nomes, porque naõ costum

haver arrayal, senaõ donde há minas, e com o próprio mapa

tenho dado a melhor informação que pude haver (AHU_ACL_CU_008, Cx. 9, D. 603).

O fato da economia girar em torno da mineração fazia com que as perspectivas de ganho dos habitantes e da Coroa fossem determinadas pela constância na extração do ouro, e a tributação era o mecanismo de arrecadação preferido pela Coroa, demasiadamente injusto para com os moradores, pois novos tributos eram sistematicamente criados sem considerar a sua capacidade de renda e pagamento.

A tensão era constante na Capitania; no ofício o governador informa a insatisfação dos contratadores dos registros, que reivindicavam a mudança dos postos fiscais para próximo dos arraiais ou para o seu interior, situação que alguns já se encontravam. Registros e Contagens eram postos fiscais onde o tributo de importação - Entradas - era cobrado sobre os gêneros que dessem “entrada”, como o nome indica, nas novas minas. E onde o ouro em pó obtido nas transações mercantis era substituído pelas barras já quintadas, isto é, aliviadas em 20 por cento de seu peso, a título do imposto do quinto, de propriedade pessoal do rei de Portugal, pela graça de permitir aos súditos a lavra em terras minerais do Reino (Bertran, 2000, p. 82-83). A Coroa portuguesa considerava mais conveniente colocar em leilão a cobrança de um determinado tributo por meio de contratos em que se acordavam o tempo de duração e o valor que o contratador deveria pagar ao Estado. Se ao final do período de vigência do acordo o contratador conseguisse cobrar dos contribuintes um valor superior ao acordado com a Coroa, ele teria lucro. Sendo valor arrecadado inferior ou se parte importante da cobrança não pudesse ser feita, ele amargaria prejuízo.

Não interessava aos contratadores que os registros ficassem distantes dos povoados, locais que concentravam a captação do ouro e naturalmente o comércio vindo dos portos. Portanto, os arraiais eram os pontos mais rentáveis para o recolhimento pelos registros dos “impostos das Entradas”, como era denominado o tributo que incidia sobre as mercadorias importadas e as de origem local e que circulavam entre os povoados.

Os contratadores argumentavam que a instalação de postos tributários distantes dos centros do comércio, no curso de estradas ou nas fronteiras da Capitania, dificultaria o controle sobre o extravio do ouro e mercadorias, o que resultaria em menor arrecadação e o conseqüente prejuízo do contratador.

Reclamavam também que os gêneros das fazendas do sertão não passariam pelos registros instalados fora dos povoados, acarretando a não cobrança dos direitos.

Por outro lado, os comerciantes do sertão argumentavam que pagavam direitos outros, mesmo sem passar pelos registros, portanto preferiam “entrarem para dentro dos registros”, ou seja, estarem submetidos a tributação única dos postos fiscais.

Eram nas fazendas localizadas no sertão do Paranã ao das Terras Novas, onde os fazendeiros, além da criação de gado vacum e cavalariço, produziam a farinha, carne seca, milho e bananas, gêneros comercializados nas minas. O excesso de tributos cobrados tinha sido motivo de reclamações encaminhadas em 1740 pelos moradores do sertão das Terras Novas ao Governador de São Paulo D. Luís de Assis Mascarenhas. Reivindicavam a isenção do imposto do quinto, pois entendiam, com razão, que a cobrança era indevida, pois destinava-se somente aos mineradores. Já bastava a cobrança de uma oitava de ouro por cabeça de gado que entrava para o comércio nas minas (Bertran, 2000, p. 62-64). Importante mencionar que os fazendeiros pagavam à Igreja o imposto do Dízimo; cobrado até o ano de 1751, quando passou para o controle do Estado, a taxa era de dez por cento sobre produtos agropastoris.

O objeto do questionamento é o mesmo da discussão que motivou o ofício do Conde dos Arcos e a elaboração dos mapas treze anos depois, em 1753.

Nos mapas 10 e 11, dois campos sinalizados por traços coloridos informam a localização das áreas onde se concentravam as fazendas de gado. As respectivas legendas explicativas fornecem informações semelhantes, cujo conteúdo procura descrever a região. Sinalizam que os “dous pequenos circulos, hum azul, e outro em carnado, não são terras mineraez e so nelas se achão fazendas de gados” (AHU_CARTm_008, D. 0866). Prossegue a explicação ao pontuar que o “certão de gados chamado Paranã, ou Itiquira que compreende todo o circullo azul”, o “certão de gados chamado Duro onde esta cituada a aldeia do gentio”, este dentro dos limites do anterior, e que a outra área delimitada é conhecida por “Barra da Palma, ou Terras Novas certão de gados [...], o qual territorio demarca o circulo em carnado”. Eis que as fazendas dividem o espaço com poucos arraiais e uma redução de índios, conforme representado no mapa. Entre os dois círculos, azul e vermelho, localiza-se um arraial minerador, Arraias, representado em círculo menor e relacionado na legenda.

As legendas nos mapas comunicam a existência de quinze registros, indicados pelos símbolos correspondentes e observáveis nos desenhos. Também relacionados estão os arraiais e a sede “Villa Boa de Goyaz”, com o símbolo diferente dos demais povoados e, conforme a legenda, é a referência para “a qual servira de ponto fixo, ou centro para seguir-se aos mais arayaes”. O mapa mostra os povoados, identificados por símbolos e letras que correspondem a legenda. As distâncias são identificadas em números ao meio do trajeto pontilhado, que correspondem a descrição dos registros relatados no ofício do Governador Conde dos Arcos.

Interessante observar que estas duas representações da Capitania de Goiás acrescentam novas informações, demonstrando a construção do saber cartográfico sobre a região, isso ocorrendo a apenas três anos após o primeiro mapa de Santos Cardoso e dois anos após o de Tosi Colombina. Num período de três anos da administração do Conde dos Arcos, já eram conhecidas as vias de acesso, a rede hidrográfica e suas conexões, a distribuição e localização dos arraiais e, conseqüentemente, das datas minerais. Conhecidas as zonas de concentração das fazendas, era possível espacializar os gentios, as áreas ainda por ocupar. Tudo isso concentrado nos limites da conquista que também foram definidos neste período. Parece, assim, que o conjunto cartográfico, naquele momento, conseguia transmitir a Capitania de forma concisa e direta.

O próximo mapa da nossa relação traz impressionante semelhança ao mapa de 1750, é o *Mappa dos Sertões, que se comprehendem de Mar a Mar entre as Capitanias de S. Paulo, Goyases, Cuyabá, Mato-grosso, e Pará* (Mapa 12), da coleção D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, atualmente acervo da Biblioteca Nacional.

D. Luís Antonio foi nomeado por Pombal para a Capitania de São Paulo; seu governo, de 1765 a 1775, se encarregou das instruções expressas em garantir as fronteiras daquele distrito contra presença de espanhóis. Os embates de fronteiras e conquistas entre Portugal e Espanha na América haviam reiniciado com a anulação do Tratado de Madri pelo Tratado de El Pardo (1761), começava a Guerra dos Sete Anos. Os olhares e pretensões eram dirigidos às colônias do sul - Colônia do Sacramento e as

terras do Rio Grande de São Pedro - e o conseqüente domínio do acesso ao rio do Prata.

O Marquês de Pombal estava preocupado, imaginava a possibilidade dos avanços castelhanos pelo sul adentrando São Paulo e atingindo o Rio de Janeiro - elevado em 1763 a posição de capital do Estado do Brasil - e as regiões de minas.

São Paulo em meados do século XVIII era uma Capitania extinta e destituída de governador pelo alvará real de 9 de maio de 1748, o mesmo instrumento que criou as capitanias de Goiás e Mato Grosso e colocou a região dos paulistas subordinada ao Rio de Janeiro. A prevalência das minas justificava os postos de governadores para as novas capitanias e, ademais, a abertura do Caminho Novo em 1733, conectando-as diretamente ao Rio de Janeiro, prejudicou o comércio de São Paulo que abastecia àquelas regiões com cereais, carne, sal, açúcar e artigos manufaturados (Bellotto, 2007, p. 28-29).

São Paulo passou a ser importante para o planejamento da defesa e união bélica, de forma integrada com Rio de Janeiro, Rio Grande e Ilha de Santa Catarina. Quando, em 1763, a assinatura do Tratado de Paris pôs fim à Guerra dos Sete Anos, em seguida a Colônia de Sacramento foi devolvida a Portugal; no entanto por lá permaneciam os espanhóis e medidas deveriam ser tomadas para retirá-los. Os temores da invasão aos territórios portugueses rondavam Pombal. Ele então resolveu reativar a Capitania de São Paulo e a escolha de seu governador. Para conter tamanho risco à soberania lusa na América, creditou ao Morgado de Mateus, militar de carreira e fidalgo da Corte, a missão de conduzir a Capitania como barreira protetora e condutora, em coordenação com o governo de Minas Gerais, do plano militar mediante a um provável combate aos exércitos de Espanha (Bellotto, 2007, p. 61-63).

A proteção territorial estava associada à exploração e domínio dos sertões e, conseqüentemente, a configuração do poder que cabia ao Morgado de Mateus como governador. Conforme Bellotto (2007, p. 106), ele defendia que o Paraguai era a pérola dos castelhanos e a estratégia das forças inimigas para entrada em Mato Grosso e Goiás. Daí que nos parece necessário o *Mappa dos Sertões...*, ao auxílio geopolítico que naquele momento demandava o governador.

O Mapa 12 é uma bela aquarela, em conformidade com o manual de Azevedo Fortes, a rede hidrográfica em cor verde, aguada produzida pela emulsão de “duas onças de verdete, e huma onça de Cremor tartari, e hum quartilho de agua” (1722, p. 199). Os limites estão demarcados e no canto inferior esquerdo consta o título do mapa, decorado em interessante cartucho ilustrado como uma bandeira fixada no desenho, mas sugerindo um suave movimento, como se deslocando do suporte da cartografia. Sem referências à autoria ou destinatário. Na extremidade superior direita, uma embarcação, partindo provavelmente em direção à Lisboa, sugere uma original e diferente rosa dos ventos, com o mastro central indicando o Norte e a bandeira na proa direcionada ao oriente, como as referências também assinaladas conforme o mapa de 1750, Norte “Septentrio”, Oriente/Leste “Orens”, Sul “Meridies” e Ocidente/Oeste “Occidens”.

Comparando a hidrografia, percebemos as semelhanças nos traços dos desenhos e nas proporções; as medidas dos desenhos em folha são as mesmas, 62 cm x 50 cm. O topônimo Sobradinho, que sempre nos serve de referência, está presente e os limites da Capitania obedecem o mesmo traçado do Mapa 9. Os símbolos das vilas são semelhantes, veja o Pará e Vila Boa, principais aglomerados urbanos representados por edificações com “seus sinaes de Capital [...] Estes sinaes se costumaõ por nas grimpas¹⁸ dos campanários, que representaõ hua povoação, sendo humas mais avultadas, que outras, conforme a grandeza dos lugares, e sempre deve avultar mais que todas a que for Capital”, ensina Fortes (1722, p. 196). Os arraiais, em status menor que a capital, são representados por círculos com “bago”¹⁹ ou cruz na grimpa, identidade atribuída à jurisdição do bispado e prelazias (1722, p. 197). Esta convenção da simbologia encontra-se nos mapas de Santos Cardoso e Tosi Colombina.

Equivocadamente o Mapa 12 localiza o arraial do Pontal em dois pontos: à margem do rio Pilõens, próximo à capital Vila Boa, e ao norte na barra do rio Manoel Alvarez “R.o de M.el Alz.” no rio Tocantins “R.o Tucantins”. A localização correta do Pontal é ao norte; à margem do rio Pilões, localiza-se o arraial homônimo.

¹⁸ Bandeira, ou figura de metal plana, que se põe para remate nas torres e altos do edifício, cume, o auge (Bluteau, op. cit.).

¹⁹ O mesmo que báculo, cajado, bastão alto com extremidade superior curva (idem).

Exceção a esta diferença - que podemos atribuir ao “desenhador”, este o responsável por transpor para o papel as ideias, cálculos e informações na composição do mapa -, continuando o cotejamento das representações, nota-se as cabeceiras do “R. do Maranhão” são muito semelhantes nos dois mapas. O arraial de “S. Luzia” (abaixo das cabeceiras do Maranhão) com o mesmo posicionamento. Neste mapa, também não estão representados os relevos.

Podemos supor que o Morgado de Mateus utilizou este mapa para as questões com os espanhóis na região para a defesa dos rios Paraguai e Grande, e a região do “Campos da Vacaria”, que frequentemente era alvo de repentinos ataques hispânicos contra a presença de paulistas na área. Apesar do uso pelo governador de São Paulo, o objeto do mapa é a representação dos sertões. O próprio título denuncia a intenção de sua encomenda, *Mappa dos Sertões, que se comprehendem de Mar a Mar entre as Capitánias de S. Paulo, Goyases, Cuyabá, Mato-grosso, e Pará*. A Capitania de Goyaz se destaca a ser a única cujos limites estão assinalados, e os sertões nominados em sua circunscrição e em sua borda. Nota-se a diferença na grafia de sertões, no cartucho com “S” e no desenho com “C”, o cartucho foi adicionado posteriormente ao desenho? Sabemos da possibilidade da participação de mais de um desenhador na composição.

Presumimos que o mapa não foi feito durante o governo de Mateus, provavelmente copiado do original elaborado anos antes e do qual o governador solicitou para a necessidade de sua missão, ou ainda que foi contemporâneo ao de 1750, pelo menos ter sido elaborado até 1758, ano fim das atividades de Ângelo dos Santos Cardoso como secretário em Goyaz. Não nos parece obra de Tosi Colombina, pois mais uma vez identificamos elementos discrepantes; por outro lado salientamos as semelhanças com os mapas de Santos Cardoso.

O próximo mapa também segue o padrão comentado, contudo temos pouca informação a seu respeito, mas é possível tecer comentários com base no que analisamos até o momento.

O desenho recebe o título *Mapa do interior do Brasil entre a foz do Amazonas e S. Paulo* (Mapa 13), sem referência de autoria e ano, pertence ao acervo da Biblioteca Pública de Évora, em Portugal, que o insere no período do século XVIII. A

instituição fundada em 1805 pelo arcebispo de Évora, frei D. Manuel do Cenáculo Vilas Boas, com o conjunto inicial de cinquenta mil espécies documentais, selecionadas em Portugal e no exterior, no decorrer dos anos foi acrescido de novas peças oriundos de outras instituições públicas e da igreja, sem o devido cuidado com o registro de procedência, o que hoje torna-se tarefa difícil afirmar dados seguros sobre a origem e data de entrada das peças no acervo (Magalhães, 1997), o que poderiam contribuir para esclarecer sobre a intencionalidade da confecção do mapa.



Mapa 13. *Mapa do interior do Brasil entre a foz do Amazonas e S. Paulo. (17--).*

Semelhante ao título do mapa 14, este também procura compreender o cenário apresentado, o interior é o objeto, mas a Capitania de Goiás mais uma vez é o destaque.

Possui dimensões maiores que os mapas anteriores, 82 x 65 cm. Os limites da Capitania de Goiás, conforme a decisão do conde dos Arcos, estão traçados em ocre no tom amarelo. A representação da formação geológica é semelhante à dos mapas de Santos Cardoso (mapas 10 e 11) e Tosi Colombina (mapa 15). Localiza a “Serra dos Geraez” como divisa nordeste e a “Serra da Araguaya”, ao centro-norte do território, esta não mencionada no mapa do cartógrafo italiano. No centro ao sul, vizinho à Vila Boa está registrada a Serra Dourada, porém sem representação por símbolo. Possui graus de longitude e latitude, sem orientação de coordenadas, estão assinalados os paralelos de referência, a Linha Equinocial e o Trópico de Capricórnio, a exemplo dos mapas 9, 12 e 15.

Os caminhos estão demarcados em linha pontilhada, que conduzem o viandante pelos trinta e um arraiais e única vila das minas de Goiás, assinalados por símbolos sendo vinte e cinco por círculo em vermelho e seis povoados representados pelo símbolo de uma edificação com o bago ou báculo, são: Vila Boa; Barra do Palma; Pontal; Natividade; Duro; Descoberto do Carmo. Neste caso não há diferenciação entre o símbolo aplicado a vila e aos outros povoados. Os motivos destas diferenciações não estão explicados no mapa, tampouco encontramos argumentos que os justifiquem. No entanto o símbolo dos núcleos capitais, Pará, Maranhão e Mato Grosso-Cuiabá, e curiosamente Paracatu – por não ser capital – foram desenhados em destaque comparados aos demais, conforme os manuais de Azevedo Fortes. Observa-se que o símbolo para Paracatu é o de maior volume.

Estão demarcadas as regiões de ocupação do gentio, conforme os mapas anteriores. As circunscrições de resistência à colonização e risco a aventureiros que tentavam o apossamento de terras distante do eixo das estradas sinalizadas.

A hidrografia prevalece e dá forma ao desenho. Estão as conexões do interior, com o litoral e o Amazonas, compondo a rede hidrográfica pela qual serviam ao trânsito dos caminhantes, conforme assinalados. No canto inferior esquerdo,

conforme o padrão, está o espaço reservado ao cartucho com título e informações sobre a motivação do mapa, ausente nesta representação.

A legenda completa a base do desenho. Nota-se a influência do mapa de Tosi Colombina na configuração da tabela, com texto explicativo posicionado à esquerda, onde o leitor se informa basicamente sobre os caminhos. Constam descrição dos caminhos, tomados pelos rios navegáveis e por terra configurando vias de comunicação entre povoados, o texto foi elaborado com base na legenda do mapa de Colombina, alguns trechos foram suprimidos, como a citação ao sertanista Antônio Pires de Campo e sua bandeira até os índios Curumaré, e a referência aos membros da bandeira do Anhanguera que partiram a descobrir minas ao norte do território. Estas ausências não trazem prejuízo à citação das derrotas, mas trata-se de seleção da memória transmitida ao leitor.

Também menciona a sinalização das serras e faz breve classificação da vegetação encontrada no percurso por terra.

Completa a legenda a relação de quarenta e nove povoados, distribuídos em três colunas. Todos os 31 núcleos urbanos de Goiás, descobertos nos setecentos estão relacionados.

Os puntinhos vermelhos denotaõ a derotta de Santos, S. Paulo, Ithú athé V.a Boa de Goyas; e d'esta athé a Natividade. Os puntinhos amarelos a volta, que se fas para V.a Boa. Os pretos da Villa Boa athe o Cuyabá a derotta, e comunicaçã destas a villas, e do mato groço quando se vay por terra. Porque quando se vay em canoa, a maõ se deçe o Rio Cuyabá e dos Porrudos, e se sobe o Paraguay, e o Joru athé onde travessa o caminho de terra, o que se segue deixando as canoas... os puntinhos pretos desde Araraytaguaba athe o Cuyabá pellos Rios Tiaté, Pardo, Camapoã, Cuxiim, Taquari, Paraguay Chunér, Porrudos e Cuyabá, e os quais deçendo pella margem do Porrudos sobem em Paraguay, a Sapituba, denotaõ o caminho que fez Joaõ de Sousa de Azeve do quando varou por terra athe o Rio Somidouro, pello qual decendo, e pello Rio Tapajós, e Amazonas foi ao gram Pará, donde voltando subio p.a o dito Amazo nas, e Madera athe o Mato grosso... os puntinhos amarelos da V.a do Cuyabá, que sobem pela margem do dito rio, o atravercam por terra athé dar no rio Preto, e no dos Arinos denotam a viagem de canoas, q. novam.te descobrisse, e faz communicavel a dita Villa com a cidade do Gram Pará... Os puntinhos pretos no R. Tocantins, q. principiaõ onde saõ 2 sinais de sitios, q. começaõ as povoaçoens ou roças do Gram Pará denotaõ a viagem, q a gente da Nativid.e embarcando se em canoas no pontal e feitose, a chegando em onze dias as ditas roças e destas athe os canais [ou?] como chamaõ Guarupés em 2 dias, e por elles 3 dias, q tudo fazem 16 athe o Gram Pará; porem a subida impossivel, e a descida se fas em tem

po de cheas: mais facil se poem a comunicaçaõ desta Villa com a cid.e do Gram Pará embacardo a 2 dias de viagem abaixo do Rio Vermelho, q entra no Rio Grd.e do cam.o de Cuyabá q com o nome de Araguaia entra no Tocantins A sombra ou circulo amarello demarca a Capt.a de Goyas; nos cam.os q vem de S. Paulo a esta Villa e desta vaõ a Nativid.e e voltaõ não se encontraõ matos de consideraçaõ, mais q o de Moggi na Comarca de S. Paulo, e o Matto grosso da Meia ponte nesta Capt.a que vaõ demarcados com arvoredos: os mais q se chama capoens por serem piquenos, não se apontaõ: as terras, q se encontraõ estaõ demarcadas: os citios do cam.o de S. Paulo a esta Villa não estaõ marquados, mas se apontaõ só os que se achaõ neste mappa em grande distancia do alistado.

- | | |
|---|---|
| 1 Sanctos | 28 Agoa quente |
| 2 S. Vicente | 29 Trahiraz |
| 3 Fortaleza da Barra de Santos | 30 S. José |
| 4 Forte da Betioga | 31 S.a Rita |
| 5 Conceiçaõ | 32 Moquem |
| 6 Jaguapé | 33 Chapada de S. Gonçalo |
| 7 Cananea | 34 Morrinhos, ou Amaro Leite |
| 8 S. Paolo | 35 Corriola |
| 9 Paranahiba | 36 Carlos Marinho, ou S. Feliz |
| 10 Itú | 37 Chapada de S. Feliz, ou de Carlos Marinho |
| 11 Ararituaba | 38 Cavalgante |
| 12 Sorocaba | 39 Paranhã ou Itiquira |
| 13 Jundiahi | 40 Arraiaz |
| 14 Mogi | 41 Barra da Palma, ou terras novas |
| 15 Arrayal dos Bororos gov.do pello Corn.el Ant.o Pirez | 42 Duro |
| 16 S. Cruz | 43 Natividade |
| 17 S. Luzia | 44 Pontal |
| 18 Meya Ponte | 45 Descoberta do Carmo |
| 19 Jaraguá | 46 47. 48. Missoens, ou Aldeias dos P.P. da Comp.a de Castella proxim.te erectas. |
| 20 Ouro Fino | 49. Ilha Comprida |
| 21 Ferreiro | |
| 22 Villa Boa de Goayaz | |
| 23 Anta | |
| 24 Piloens | |
| 25 Quirixas | |
| 26 Guarinos | |
| 27 Pilar ou Papoaam | |

Pelos detalhes do mapa é possível sugerir um período datável, entre o Mapa 14 (1769) e a mudança do padrão cartográfico a partir de 1771.

O *Mapa dos limites de Goiás e Minas Gerais* (1751) (Mapa 16) pertencente ao acervo do Arquivo Público Mineiro, é mais uma representação que segue o padrão

Ângelo dos Santos Cardoso. A história arquivística do documento remete à Secretaria do Interior, ativa durante o período 1891 a 1957, e de acordo com as atribuições do órgão que entre outras funções administrava as relações com outros Estados e com o Governo Federal, as peças cartográficas eram documentos importantes.

As dimensões são muito próximas ao do mapa do Arquivo Histórico do Exército, que é maior no comprimento somente 1 cm e menor 1,5 cm na largura.

O título apresenta os indícios dos motivos que levou a sua elaboração, a informação visual da circunscrição da Capitania de Goiás, e durante o século XVIII particularmente a região compreendida pelo rio das Velhas, rio Parnaíba e rio Grande, conhecida por “território da parte sul até o rio Grande”, segundo Alencastre (1979, p. 117) foi espaço de conquista e presença de exploradores das Minas Gerais, contudo, estava em terreno da Capitania de Goiás, ocasionando conflitos no decorrer da segunda metade dos setecentos.

Para Alencastre as querelas iniciaram-se com sertanistas financiados pelo Governador de Minas Gerais José Antônio Freire de Andrade (1752-1758), contratados para combater escravos organizados em quilombos que conflitavam com comboios de mercadorias e moradores da região. Este movimento promoveu a exploração daquele sertão resultando no povoamento de fazendas de gado e de núcleos mineiros com proteção e influência de Minas Gerais. Naturalmente levou esta Capitania a reclamar direitos sobre aquele espaço.



Mapa 16. *Mapa dos limites de Goiás e Minas Gerais. 1751.*

Em 1765 o Governador de Goiás João Manoel de Melo, consultou o rei D. José sobre o conflito de jurisdição do território da parte sul até o rio Grande com o governo da Capitania de Minas Gerais (AHU_ACL_CU_008, Cx. 21, D, 1275). Segundo Manoel de Melo, alguns “mineyros das Gerais com seus escravos” foram à região com o intento de minerar, mas apuraram pouco ouro, fato já conhecido dos mineiros de Goiás, motivo pelo qual estava despovoada. Os mineiros das Gerais perceberam então, como compensação para a baixa arrecadação do ouro, a possibilidade da exploração da terra pois era “saudável e fecunda na produção de frutos: os matos tinhaõ abundancia de caça e os rios de peixes” sendo os motivos que os levaram a “se arrancharem no dito sitio”. O padre do arraial de Santa Cruz, vizinho ao local, soube que por ali intencionavam permanecer, tomou as medidas para posse na circunscrição do Bispado, levantando altar e rezando missa.

O pároco se dirigiu à Vila Boa, e deu conhecimento do que estava acontecendo a Manoel de Melo, que por sua vez tomou as providências para regularizar o pequeno grupo dentro das exigências administrativas e jurídicas, pretendia que fosse formado um arraial e encontrou resistência dos mineiros, diante da afronta, o governador argumentou que não poderia permitir “haver corpo civil ainda que pequeno sem cabeça que o governase”.

Em Minas Gerais, o governador Luís Diogo Lobo da Silva (1763-1768), discordava da avaliação de Manoel de Melo, acreditava que a lavra tinha rendimento e estava dentro dos limites de sua Capitania, não reconhecendo os direitos reclamados por Goiás.

Os conflitos travados entre as duas capitanias duraram até o ano de 1790, com o Governador de Goiás Tritão da Cunha Meneses, utilizando o território do julgado do Rio das Velhas como argumento para a defesa dos limites, o que veremos mais adiante com o *Mapa dos Julgados*. Tais embates, por um lado, estavam orientados ao cumprimento de objetivos e acordos que valiam o maior ganho de riquezas para a Coroa e seus representantes nobres alocados na colônia. O reino pretendia a efetivação da conquista, expansão populacional e portanto do poder representado pelo acúmulo de territórios, que traduzia-se em arrecadação de dividendos, à nobreza acrescenta-se os ganhos sociais entre os pares. Aos mineradores, estava a

oportunidade do ganho mais vantajoso, a inserção social e sobrevivência em meio ao mundo incrivelmente mutável do povoamento baseado na mineração.

Sobre a configuração do mapa, primeiro deve-se ressaltar a forma escolhida para evidenciar o território da Capitania de Goiás, pintando em aquarela em tom amarelo. O desenho possui as referências de latitude e longitude, com a sinalização da Linha Equinocial e do Trópico de Capricórnio. Ao norte, todo o Amazonas está desenhado, e a “Ilha de Joannes” não está identificada.

O desenho recebeu as influências dos mapas de Santos Cardoso, dos anos 1750 e 1753 (respectivamente Mapas 9, 10 e 11), e de Tosi Colombina, 1751, (Mapa 13). Ao primeiro, observa-se o topônimo referência Sobradinho, a “Serra da Araguaya” grafada ao norte, a escrita das palavras sertão com a letra “C”, a ausência da Cambaúba na relação dos arraiais e finalmente os limites ocidentais conforme a preferência do Conde dos Arcos. As semelhanças com o mapa do cartógrafo italiano estão evidentes na composição do cartucho com borda compreendendo a nota e legenda explicativa, apesar do mapa anterior apresentar o texto sem borda. A legenda está disposta em uma coluna ao lado da relação de 45 povoados distribuídos em outras quatro colunas, diferente do mapa de Tosi Colombina que relaciona 49 núcleos urbanos.

A seguir a leitura paleográfica da nota e da legenda, textos do cartucho localizados na base do mapa.

Ilm.o e Ex.mo Sn.õr Conde dos Arcos

D. Marcos de Noronha

Governador, e Capitam

General

de Guayás

Quando de Ytu, onde foi juiz de fora, acompanhei ao D. or Agostinho Luiz Ribeiro Vieira, q vinha por Ouvidor a estas minas, fiz hum map-pa da dicta derrota, o qual vendo V. Ex.cia ficou do seo agrado, naõ porq o cenhecesse com aquella perfeiçaõ, q requer hua tal obra, más porq na incerteza do in-

terior destes certoens pode se ao menos ter hua tal qual idea mais apparente com a verdade, a qual podia ter sido mais aproximado o P. Diogo Soares da

Companhia de Jesus Mathematico expedido expressamente da corte para isso; porem este naõ tinha passado do districto de Tocantins, e o pouco, ou muyto, q tinha alcançado, naõ o tinha communicado nestas partes, de tal sorte, q outro Governador, q precedeo a V. Ex.cia por occasiaõ do contracto dos diamantes de Piloens, ao

chegar a esta villa se suppunha estar na parallela da Bahia de Todos os Sanctos, quando há mais da tres graos de differença em latitud, e assim V. Ex. cia, tendo visto/tambem varios borroens meos, e apontamentos feitos por informaçoens de varias partes do interior desta America (q) serviraõ a outrem para se adiantar) me ordenou lhe fizesse hum mappa geral, por onde se podessem conhecer os limites desta capitania; para isso pedi tempo para melhor servir a V. Ex.cia, e acompanhando novamente ao dicto D.or Ouvidor na correição da comarca, examinei-a pessoalmente, e tomei as informaçoens, q me pareceraõ mais verosimeis, e assim pre-

sentemente sirvo a V. Ex.cia do presente mappa q como disse, poderá servir de idea, [rasura] os curioso conhecendo os meos erros apontaraõ a verdade, e eu terei a gloria

de ter sido o estímulo para q ai pareça. Este mappa he feito deste modo: de Sanctos guardando os pontos de longitud, e da latitud dos roteiros, e dos geógrafos mais modernos, com a diligencia, q pode usar hum viandante de passagem, fiz a derrota até esta Villa Boa, a qual continuei depois até a Natividade, e recolhi-me outra vez a esta villa: a derrota das canoas de Ararytaguaba até o Cuyabá, e depois ao Mato-grosso tanto por rios, como por terra, com a occasião da minha demora de onze mezes naquellas partes do embarque segui a informação dos melhores pilotos, q por lá andaõ, por isso não se me deve culpar o erro, como não me gloriaria do acerto se o tivesse alcançado, e q só se deve suppor naquella pessoa dotada de tantas virtudes moraes, q excedem a sua mesma sabedoria, e ao illustre da sua prosapia q não sabe obrar, senaõ acertos, e q se suppoem ter feito felicemente tal via-

gem: a derrota, q [ilegível, pela dobra no mapa, deste ponto até o fim da linha]

por informaçoens, q de lá me mandou o D.or Joseph Martins Machado: a derrota, q vai de Villa Boa ate o Cuyabá, foi feita pelo capitaõ mor

Diogo Joseph Pereyra, como tambem a informação da nossa derrota para o Gram Pará com canoas do Cuyabá subindo o mesmo rio, e buscar- outras vertentes no rio Preto até dar com a primeira derrota do dicto Joaõ de Sousa de Azevedo: o curso do rio das Amazõnas até o Gram-

Pará [?] copia da navegaçaõ de monsieur de Condemine, ao qual se deve todo o credito: a derrota do Pontal da Natividade pelo rio Tocantins, e canaes chamados guarupés até o Gram Pará, he informação do capitaõ Francisco de Almeida descobridor das minas das Arrayas, q fez tal-

viagem: o mais he por outras informaçoens, e o mais interior não se sabe ainda, senaõ muyto confusamente; mas o q pertence a esta capitania/bravemente darei a V. Ex.cia hum mappa em ponto maior, e com maior individuaçaõ, o q farei tambem, se, como supponho, me vier, a ordem pa-

ra a abertura do novo caminho desta villa a cidade de S. Paulo, e villa de Sanctos, e nisto, e naquelles se me devem perdoar os erros porq não-

saõ partos da minha presemçaõ, mas sim abortos da minha obediencia submettida a V. Ex.cia, q deos guarde muytos annos. Villa Boa 6 de abril de 1751.

De V. Ex.cia

o mais humilde venerador, e criado
Francisco Tosi Colombina

Explicação

[símbolo] Cidade. [símbolo] Villa. [símbolo] Fortaleza. [símbolo] Arrayal. [símbolo] Sitio: § os pontinhos vermelhos denotaõ a derrota de Sanctos, S. Paulo e Ytu até Villa Boa de Guayás, e desta até a Natividade: §. Os

pontinhos amarelos demarcão a volta da Natividade até Villa Boa: §. Os pontinhos pretos de Villa Boa até o Cuyabá demarcão a derrota, communição destas duas villas, e esta continua a mostrar-se até o Mato-grosso, quando se vai por terra, porq quando se vai em canoa, se desce o rio Cuyabá, e o dos Porrudos, se sobe o Paraguay, e o Jauru até onde atravessa o caminho de terra, q se segue deixando as canoas. §. Os pontinhos pretos desde Irarytaguaba até o Cuyabá pelos rios Tiaté, Pardo, Camapoaã, Cuchiim, Taquari, Paraguay, Cheene, Porrudos, e Cuyabá demarcão o caminho das canoas, q servem de communição com a costa do mar de Sanctos, e Rio de Janeiro, e o Povoado de S. Paulo. §. Os pontinhos vermelho da villa de Cuyabá, q descendo pelas margens do mesmo rio, e dos Porrudos, sobem o Paraguay, e Sapituba denotaõ o caminho, q fez Joaõ de Sousa de Azevedo, quando varou por terra até o rio Sumidouro, pelo qual descendo, e pelos rios Tapayos, e Amazonas, foi ao Gram Pará, donde voltando subio pelo dicto Amazonas, e Madeira até o Mato-grosso. §. Os pontinhos amarelos da villa de Cuyabá, q sobem pella margem do dicto rio, e atravessaõ por terra até dar no rio Preto, e no dos Arinos, denotaõ a viagem de canoas, q novamente se descobrio, e q faz communicavel a dicta villa com a cidade do Gram Pará. §. Os pontinhos pretos no rio Tocantins, q principiaõ onde saõ dous sinaes de sitios, q começaõ as povoaçoens, ou roça do Gram Pará, denotaõ a viagem, q a gente da Natividade embarcando-se em canoas no Portal effeituou, e chegando em onze dias até as dictas roças, e destas até os canaes, ou como chamaõ Guarupés, em dous dias, e por elles tres dias, q tudo fazem dezeseis até o Gram Pará; porem a subida se reputa impossivel, e a descida só se faz em tempo das cheas; mais facil se suppoem a communição desta villa com a cidade do Gram Pará embarcando-se dous dias de viagem abaixo no rio Vermelho, q entra no Rio-grande do caminho do Cuyabá, q com o nome de Araguaya entra no Tocantins: a sombra amarella demarca a Capitania de Guayás nos caminhos, q vem de S. Paulo a esta villa, e desta vaõ a Natividade e voltaõ naõ se encontraõ matos de consideraçaõ mais, q o de Mogi na comarca de S. Paulo, e o mato grosso da Meia Ponte nesta capitania, q vaõ demarcados com arvoredos: os mais, q se chamaõ capoens por serem pequenos, naõ se apontaõ: as terras, q se encontraõ, estaõ demarcadas: os sitios do caminho de S. Paulo a esta villa naõ estaõ marcados mas se apontaõ só os q se achaõ neste mappa em grande distancia do alistado; mas o mappa particular desta capitania em ponto maior se fará com mais individuaçaõ.

1 Sanctos
 2 S. Vicente
 3 Fortaleza da Barra de Sanctos
 4 Forte da Bertioga
 5 Conceição
 6 Iguape
 7 Cananea

8 S. Paulo
 9 Parnahiba
 10 Ytú
 11 Ararytaguaba
 12 Sorocaba
 13 Jundiá
 14 Mogy

15 Arrayal dos Bororós, governados pelo coronel Antonio Pires de Campos	31 Sancta Rita
16 Sancta Cruz	32 Moquem
17 Sancta Luzia	33 Chapada de S. Gonçalo
18 Meya Ponte	34 Morinhos, ou Amaro Leyte
19 Jaraguá	35 Corriola
20 Ouro Fino	36 Carlos Marinho, ou S. Felix
21 Ferreiro	37 Chapada de S. Felix, ou de Carlos Marinho
22 Villa boa	38 Cavalcanti
23 Anta	39 Paranã, ou Itiquira
24 Piloens	40 Arrayas
25 Crixá	41 Barra da Palma, ou Terras novas
26 Guarinos	42 Duro
27 Pillar, ou Papoam.	43 Natividade
28 Agoa quente	44 Pontal
29 Trayras	45 Descoberto do Carmo
30 São Joséph	

De forma geral os textos, comparados ao da Biblioteca Pública de Évora e ao de Tosi Colombina, não possuem grandes variações na comunicação da informação. Comentando sobre o texto da nota, está conforme a do Mapa 15, contém algumas poucas palavras com escrita diferente, como o nome da Capitania grafado “Guayás” e no outro escrito “Goyaz”, mas não há supressão de trechos, evidencia que os textos foram redigidos por pessoas diferentes. Consideramos que mapas e documentos textuais eram elaborados com a participação de funcionários como os secretários ou profissionais contratados que detinham o conhecimento da escrita, como o pendolista, profissional que tinha traços elegantes ou pelo calígrafo, que conhecia o sentido do traçado da escrita e a produzia por imitação (Almada, 2011, p. 98-99).

Finaliza a nota a assinatura de Colombina, o que leva a imediata conclusão de autoria do desenho. Neste ponto é interessante observar que o fato de constar o nome não descarta a possibilidade do mapa ser uma reprodução do primeiro elaborado, uma cópia que pode ter sido feita em outra época e lugar, e principalmente por motivos diferentes.

Com as informações que atualmente possuímos, não é possível afirmar que este desenho é de autoria ou foi coordenado pelo cartógrafo italiano na data informada, como também não temos elementos para negar. O que de fato parece, é que este foi elaborado com base nos primeiros quatro mapas.

Comparando as assinaturas do nome Francisco Tosi Colombina em documentos, observamos diferenças significativas (Figura 5).

A primeira assinatura, está no Mapa 15, que observamos ser diferente da segunda assinatura, que consta no mapa do acervo do Arquivo Público Mineiro. A terceira assinatura está na proposição para abertura do caminho entre Santos e Cuiabá. O desenho da letra “T”, o traço horizontal em arco suavemente direcionado para cima, é o mais característico. A letra “C” que estende-se por baixo das letras seguintes também é bastante marcante. A assinatura 3 parece ser a escrita pelo próprio Tosi Colombina.

A terceira assinatura guarda semelhanças com a primeira e com a terceira, e sua origem reforça a possibilidade de ser do italiano, pois foi retirada dos planos que apresentou ao Morgado de Mateus, para exploração e a conquista do vale do rio Tibagi em 1753 (Colombina, 1974), o que não foi a cabo por ordem do Conde de Bobadela que considerou o momento inoportuno, pois estava diante das tensões causadas pela Guerra Guaranítica (1750-1756), e não pretendia acirrar os ânimos dos jesuítas e dos índios que localizados não muito distante do caminho para o Tibagi (Bellotto, 2007, p. 134-136).

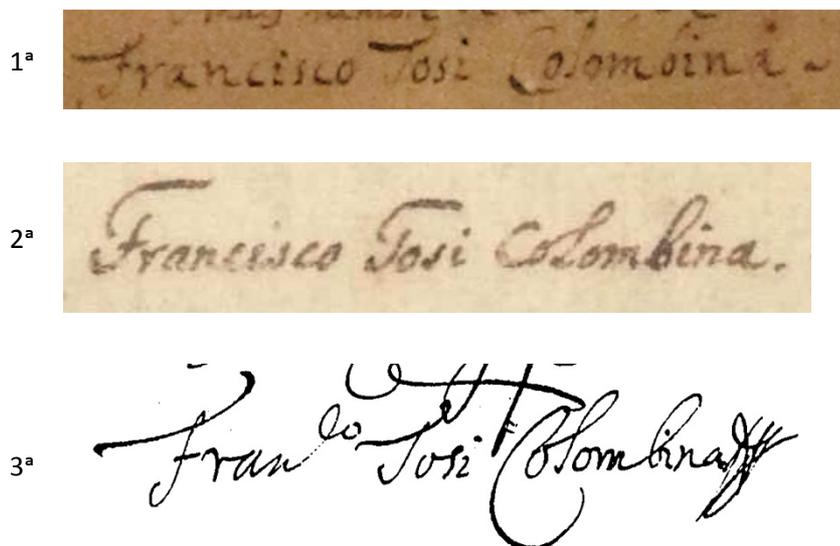
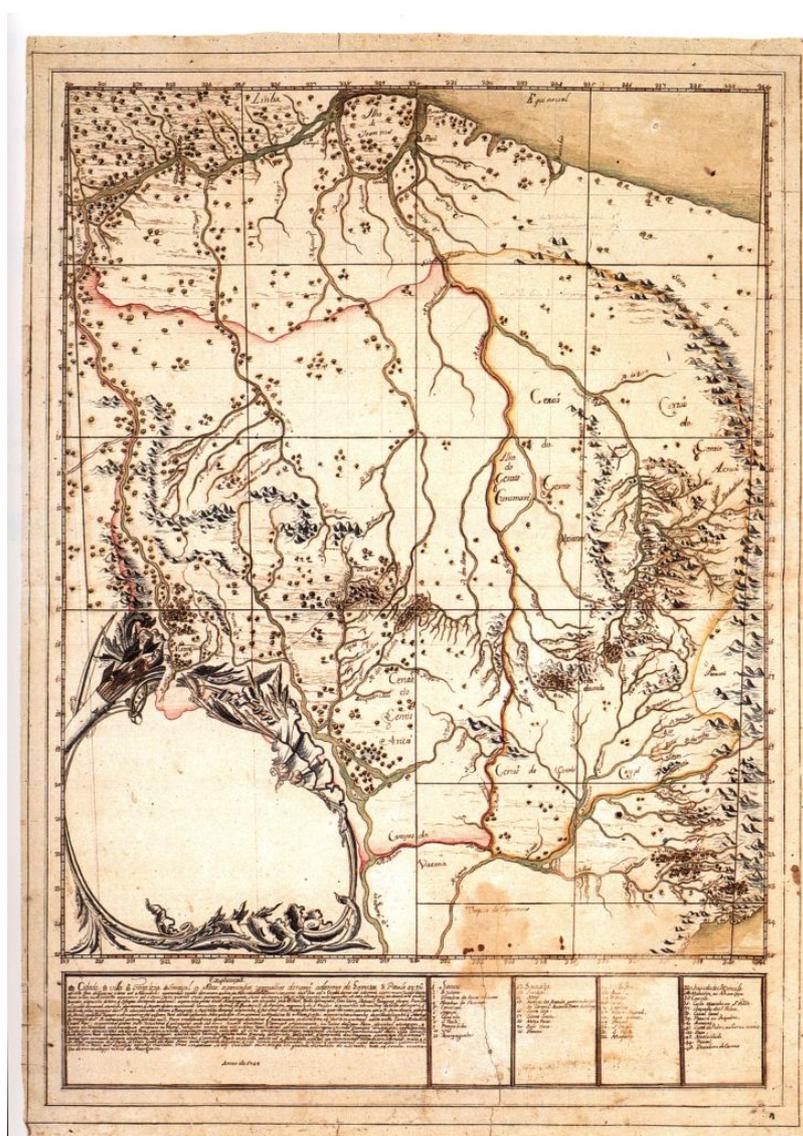


Figura 5. Assinaturas de Francisco Tosi Colombina

As discrepâncias e proximidades entre as assinaturas, como os demais elementos de um mapa, contribuem para autenticação de autorias, e revelam sobre a circulação de informações pela utilização de outros mapas como base para a elaboração de um novo documento. Também é indício da confiança transmitida por trabalhos identificados como sendo de cartógrafos renomados.

O próximo mapa é outro exemplo no qual os indícios nos levam a identificar as influências em sua confecção. Tratamos do Mapa 14, *Territórios entre a foz do rio Amazonas e S. Paulo* (1769), do acervo da Casa da Ínsua, item da coleção do Governador da Capitania do Mato Grosso Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cárceres.



Mapa 14. *Territórios entre a foz do rio Amazonas e S. Paulo*. 1769.

O padrão Ângelo dos Santos Cardoso é visível. Os territórios citados no título são as capitanias de Goiás e Mato Grosso, delimitadas no desenho respectivamente pelas cores amarelo e vermelho. Tomando o ano de 1769 como a data para o mapa, este foi feito durante o governo de Luís Pinto de Sousa Coutinho, Visconde de Balsemão, que dirigiu a Capitania de Mato Grosso entre 1769 e 1772. O que motivou a elaboração do desenho parece ter sido a decisão sobre os limites entre as duas capitanias, que tornou-se objeto de questionamentos dos governadores de Mato Grosso após a resolução do Conde dos Arcos.

No período, estava a frente do governo de Goiás, João Manoel de Melo, interventor do Marquês de Pombal ao governo de D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora, responsabilizado junto com outros funcionários pela instauração de uma crise administrativa e de justiça, com prejuízos à continuidade dos processos deixados pelo seu antecessor.

O novo governador assume, encarcera Botelho de Távora e o envia à Lisboa, cria junta de justiça para julgar responsabilidades, abre devassa no governo e constrói em Vila Boa a nova Casa de Câmara e Cadeia. Através da devassa, descobre amplo descontrole e corrupção na administração do dinheiro pela câmara, favorecimentos pessoais, extravio e falsificação do ouro na fundição, falsificações nos livros de receita e despesa da fazenda, elevado número de assassinatos e crimes em geral. Com postura firme à organização e com o poder amparado por Pombal, João Manoel de Melo tratou de dar continuidade aos planos da conquista do território, e entre tantos ajustes por fazer, era fundamental concluir a delimitação das fronteiras com Mato Grosso (Alencastre, 1979, p. 145-151).

O assunto foi tratado em correspondências trocadas com o Governador do Mato Grosso Antonio Rolim de Moura Tavares, Conde de Azambuja (1751-1765). Utilizou-se do parecer emitido pelo sertanista Baltazar de Godoy Bueno, filho do Anhanguera, que confirmava a proposta do Conde dos Arcos. O Conde de Azambuja deu-se por satisfeito, concordando com a fronteira demarcada.

Era fato que D. José I ainda não havia ratificado os limites, quis então o Visconde de Balsemão, no seu primeiro ano na condução do governo, encerrar a questão com Goiás, oferecendo ao Governador João Manoel de Melo, um projeto para

a demarcação dos confins da Capitania de Mato Grosso com a Capitania de Goiás (Alencastre, 1979, p. 151-57). O assunto retornava à mesa de negociações, mas por desconhecimento - por não ter encontrado documentos - de Balsemão das tratativas do seu antecessor. A intenção era uma vez que o projeto pudesse subsidiar ambos governos a definirem os limites, os termos acordados poderiam ser apresentados para a confirmação pela Coroa.

Em carta enviada no dia 4 de maio de 1769, o Visconde de Balsemão expôs o plano a Manoel de Melo. Com base nos “últimos descobrimentos e mapas mais exatos que até agora tem havido destes países, parece que o projeto mais natural para se terminar este negócio a respeito da Capitania de Goiás seria conforme os mesmos mapas” (Alencastre, 1979, p. 153-54), conclui a mensagem descrevendo a fixação dos limites em concordância com Conde dos Arcos.

Imaginamos que os mapas referidos pelo Visconde, devem ser os de Ângelo dos Santos Cardoso e o de Francisco Tosi Colombina, se assim for, e parece ser pela manutenção do padrão e as influências que podem ser observadas no Mapa 8, começa a transparecer a relação entre os documentos cartográficos.

Em 1771, praticamente um ano após o falecimento repentino de João Manoel de Melo, ocorrido em 13 de abril de 1770, em exercício do cargo no interior do palácio em Vila Boa, Balsemão entendeu por encerrado e definido os limites, convicto, utilizou-se de um “ato formal” em carta ao rei, oficializando sua decisão.

Não obstante a dúvida que até o presente havia subsistido entre os meus predecessores e os governadores da Capitania de Goiás a respeito dos limites de um e outro governo pela banda de leste e oeste, por onde opostamente confinam [...] nenhuma dúvida se me oferece, conformando-me com a ordem de S. M. de 2 de agosto de 1748, expedida pelo seu conselho ultramarino a ambos os governos, em que a mútua divisão das duas capitanias se faça pelo referido rio das Mortes, desde o ponto da sua confluência no rio Grande até a foz do rio Pardo [...] E, para que S. M. seja servido dignar-se de determinar esta matéria na forma das suas reais ordens, mandei passar este ato de acessão ao referido arbítrio, que veio por mim assinado e selado com o sinete das minhas armas. Dado nesta capital de Vila Bela no 1º de Abril de 1771. Luiz Pinto de Sousa. (Alencastre, 1979, p. 151-157).

Balsemão não deixa claro se envio mapa junto ao texto, o que podemos inferir é que o mapa “Territórios entre a foz do rio Amazonas e S. Paulo”, foi elaborado como documento ao contexto apresentado. Pelas características da composição do desenho,

colorido em aquarelas que discriminam as Capitânicas, os rios e o mar, o capricho nos detalhes ornamentais do cartucho, com o desenho de arco e flechas, porém sem texto, indicando uma obra inacabada, parece que destinava-se a submissão ao rei mas não concluído deve ter sido transferido ao governador seguinte Pereira e Cárceres, provavelmente sendo útil às questões da Capitania do Mato Grosso.

Descrevendo detalhes do mapa, conforme observado a circunscrição de Goiás segue a forma dos mapas de Cardoso, em acordo com Conde dos Arcos.

A rede hidrográfica preenche e dá a forma ao desenho, que é o mais abundante na representação simbólica da vegetação, em alguns pontos mais densa e em outras regiões mais espalhada. As formações de morros estão registradas por símbolos e pelos nomes “Serra dos Geraes”, “Serra da Araguaya” e “Serra Dourada”.

Os caminhos estão marcados, ligando Vila Boa à Santos e à Cuiabá, como também a via para os povoados ao norte da Capitania de Goiás. O povoamento está hierarquizado e identificado por símbolos descritos na legenda. As regiões ocupadas pelos grupos indígenas na Capitania de Goiás estão nomeadas, são elas “Certão do Gentio Xavante”, “Certão do Gentio Acruá”, “Certão do Gentio Caypó” e “Ilha do Gentio Curumaré”.

Estão demarcadas as latitudes e longitudes, e a Linha Equinocial e o Trópico de Capricórnio.

O mapa possui cartucho ornamentado com arco e flechas, em alusão à presença de índios e ao espaço geográfico selvagem, porém não contém texto, indicando uma obra inacabada. A legenda explicativa, com quatro colunas onde estão relacionadas quarenta e cinco povoações ocupa o rodapé, conforme modelo do mapa de Colombina, e tem o seguinte texto.

Explicação

[símbolo] Cidade. [símbolo] Villa. [símbolo] Fortaleza. [símbolo] Arrayal. [símbolo] Sitio: os pontinhos vermelhos denotam a derrota de Sanctos, S. Paulo e Ytu até Villa Boa de Guayas, e desta até a Natividade: os pontinhos verdes demarcam a volta da Natividade a V.a Boa: o pontinho pretos de V.a Boa até o Cuyabá demarcam a derrota e comunicação destas duas villas, e esta com tinua a mostrar-se até o Mato-Grosso, quando se vai por terra, porq. quando se vai em canoa, se desce o rio Cuyabá codos dos porrudos, se sobe o Paraguay, e o Jaurú ate onde atravessa o ca

minho de terra, q. se segue deixando as canoas: os pontinhos pretos desde Ararytaguaba ate o Cuyaba pelo r. Tiaté, Pardo, Camapoaá, Cuchiim, Jaquari, Paraguay, Cheené, Pur rudos, e Cuyabá demarcaõ o caminho das canoas, q. servem de comunicaçaõ. com a costa do mar de Sanctos, e R. de Janeiro, e o povuado de S. Paulo: os pontinhos vermelhos da villa de Cuyabá, q. dessendo pelas margens do m.o r., e dos Porrudos, sobem o Paraguay, e Sapitúba denotaõ. o caminho, q. fes Joaõ de Souza de Azevedo quando varou por terra até o r. Somidouro, pelo qual dessendo, e pelos rios Tapajos e Amazonas foi ao Gram Pará donde voltando sobio pelo dito Amazonas, e Madeira té o Mato Grosso: os pontinhos ama rellos da villa do Cuyabá, q. sobem pela margem do d.o r. e atravessaõ por terra até dar no r. Preto e nos dos Arinos, denotaõ a viage de canoas q novamente se descobrio, e q., fas com municavel a dita villa com a cidade do Gram Pará: os pontinhos pretos no r. Tocantins, q. principiaõ onde saõ dous senais de sitios q. começaõ as povuaçois, ou rocas do Gram Para, denotaõ a viagem, q. a gente da Natividade embarcando-se em canoas no Pontal, e chegados em onze dias até as ditas rocas, e destas até, os canais, ou cmmo chamaõ Guarupes em dous dias, e por elles tres q., tudo fazem dezaceis dias ate o Gram Para; porem a subida, se reputa empossivel, e a descida so se fas em tempo das cheyas; mais facil se suppem a communicaçãõ desta villa com a cidade do Gram Pará embarcando-se dous dias de viagem abaixo no rio Vermelho, q. emtra no Rio Grande do caminho do Cuyaba, q. com o nome de Araguaya emtra no Tocantins: o q. veste o amarelo demarca a Capitania de Guayas: nos caminhos, q. vem de S. Paulo a esta villa, e desta vao a Natividade, e voltaõ, nao se emcomtraõ matos de consideraçaõ mais, q. o de Mogi na comarca de S. Paulo, e o mato grosso da Meia Ponte nesta Capitania de Guayas, q. vaõ com destinto.s nos arvoredos; as terras q. se emcomtraõ. estaõ demarcadas: os sitios do caminho de S. Paulo a V.a de Guayas naõ estaõ marcados, mas se apontaõ só os q. se achaõ neste mappa em grande distancia do alistado: tudo o q. sircula o vermelho demarca a cappitania do Mato Grosso.

Anno de 1769

1 Sanctos	13 Jundiai
2 S. Vicente	14 Mogy
3 Fortaleza da Barra de Sanctos	15 Arrayal dos Bororós,
4 Forte da Bertioga	governados pelo coronel Antonio
5 Conceiçaõ	Pires de Campos
6 Iguape	16 Santa Cruz
7 Cananea	17 Santa Luzia
8 S. Paulo	18 Meya Ponte
9 Parnahiba	19 Jaraguá
10 Ytú	20 Ouro Fino
11 Ararytaguaba	21 Ferreiro
12 Sorocaba	22 Villa boa

23 Barra	36 Corriola
24 Anta	37 Carlos Marinho ou S. Felix
25 Piloens	38 Chapada de S. Felix ou de Carlos Marinho
26 Crixá	39 Caval Cante
27 Guarinos	40 Paranã ou Itiquira
28 Pillar, ou Papoam.	41 Arrayas
29 Agoa quente	42 Barra da Palma ou Terras novas
30 Trayras	43 Duro
31 S. José	44 Natividade
32 S. Rita	45 Pontal
33 Moquem	46 Descuberto do Carmo
34 Chapada de S. Gonçalo	
35 Morinhos ou Amaro Leite	

A análise de oito mapas permite importantes conclusões. Fica evidenciado um padrão cartográfico com base no mapa de 1750, organizado por Ângelo dos Santos Cardoso. Mapas posteriores acrescentaram novas informações e ou complementos ao desenho, que consideramos influências transmitidas e evidenciadas no conjunto cartográfico, com a manutenção do mapa base necessário pelas restrições de recursos financeiros, humanos e tecnológicos, que não permitiam explorações frequentes a fim de elaborar ou rever os mapas, o que contribui para a existência do padrão.

As influências demonstram que nos territórios centrais da conquista, aconteceram interações envolvendo documentos cartográficos durante o século XVIII. Essas interações, de acordo com as motivações que justificaram a elaboração de cada mapa, contribuíram para a qualificação dos territórios, principalmente o da Capitania de Goiás, mesmo que representasse pouco em termos de avanço do conhecimento no decorrer dos anos.

Apresentaremos a seguir o mapa que representou a mudança no padrão cartográfico para os desenhos da Capitania de Goiás no final dos setecentos. A Mapoteca do Itamaray guarda uma cópia feita em 1865, com base no original do Arquivo Militar de Lisboa e trazida de Portugal pelo Barão Luiz da Ponte Ribeiro, como peça integrante do *Convênio Luso-Brasileiro sobre cartografia portuguesa de 1867* (Manique, 1949), com o título *Carta ou Plano Geographico da Capt.a de Goyas huma das do centro da America Meridional, do Reino de Portugal que mandou construir o Ill.mo e Excll.mo Snr. José de Alm.da de Vasconcellos de Svral e Carvalho Govr.r e Cap. Gen.l da dita Capit.a do Dia de 26 de Julho de 1777 até Maio de 78, que a entregou tem*

Exemplar da Mapoteca do Itamaraty, cópia do original de Portugal. O mapa surgiu como resultado da expedição pela Capitania de Goiás, entre 1772-1773, empregada pelo governador José de Almeida de Vasconcellos de Soveral e Carvalho, o Barão de Mossâmedes.

O Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, entregou em outubro de 1771 ao novo governador, as instruções e a memória das ordens, ofícios e cartas régias conduzidas aos governadores antecessores, assim estava o Barão de Mossâmedes informado das condições que encontraria e o amparo para as medidas que estava autorizado a aplicar na condução da Capitania de Goiás. Estava orientado o governador a percorrer e conhecer o território que iria administrar.

Não se podendo bem
governar hum Estado, sem ter dele um exacto conhe-
cim.to, he da indispensavel
obrigação dos governadores
de Goyas, logo que chegaõ
aquella Capitania, e que
a occurrenciados neg.os oper-
mite, de visitarem pessoal-
mente tudo quanto se
compreende, demais impor-
tante no districto da sua
jurisdicção. (AHU_ACL_CU_008, Cx. 26, D. 1662).

Acreditava a Coroa que a Capitania de Goiás era rica em diferentes mostras de ouro e outros minerais, com abundantes recursos naturais capazes de fornecerem as condições para a mais variada produção de gêneros, garantindo o sustento da vida e do comércio. Porém as extorsões, desordens, descaminhos e violências praticados pelos governantes, funcionários da justiça e da fazenda, pela Câmara e clérigos, resultou no empobrecimento, em terras não cultivadas, recursos naturais não aproveitados e portanto enormes áreas inabitadas, conduzindo o projeto da conquista ao fracasso.

Não avaliava Portugal, que o projeto da conquista e manutenção do território não poderia estar a cargo somente de funcionários reais, diante de estruturas administrativas carentes de recursos e pessoas, inseridos numa economia submetida à captação rudimentar e não perene do ouro, tendo como fator preponderante a falta

de investimentos na renovação em tecnologia aplicada aos procedimentos de extração do mineral. Provável causa da estagnação da arrecadação do ouro registrada nas casas de fundição, que percebe a queda acentuada da entrada do mineral na segunda metade do século XVIII. Além da quantidade de tributos pagos pelo habitante, taxas que eram impostas mas que não acompanhavam a variação dos ganhos e das perdas nas minas auríferas, que sustentavam os arraiais e a população, o comércio e as fazendas.

Estava o Barão de Mossâmedes com as instruções determinadas, cabia cumprí-las, aguardava em Vila Boa passarem “as agoas” daquele agosto de 1772, que impossibilitavam “o giro da Capitania”, ocasião em pretendia também “tirar hua carta Geografica, tão necessária ao bom Governo destas Minas”, pois esta ajudaria a esclarecer as “duvidas, que acho sobre os Limites desta Capitania, com a de Minas Geraes, porque não podendo os Governadores por na Real prezença de S. Mag.e hua Carta topográfica dos seus confins, continuaraõ a Laborar nas confusas informaçõẽ em que há m.tos anos se tem ocupado” conforme informava em ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar (AHU_ACL_CU_008, Cx. 26, D. 1688).

Tornava a questão da fronteira com Minas Gerais, a fim de resolver a questão o governador tomava a mesma estratégia utilizada para a definição dos limites Goiás e Mato Grosso, pretendia legitimar os territórios das Capitanias por meio de uma “Carta topográfica”, descrevendo geograficamente os distritos, elaborada com base no conhecimento técnico de engenheiro-cartógrafo Thomas de Souza Villa Real, que também era seu ajudante de ordens.

Terminado o período das “agoas” partiu Mossâmedes e comitiva, na qual estava presente o seu cartógrafo a excursionar pelo termo de Goiás. Entre 2 de junho e 25 de outubro de 1773, conheceram “arraiais, a administração temporal e a eclesiástica, as organizações militares, a situação econômica, tanto aquela relacionada à produção aurífera quanto à agrícola” travou contato com a população participando de óperas e missas nos povoados, reformulou Companhias Militares e executou autorizações e planos para obras locais, toda a expedição foi registrada em diário (Pinheiro; Coelho, 2006, p. 11-12).

Concluído o “giro”, nas anotações finais do registro fez constar os limites confrontantes da Capitania.

A Capitania de Goyaz confina: P.la Parte do Norte com a de Minas Gerais, e com a de S. Paulo; = p.la do Sul, com a do Estado do Grám Pará; = p.la do Nascente, - com a da Bahia e com a de Pernambuco, = p.la do Poente, com a de mato Groso; como se está vendo na Carta Geographica, em que Thomas de Souza, Ajud.te das Ordens do Governo de Goyaz, descrevéra o gyro da visita geral. (Pinheiro; Coelho, 2006, p. 11-12).

As impressões sobre o estado da Capitania não eram animadoras, os desafios que enfrentaria para o cumprimento das ordens que lhe foram confiadas eram enormes, a estagnação na arrecação do ouro refletia na subsistência do território²⁰. Conseguiu perceber uma alternativa possível, o estímulo ao comércio com o Pará via o rio Tocantins, que estava proibida por decreto real no intuito de coibir o contrabando e o descaminho do ouro pela navegação²¹. Assim, encaminhou em agosto de 1773, carta contendo a proposta ao Governador do Pará João Pereira Caldas.

O notável abatimento em que achei esta capitania me tem feito indagar e conhecer a origem deste mal; e que, sendo o tirar ouro o principal negócio das minas, não havendo descobertos há vinte anos, se acham os mineiros reduzidos a simples faisqueiras com o que não podem ainda diminuir as dívidas que para os seus estabelecimentos contraíram. Que os escravos com que reformam os que na morte pagam à natureza o seu tributo, os comprem fiado por exorbitantes preços, a que não podendo satisfazer em tempo, se vêem no desgosto de vê-los rematar com os que tinham pela diminuição do valor de que a praça os reputa. Que, faltando aos particulares as forças para fazerem novas explorações, se acham obrigados a sofrer misérias, enquanto os credores totalmente os não concluem. Que, para buscarem os remédios por meio da agricultura, isto se lhes dificulta pela pouca extração dos gêneros, e também por falta de matos, de que as margens dos grandes rios abundam. Que a desesperação tem incitado a muitos que nestes últimos anos se tem retirado fugitivos, entregando a sua sorte à corrente do mesmo rio. Que finalmente nada tem em que façam um comércio ativo, e que os gêneros do reino, tão precisos para o seu uso, como das suas fábricas, lhes custam pelo maior preço que os colonos das outras capitanias. Assentei ser a navegação do Tocantins o meio mais seguro de prosperar esta capitania (Alencastre, 1979, p. 210).

²⁰ Conforme os anos de 1752 a 1778, o retorno da arrecadação do quinto nas casas de fundição fez com que o ano de 1753 registrasse a maior arrecadação, posteriormente houve a queda lenta até 1778. A produtividade baixa associada ao grande número de escravos destinados à mineração gerava dívidas e um ambiente muito favorável à corrupção dos tributos.

²¹ As descobertas no Norte e os novos arraiais estavam proibidos, desde 1737, de se relacionarem com o Pará, vedando uma via mais acessível e rápida ao mar. O que limitava consideravelmente todo o comércio de gêneros, encarecendo produtos consumidos por Goiás, entrada de escravos aumentando os gastos dos mineiros.

O governador do Pará era favorável a comunicação com Goiás, percebia a necessidade e os proveitos que ambas Capitânicas poderiam alcançar, e por iniciativa já havia encaminhado a solicitação à Coroa, antes de receber a carta de Soveral e Carvalho. Os apelos resultaram na permissão da navegação pelo Tocantins, porém não imediatamente, pois só foi autorizada em 1782.

Durante as visitas que fez aos povoados, observou que o número de julgados que existiam na Capitania encontrava-se, por um lado defasado diante do aglomerado de habitantes e casas nas povoações, e por outro lado, haviam arraiais com a posição de julgados, porém não atendiam as condições estabelecidas pela ordem régia, que determinava que um arraial para tornar-se um julgado deveria conter de 100 a 200 fogos (residência). Couros, foi um dos povoados visitados que não reunia o número de fogos que justificasse sua posição de julgado²².

Procurou o governador organizar os julgados e suas demarcações, revendo-os, extinguindo uns e criando outros novos, por fim chegou-se aos distritos: Vila Boa, Crixás, Pilar, São Félix, Traíras, Conceição, Natividade, Arraias, Cavalcante, Santa Luzia, Meia Ponte, Santa Cruz e Rio das Velhas. Na condição de instrumentos e lugares da ação política direta do governo, fazia-se necessário regulamentar as jurisdições, que seria alcançado com a elaboração da carta geográfica, qualificando o ordenamento institucional na Capitania de Goiás.

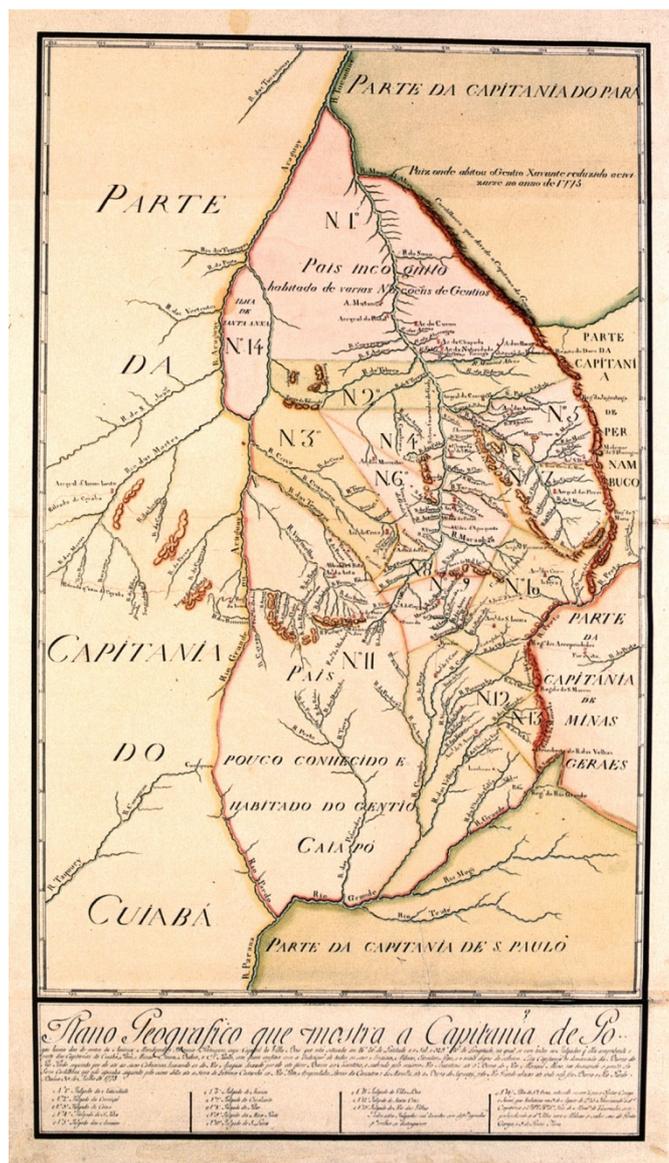
Com base nas informações coletadas durante a viagem, o ajudante de ordens e cartógrafo, Thomas de Souza, concluiu em 1778 o mapa da Capitania de Goiás com os julgados assinalados e demarcados. Conforme pretendia Soveral e Carvalho, o território estava então documentado por meio de uma carta geográfica descritiva, tão necessária para a melhor administração das questões internas de Goiás como também às que pendiam esclarecimentos com outras Capitânicas, principalmente em relação aos frequentes questionamentos sobre áreas em litígio.

No entanto, o governador, rememorando o método do diplomata Alexandre de Gusmão nas negociações do Tratado de Madri com a Espanha, e as partidas do sul,

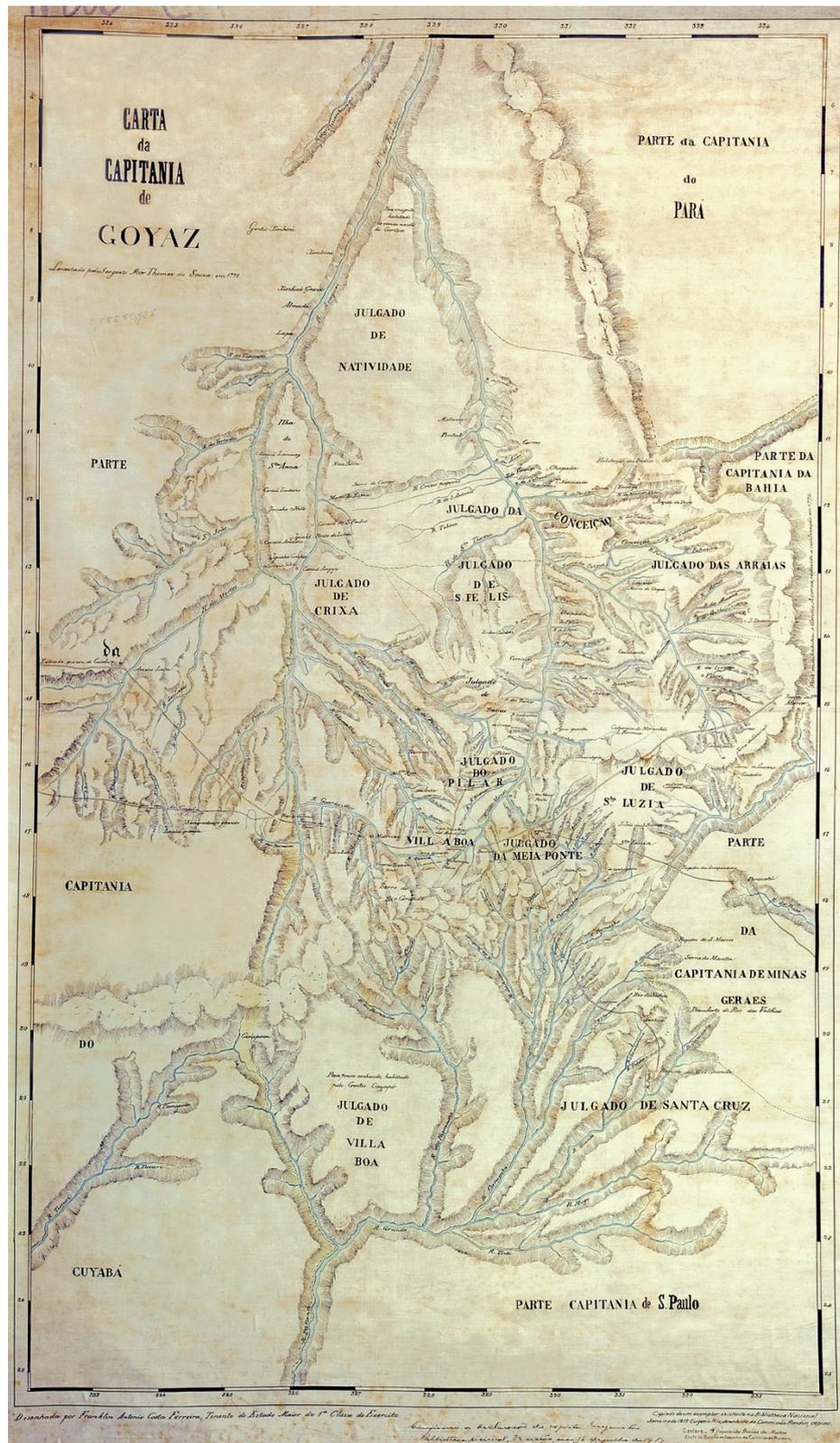
²² Em 1766, o ouvidor-geral Antonio José de Araújo e Sousa, comunicava por meio de ofício ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre o pequeno número de fogos dos julgados de Couros, Barra do Palma e Arraias (AHU_ACL_CU_008, Cx. 22, D. 1418).

adotou a linha demarcatória pelos rios principais e suas vertentes, recuando assim a divisa do rio das Mortes para o rio Grande (Araguaia) (AHU_ACL_CU_008_Cx. 27, D. 1797).

Existem exemplares do *Mapa dos Julgados* em acervos no Brasil e em Portugal. A Casa da Ínsua possui cópia manuscrita colorida, nos tamanhos 102 x 56 cm em folha de 110 x 65 cm (Mapa 18).



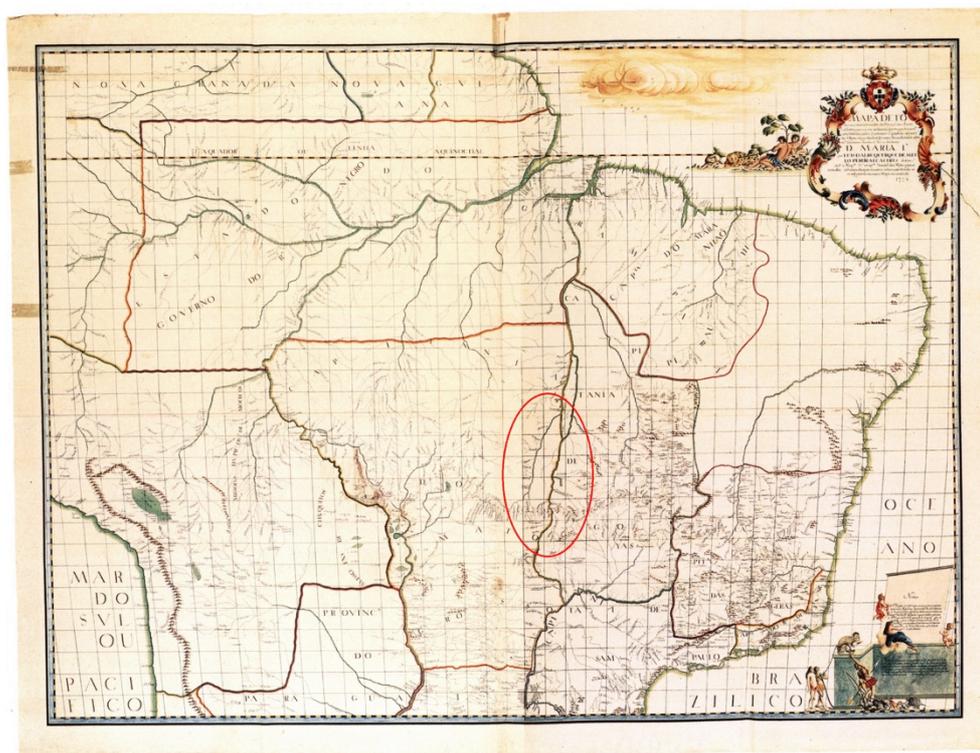
Mapa 18. *Plano Geográfico que mostra a Capitania de Goyas huma das do centro da America Meridional e Dominio Portuguez, cuja Capital he Villa Boa que está situada em 16° 20' de Latitude ao Sul, e 329° 10' de Longitude, na qual se vem todos os Julgados q. ella comprehende e parte das Capitancias do Cuiabá, Pará, Minas Geraes, Bahia, e S. Paulo...1767-1778. Casa da Ínsua.*



Mapa 22. Eugenio Rio. *Carta da Capitania de Goyaz*. 1919. Arquivo Histórico do Exército.

A Mapoteca do Itamaraty possui outra cópia feita em 1849 a partir do original do Archivo Militar, nomeada *Carta da Capitania de Goiaz* contém as dimensões 88 x 55 cm.

No mesmo ano de 1778, o Governador do Mato Grosso, Pereira e Cárceres, enviou à Corte o *Mapa de Todo o vasto Continente do Brazil...* (Mapa 23), em que consta o rio Grande como marco limítrofe.



Mapa 23. *Domínios Espanhoes adjacentes: O ferecido junto do Soberano Trono da Muito Alta e m.to Poderosa Rainha Nossa Senhora D. Maria Iª Por Luis d'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, do Cons.o de S. Mag.de G.or e Cap.am General do Mato Grosso e Cuiabá, debaixo de cujos exames e durecção se reduzio e configurou o mesmo Mapa no anno de 1778. Casa da Ínsua. escala [ca. 1:2.700.000]. manuscrito. color. dimensões 129 x 174 cm em folha de 141 x 185 cm. O círculo vermelho mostra o rio Grande, marco divisor entre as Capitânicas.*

A escolha de Thomas de Souza por trabalhar com o meridiano de origem da Ilha do Ferro para os cálculos da longitude, resultou numa configuração diferente do desenho em comparação com o padrão que vínhamos tratando. Tomando como a capital Vila Boa como base para comparação da longitude, pelo meridiano de Santos está colocada a 335°, e pela Ilha do Ferro está a 329°10', uma diferença de 6°. Desta

forma, a representação comparada ao padrão anterior desloca-se mais a oeste, assumindo uma posição mais central do que curva, a leste.

A demarcação da Capitania está na legenda explicativa impressa no mapa e localizada no cartucho do canto superior direito.

Adevertencias

Esta Capitania he demarcada da Barra do Rio Pardo, por Ele acima athé as suas Cabeceiras Buscaõ se as do Araguay por ele abaixo athé fazer Barra no Tucantins acima athé à Barra do Rio Manoel Alves Buscase a Ponta de Serra Cordilheira que avizinha nella, e seguesse pelo cume dela athé à Serra de Lorenço Castanho, Arrendidos, Escuro, Serro da Canastra, Marsella, até à barra do Sapucay, pelo Rio Grande abaixo, até que nelle faz barra o do Rio Pardo, o que tudo se persebe no Ambito das maiores Lettras, que dizem Capitania de Goyaz. Alguns Rios que se notaõ são Ribeiroes ou fles. Os Arayaes que são Freguesias se notaõ, as Aldeas se notaõ Al. ou A. As Estradas de pontinhos. Tudo o mais o Letreiro o mostra. Advertese mais que esta Capitania tem 13 Julgados e que huns compreendem pequeno Terreno por serem mais povoados, e outros muito grandes por terem muita Terra inteiramente despovoada como hé Villa Boa, e Natividade. A Capital desta Capitania de Villa Boa situada em 16° e 20' ao sul da Linha Equinocial e em 329° 10' de Longitude contado da Ilha de Ferro. Esta da Capitania, Além dos Arayaes que vaõ apontados com hum A antes, tem muitas Fasendas.

Passava então este mapa a ser reproduzido e tornou-se o novo padrão cartográfico ao final do século XVIII sendo utilizado no século seguinte. Os limites dos julgados serviram como argumento ao Governador Tristão da Cunha Meneses (1783-1800) diante da retomada, por parte de Minas Gerais, do questionamento sobre os limites entre as Capitánias, interessada que estava no sertão do Desemboque, distrito do julgado do Rio das Velhas. Defendeu o governador de Goiás, em carta enviada em 1790 à rainha D. Maria I, que a soberana consultasse o mapa enviado por Soveral e Carvalho, pois o documento era a prova que as terras reclamadas não pertenciam a Minas Gerais.

Quando o Ex.mo José de Almeida e Vasconcelos Gov.or
que foi da mesma Capitania [...] deliniou e concluhio a devizaõ
dos Julgados com ella os Limites também da Cap.a incluindo tudo na carta
topografica [...] enviou a Real Prezen

sa de S. Mag.de ilustrou com tal clareza a Linhas e pontos divisórios destes Limites, que parece não ter deixado Razoã de duvidar [...] que as vertentes das Sobreditas cerras Saõ os Limites territoriais, e Respectivos de cada huma das Capitánias (AHU_ACL_CU_008, Cx. 38, D. 2340).

Percebe-se que Tristão da Cunha Meneses usou das demarcações dos julgados, ou seja, a organização dos espaços internos, para defender a circunscrição do território que teve origem na representação de Ângelo dos Santos Cardoso. Configurando assim o encontro dos padrões cartográficos. Pode-se atribuir esta relação ao aprimoramento do saber cartográfico no século XVIII, com a padronização e especialização da comunicação, com o domínio de métodos e usos de instrumentos, conferindo um rigor científico com o olhar direcionado para a procura do ouro e para expansão da conquista conforme Costa (2007, p. 117).

Concluída a apresentação dos dois padrões cartográficos, abordaremos a seguir os detalhes dos desenhos dos mapas que caracterizam cada padrão.

5.2 Organização e classificação dos padrões

Utilizamos os desenhos das formas dos mapas para evidenciar os detalhes que caracterizam os padrões. Reunido o conjunto das representações do padrão Ângelo dos Santos Cardoso, observa-se dois grupos de desenhos, o primeiro tem por característica mostrar a Capitania de Goiás conectada pelo rio Tocantins à região Norte na qual estão delineados o rio Amazonas, a “Ilha de Joannes” (atual Ilha de Marajó) e o acesso ao Oceano Atlântico. Esta configuração, que denominamos por Plano 1, predominou em seis dos oito mapas do conjunto. Constatamos que estas representações estavam voltadas a objetivos internos e sobretudo externos, tais como, a consolidação e defesa dos limites perante às Capitánias confrontantes, a abertura e manutenção da rede de caminhos e a promoção das relações mercantilistas na colônia.

O Plano 2, que consta o desenho da Capitania sem a composição ao Norte, reúne somente duas representações, que foram elaboradas para atender à solicitação do Rei, interessado em informações sobre a situação do sistema tributário na Capitania, a fiscalização e a efetividade sobre a arrecadação, que são informações com

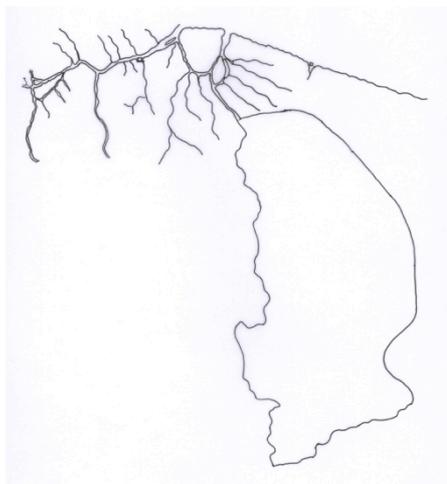
características de serem internas, do governo de Goiás.

Comum aos mapas era a preocupação geopolítica em documentar e comunicar as condições da ocupação e fixação do movimento de conquista português no território central do Brasil.

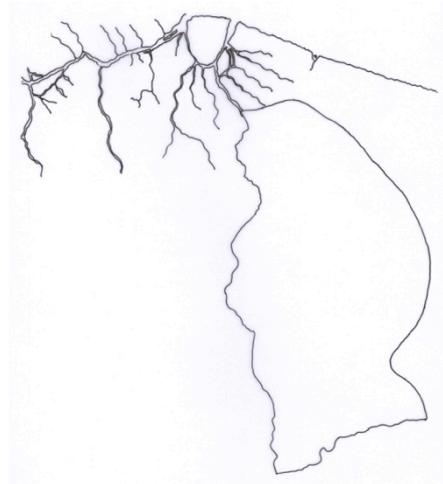
No que se refere às datas atribuídas às representações, resultam do estudo do conjunto cartográfico realizado no capítulo anterior, que sugere uma cronologia possível que indica a duração do padrão Ângelo dos Santos Cardoso por vinte e cinco anos, durante o período de 1750 a 1775.

Observemos a exposição do conjunto nas tabelas 3 e 4.

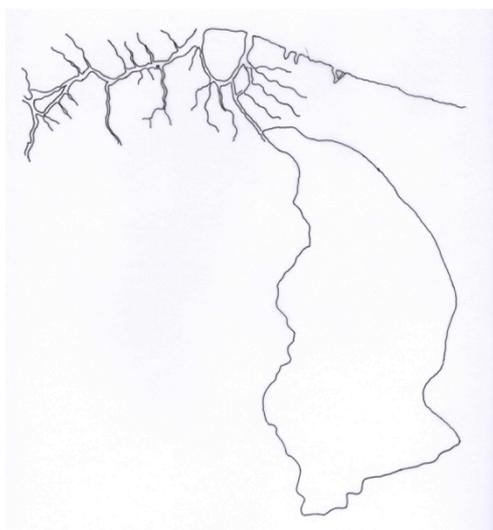
Tabela 3
Configuração Plano 1



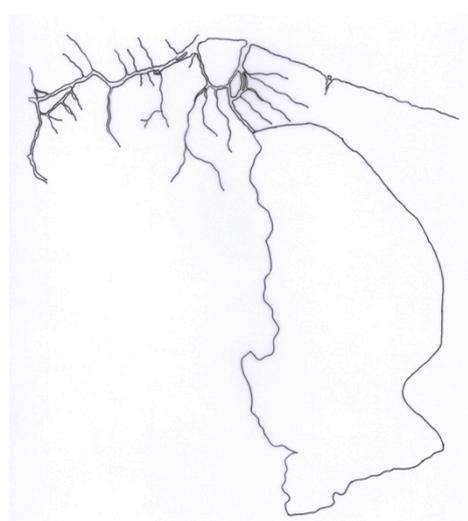
Mapa 9 – Data 1750



Mapa 15 – Data 1751



Mapa 16 – Data 1751



Mapa 12 – Data [1750 - 1758]

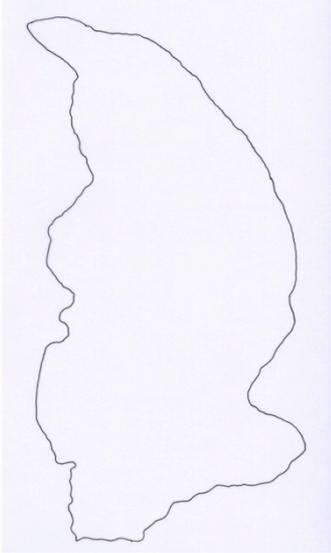
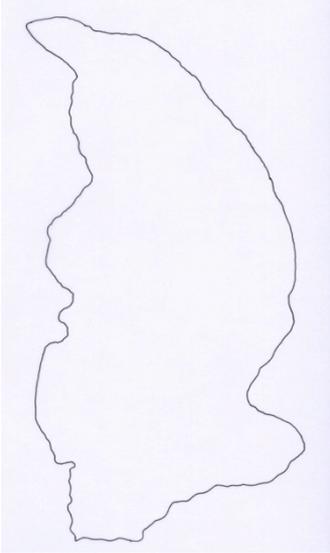


Mapa 14 – Data 1769



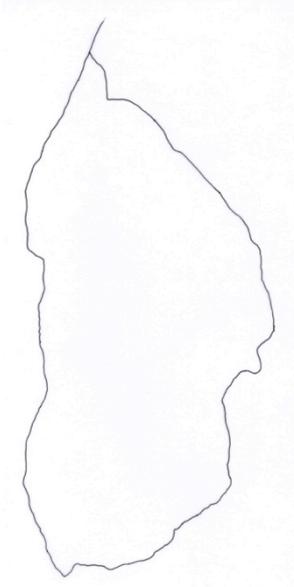
Mapa 13 – Data [1769 - 1771]

Tabela 4
Configuração Plano 2

	
Mapa 10 – Data 1753	Mapa 11 – Data 1753

A cartografia com base no padrão Thomas de Souza possui uma configuração elaborada a partir dos motivos associados às questões internas do território, não há inclusão de regiões associadas a Capitania de Goiás, e as reproduções também não possuem variações (Tabela 5).

Tabela 5
Padrão Thomas de Souza


Mapa 17 – Data 1778

A comparação dos desenhos deixa claro que a utilização do meridiano da Ilha do Ferro como referência de origem para o cálculo da longitude no mapa 17 é o principal motivo que leva a interpretação de dois diferentes padrões cartográficos nos setecentos.

Sobre os limites, os desenhos do padrão Ângelo dos Santos Cardoso mostram a variação dos marcos ocidentais da Capitania de Goiás, que refletem o contexto das discussões que envolveram a demarcação das fronteiras com a Capitania de Mato Grosso até o ano de 1771. No padrão Thomas de Souza, está representada a perda do território para Mato Grosso, causada pela fixação da linha divisória no Rio Grande.

Para melhor visualizar e analisar as alternâncias na divisão entre as Capitanias, definimos a fronteira em três segmentos: Norte – rios Tocantins – Araguaia; Centro – rio das Mortes; Sul – rio Pardo e outro rio que tenha sido utilizado para a demarcação (Tabela 6).

Tabela 6
Fronteira Goiás com Mato Grosso no século XVIII

Mapa Data	Rios Tocantins - Araguaia (fronteira Norte)	Rio das Mortes (fronteira Centro)	Rio Pardo (fronteira Sul)	Outro rio (fronteira)
9 1750	--	X	X	Tucanhenhos Norte
15 1751	--	--	X	Tucanhenhos Norte Jangada Centro
16 1751	X	X	X	--
12 [1750- 1758]	--	X	X	Tucanhenhos Norte
10 1753	X	X	X	--
11 1753	X	X	X	--
14 1769	X	--	X	Grande Centro
13 [1769- 1771]	X	X	X	--
17 1778	X	--	X	Grande Centro

A tabela mostra que a fronteira Sul apresentou estabilidade durante o período, e de fato não foi questionado o rio Pardo como marco, diferente do que aconteceu na fronteira Centro com as questões que envolveram aquele território, apesar de somente uma de oito representações comunicarem os limites pelo rio Grande e uma pelo rio Jangada, constatando a prevalência do rio das Mortes nas configurações considerando o período entre 1750 e 1775. O mapa 17 já traz o limite estabelecido pelo governador em 1778.

Na fronteira Norte, três mapas localizaram os limites no rio Tucanhenhos e pela sugestão de datação compreende o período de 1750 a 1758. É possível que a demarcação pelo Tucanhenhos tenha ocorrido pelo desconhecimento da área, diferente dos outros limites em que havia certa constância exploratória. Mas porque os outros mapas apresentam o marco correto pelos rios Tocantins e Araguaia? Talvez a resposta esteja na característica do documento manuscrito, único, e que servia de molde para reproduções, e a medida que o território foi se expandindo pelo conhecimento advindo das vivências exploratórias, processou-se novos manuscritos corrigindo e acrescentando aos antigos.

Pela observação do conjunto cartográfico é perceptível o limitado conhecimento sobre o Norte, a região é caracterizada pelos poucos símbolos da ação colonizadora, restrito aos rios e seus topônimos, em contraste ao adensamento populacional localizado nos arraiais ao Centro-Sul da Capitania.

O mapa 15, com limite ao Centro estendido até o rio Jangada, próximo à vila de Cuiabá, é o único que apresenta um marco que difere de todo o conjunto. Em seu relato Tosi Colombina informa que limitou sua viagem ao interior da Capitania de Goiás, as informações que obteve da região Oeste, adviram dos documentos contendo detalhes das expedições por lá empreendidas, o que o ajudou a compor o mapa. Este fato demonstra como o domínio do conhecimento sobre o território foi paulatinamente adquirido, num processo muito lento e orientado tanto pela aventura de se lançar aos espaços desconhecidos, com riscos e por vezes com poucas referências e recursos, como pela interação com os que transitavam naquele ambiente social.

As representações que juntas constituem os padrões cartográficos nos setecentos, resultam do acúmulo e da dispersão da informação, e são identificáveis

pelos elementos semelhantes, mesmo quanto existem pequenas diferenças que não alteram o todo. Quando um novo padrão é identificado, este surge por interação e não pelo rompimento com outros mapas.

5.3 Toponímia

Por que focar na toponímia dos povoados? Este foco no presente trabalho se justifica, uma vez que os assentamentos humanos eram os principais centros do poder e da socialização no período, da mesma forma que seu ciclo de vida estava associado às condições de descobrimento, captação e esgotamento das datas auríferas. É importante acrescentar que a presença da simbologia que representa os povoados ou a sua ausência, teve a função de comunicar o desencadeamento da conquista.

E as demais toponímias, dos rios, da geografia, dos registros, das contagens e dos gentios não aldeados? As demais toponímias compõem um acervo a ser estudado posteriormente, em que as conexões da presente pesquisa servirão base. Assim, com o objetivo de identificar a motivação toponímica dos povoados registrados nos mapas analisados nos padrões, relacionamos e classificamos os topônimos observando as naturezas físicas e sociais, e os distribuindo entre as vinte e sete taxonomias proposta por Dick.

Os elementos considerados neste estudo são representados: pela única vila do território; pelos arraiais, também classificados por aldeias significando povoação pequena com poucos vizinhos e sem jurisdição própria (Bluteau); pelas reduções dos gentios, denominadas por missão dos padres da companhia ou simplesmente padres da companhia, aldeia e arrayal; em alguns casos foi utilizado o termo certão para designar uma determinada região de circunscrição de arraial ou assentamento de gentios. Foram coletados para esta análise quarenta e cinco topônimos, identificados nos nove mapas dos padrões.

Constata-se que do total de quarenta e cinco topônimos, quatorze são citados em todos os mapas e a mesma quantidade em oito mapas, o que equivale a vinte e oito nomes registrados em praticamente 100% do conjunto cartográfico. Outro detalhe são os externos, em que onze nomes foram registrados somente no mapa 17, e o mapa 15 é o único a mencionar a Cambayúba. O conjunto possui entre trinta e trinta e quatro topônimos por mapa. Ocorrem alterações na grafia que não

representam prejuízo à referência ao povoado. Nota-se a permanência de nomes. Há casos em que povoados possuem dois topônimos. Estes resultados estão discriminados no Anexo 1 (Toponímias por mapa).

Os topônimos pesquisados estão reunidos em verbetes, respeitando o modo como foram grafados e classificados nos mapas. O conteúdo é composto pela taxonomia, pela data de início ou de referência do povoamento e o responsável pela fundação e a motivação para a escolha do topônimo, com base na bibliografia e em documentos.

Vila

1. **Villa Boa:** poliotopônimo (topônimo constituído pelos vocábulos: vila, aldeia, cidade, povoado e arraial) / Antropotopônimo (topônimo relativo ao nome próprio de indivíduo). Início do povoamento: 1726. Fundador: Bartolomeu Bueno da Silva. Foi a sede da Capitania de Goiás durante os séculos XVIII e XIX. Elevada a condição de vila em 1736, o arraial de Sant'ana teve o nome alterado para Vila Boa, pelo Governador Luiz Mascarenhas prestando homenagem ao seu descobridor (Azevedo, 1987, p. 166).

Arraiais

2. **Agoa Quente:** hidrotopônimo (topônimo resultante de acidente hidrográfico em geral). Início do povoamento: 1732. Fundador: Manoel Rodrigues Thomaz. O rio com águas quentes motivou o nome do arraial (Silva e Souza, 1967, p. 56; Matos, [1836] 2004, p. 135-136; Saint-Hilaire, [1848] 1975, p. 111-112).
3. **Almas:** animotopônimo (topônimo relativo à vida psíquica, a cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria prima fundamental, em seu aspecto mais importante como fato cultural, não pertence à cultura física). Sem indicações sobre o ano de fundação e descobridor. Pertenceu ao julgado de Natividade, conforme *notícia do julgado de Cavalcante de 1804* (AHU_ACL_008_Cx. 48, D. 2776).
4. **Anta:** zootopônimo (topônimo de índole animal) / antropotopônimo (topônimo relativo aos nomes próprios individuais). Início do povoamento: 1729. Fundador: F. Calhamares. Conforme a Notícia Geral da Capitania de Goiás de 1783, o fato de ter

matado uma anta na descoberta motivou o batismo do arraial (Bertran, 2010, p. 131); Silva e Souza ([1812] 1967, p. 51) e Pohl ([1832] 1976, p. 174) apresentam argumento diferente, o nome do arraial seria a derivação de Dantas, sobrenome de uns dos pioneiros mineradores em cujas terras foi fundada a igreja do povoado.

5. **Arayas:** zootopônimo (topônimo de índole animal). Ano de fundação: 1740. Fundador: Francisco Lopes. Conforme Silva e Souza ([1812] 1967, p. 59) o nome do arraial deriva da espécie de peixe que habitava em quantidade no ribeirão do povoado.
6. **Barra da Palma:** hidrotopônimo (topônimo resultante de acidentes hidrográficos em geral) + fitotopônimo (topônimo de índole vegetal). Ano de fundação: 1748. Segundo Silva e Souza ([1812] 1967, p. 59 – 60) e Pohl ([1832] 1976, p. 220), no arraial os jesuítas tiveram propriedades e os ataques do gentio deixou o local despovoado.
7. **Barra:** hidrotopônimo (topônimo resultante de acidentes hidrográficos em geral). Início do povoamento: 1726. Fundador: Bartolomeu Bueno da Silva. Originou-se das primeiras lavras, em 1727 foi esvaziado com o abandono dos mineradores que se mudaram para o arraial vizinho de Santana. De acordo com a *Notícia Geral da Capitania de Goiás de 1783*, o arraial foi instalado na barra, ou seja, no encontro do rio Vermelho com o rio dos Bugres, o que resultou no batismo do descoberto (Bertran, 2010, p. 125); Conforme Azevedo (1987, p. 147) o arraial foi instalado na confluência dos rios Vermelho e Bugres.
8. **Cambayuba:** fitotopônimo (topônimo de índole vegetal). O bairro da Cambaúba, não é um arraial, mas parte da estrutura urbana da capital Vila Boa.
9. **Carlos Marinho ou São Félix:** Antropotopônimo (topônimo relativo ao nome próprio de indivíduo) / hierotopônimo (topônimo relativo ao nome sagrado de diferentes crenças). Início do povoamento: 1736. Fundador: Carlos Marinho. Carlos Marinho, sertanista companheiro de Anhanguera (Alencastre, 1979, p. 69), por ser seu descobridor, foi a primeira referência ao arraial, alterando posteriormente para São Félix (santo da Igreja Católica) provavelmente adotando o nome do rio de suas lavras (Silva e Souza, [1812] 1967, p. 59; Bertran, 2010, p. 177). A notícia da

Capitania de Goyaz de 1804 (AHU_ACL_008_Cx. 48, D. 2776) registra uma interessante versão para a origem do nome do povoado. O sertanista Félix Marinho, a frente de uma bandeira, foi o responsável pelo batismo do rio São Félix que veio a denominar o arraial aurífero.

10. **Carmo:** hierotopônimo (topônimo relativo ao nome sagrado de diferentes crenças). Ano de fundação: Silva e Souza ([1812] 1967, p. 61) afirma que o autor do descoberto foi Manoel de Sousa Ferreira em 1746. A *Notícia Geral de 1783* (Bertran, 2010, p. 77) relata o descoberto pelo mesmo sertanista, porém no ano de 1747.
11. **Cavalgante:** antropotopônimo (topônimo relativo ao nome próprio de indivíduo). Início do povoamento: 1737. Fundador: Francisco Albuquerque Cavalcante. Silva e Souza ([1812] 1967, p. 58) e Azevedo (1987, p. 199) consideram a versão de que o nome do arraial presta homenagem ao morador Juliano Cavalcante, e foi descoberto por Domingos Pires no ano de 1740. Diferentemente, a *Notícia Geral de 1783* (Bertran, 2010, p. 183) registra o nome do arraial como referência ao seu primeiro explorador, Francisco Albuquerque Cavalcante, descobridor do ouro na região no ano de 1737. Outra versão para o nome do descobridor está no relato sobre a Capitania de Goyaz do ano de 1804 (AHU_ACL_008_Cx. 48, D. 2776), é conferido o achado e início do povoado a Andrade Albuquerque Cavalcante, sertanista companheiro de Felix Marinho, que teria achado ouro no local entre os anos de 1736 e 1737.
12. **Chapada de S. Gonçalo:** geomorfotopônimo (topônimo relativo as formas topográficas) + hierotopônimo. Início do povoamento: s.i. Fundador: s.i.
13. **Chapada de São Felix ou Carlos Marinho:** geomorfotopônimo (topônimo relativo as formas topográficas) + hierotopônimo / antropotopônimo (topônimo relativo ao nome próprio de indivíduo). Conforme Silva e Souza ([1812] 1967, p. 59) o pequeno arraial, possuía capela filial com a de São Félix, não consta a data de sua descoberta e seu fundador.
14. **Cocal:** fitotopônimo (topônimo de índole vegetal). Início do povoamento: 1749. Fundadores: Diogo de Gouveia Osório e Felix Caetano. Conforme Silva e Souza

- ([1812] 1967, p. 57) o nome faz referência à abundância de cocos no local. Complementa o autor, que o arraial foi riquíssimo na época do descobrimento. O Barão de Mossâmedes registrou em seu diário de viagem a visita ao povoado, anotou a descoberta pelos escravos do fazendeiro “Felis Caetano” no ano de 1753 (Pinheiro; Coelho, [1771-1773] 2006, p. 91). A *Notícia geral da Capitania de Goiás em 1783*, comunica que o descobrimento do povoado por Diogo de Gouveia Osório em 1749 (Bertran, 2010, p. 173)
15. **Conceição:** hierotopônimo (topônimo relativo ao nome sagrado de diferentes crenças). Início do povoamento: 1741. Sem referência do fundador. Elevado a cabeça de julgado pelo Barão de Mossâmedes (Pinheiro; Coelho, [1771-1773] 2006, p. 115-17)
16. **Corriola:** fitotopônimo (topônimo de índole vegetal). Não há informação sobre o ano de fundação e seu descobridor. Fruto do cerrado, “...a colher pelo caminho, junto aos cerrados e capoeiras [...] as corriolas verdolengas, denunciadas à distância pela fragrância intensa” conforme Ortencio (2009). Cunha Matos, em visita ao arraial de Amaro Leite, relatou uma grande fazenda que não mais existia e foi representada nos mapas como o arraial da Corriola pertenceu ao julgado de Traíras (Cunha Matos, [1836] 2004, p. 442).
17. **Couros:** ergotopônimos (topônimo relativo aos elementos da cultura material). Não há indicação do fundador. O arraial é mencionado numa passagem do roteiro do sertanista Urbano do Couto, publicado por Henrique Silva na *Informação Goyana* ([1918] 2001). Supõe-se que o nome se deve ao comércio de couros no Paranã e no local montou-se um arraial para o comércio, cujas moradas eram cobertas por couros (Jacintho, 1979).
18. **Crixá:** antropotopônimo (topônimo relativo aos nomes próprios individuais). Início do povoamento: 1734. Fundador: Domingos Rodrigues do Prado. O arraial emprestou o nome da tribo indígena que ocupava a região (Silva e Souza, [1812] 1967, p. 56); Cunha Matos conheceu o arraial, esteve no local entre 1823 e 1826, registrou em seus relatos que o nome indígena é corruptela de Corixá, tribo que habitava a região ([1836] 2004, p. 267).

19. **Currallinho:** ergotopônimo (topônimo relativo aos elementos da cultura material). Início do povoamento: 1736. A fundação, Cunha Matos ([1836] 2004, p. 440) atribuiu aos fazendeiros que habitavam a região, daí o nome em referência a um pequeno curral.
20. **Ferreiro:** sociotopônimo (topônimo relativo às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade). Início do povoamento: 1726. Fundador: tenente José Gomes. O arraial compõe o núcleo inicial da ocupação de Goiás à margem do rio Vermelho. O nome deriva de um ferreiro que estabeleceu no início do povoamento (Silva e Souza, [1812] 1967, p. 52); Conforme Saint-Hilaire ([1848] 1975, p. 48) e Aires de Casal (1817, p. 153) os primeiros colonos que fixaram no local foram buscar ouro em outra parte, um ferreiro decidiu ficar e assim acabou por servir de referência ao sítio. Atualmente o que resta do antigo arraial é a igreja de São João Batista e o cemitério contíguo.
21. **Flores:** fitotopônimo (topônimo de índole vegetal). Silva e Souza ([1812] 1967, p. 58) não encontrou informações sobre o ano de fundação e descobridor do arraial. Apenas registra que o povoado era pequeno e chegou a ser cabeça de julgado, quando foi transferido para Cavalcante. A inédita *notícia do julgado de Cavalcante de 1804*, localiza o pequeno arraial na Ribeira do Paranã de Cima, constituído por “onze ou doze casas de telha, e as mais de palha”, é freguesia, cuja matriz é de Nossa Senhora do Rosário. Sua localização às margens do Paranã provocava “nas invernadas tem havido cheia que o tem alagado”. O povoado não era propício à mineração “por ser certão com campinas, espaços próprios para a criação do gado vacum e cavalos” (AHU_ACL_008_Cx. 48, D. 2776).
22. **Guarinus:** antropotopônimo (topônimo relativo aos nomes próprios individuais). Início do povoamento: 1729. Cunha Matos ([1836] 2004, p. 441) e Alencastre (1979, p. 69) concordam em afirmar a fundação do arraial em 1729. Sobre a origem do nome, Ortencio (2009) justifica argumentando que Guarinus é corruptela de Corino, menção a Manoel Corino, negro forro que teria sido o descobridor das lavras. Matos e Alencastre grafaram Guarinus, contudo na *Notícia Geral de 1783* (Bertran, 2010, p. 151) encontramos a forma Gorino, esta, mais próxima do nome do descobridor.

23. **Jaraguá:** animotopônimo (topônimo relativo à vida psíquica, a cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria prima fundamental, em seu aspecto mais importante como fato cultural, não pertence à cultura física). Início do povoamento: 1737. Fundador: escravos faiscadores fugidos. Primeiro nome: Nossa Senhora da Penha de Jaraguá (Ortencio, 2009); Segundo Silva e Souza ([1812] 1967, p. 53) “Córrego do Jaraguá é um arraial do pequeno e muito povoado descoberto por pretos faiscadores em 1737”; *jaraguá*, registra o tupi *yara-guá* (o vale do dono, a baixa do senhor), afirmando que pode ser alt. de *yara-quã* (o dedo de Deus, a ponta do senhor) (Houaiss, 2009).
24. **Matança:** animotopônimo (topônimo relativo à vida psíquica, a cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria prima fundamental, em seu aspecto mais importante como fato cultural, não pertence à cultura física). Sem informações sobre o ano de sua fundação e descobridor. É citado pelo Barão de Mossâmedes em seu diário como um pequeno arraial (Pinheiro; Coelho, [1771-1773] 2006, p. 109)
25. **Meya Ponte:** numerotopônimo (topônimo relativo ao adjetivo numeral). Início do povoamento: 1727. Fundador: Manoel Rodrigues Tomás ou Tomar. Primeiro nome: Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte (Ortencio, 2009); Conforme Jayme (1971, p. 75-76) o descobridor das minas foi o sertanista Urbano do Couto Menezes, que despojado de recursos para registro do descoberto permitiu que Manoel Rodrigues Tomar se intitulasse descobridor das minas, quando este foi o fundador do povoado. O nome do arraial remete aos primórdios da povoação, faz referência a metade da ponte que ficou de pé após a enchurrada do rio. Jayme menciona documentos datados de 1732, de batismo na “Igreja de N. Sra. do Rozario das minas de Meia-Ponte”; Conforme Silva e Souza ([1812] 1967, p. 9) os sertanistas paulistas durante a cheia do ribeirão, fizeram uma ponte com dois paus, quando um foi levado pela corrente o que motivou o batismo do curso d’água e do arraial. Nome atual: Pirenópolis.
26. **Moquem:** ergotopônimos (topônimo relativo aos elementos da cultura material). Início do povoamento: 1736. O nome do arraial parece derivar do ato de fazer uma grelha de paus sobre o fogo, utilizada para assar o peixe e carne (Houaiss, 2009).

27. **Morinhos ou Amaro Leite:** geomorfotopônimo (topônimo relativo as formas topográficas)/ Antropotopônimo (topônimo relativo ao nome próprio de indivíduo). Morinhos ou Morrinhos, provável referência a formação geológica na região. Amaro Leite parece ser o nome do minerador que descobriu ouro no local, difere do sertanista que a mando de D. Luiz Mascarenhas partiu em busca da tribo dos Araés (Cunha Matos, [1836] 2004, p. 442). Início do povoamento: s.i.
28. **Morro do Chapeo:** geomorfotopônimo (topônimo relativo as formas topográficas) / ergotopônimo (topônimo relativo aos elementos da cultura material). Início do povoamento: 1769. Sem referência do fundador. Segundo Silva e Souza ([1812] 1967, p. 59) a origem do nome do arraial é a semelhança do morro, onde se descobriu ouro, com um chapéu desabado. Cunha Matos ([1824], 1979, p. 125) conta que o arraial deve o nome a um chapéu encontrado no alto do morro, único vestígio de um homem louco que desapareceu devorado por onças. O Barão de Mossâmedes esteve no arraial em seu giro pela Capitania, conheceu as lavras ainda novas, e um bicamente para transporte de água construído pelos primeiros mineiros ([1771-1773] Pinheiro; Coelho, 2006, p. 123-25).
29. **Natividade:** hierotopônimo (topônimo relativo ao nome sagrado de diferentes crenças). Ano de fundação: Sobre a fundação do arraial, Silva e Souza ([1812] 1967, p. 60) e Alencastre (1979, p. 69) afirmam que o povoado iniciou no ano de 1734, descoberto pelo sertanista Manuel Ferraz de Araújo. No Arquivo Histórico Ultramarino consta a carta datada de 29 de setembro de 1739, enviada pelo governador da Capitania de São Paulo, D. Luís Mascarenhas, informando ao rei de Portugal o novo descoberto nominado São Luís, clara homenagem ao mandatário da capitania (AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 66).
30. **Ouro Fino:** litotopônimo (topônimo de índole mineral, relativo também a constituição do solo). Início do povoamento: 1726. Fundador: Bartolomeu Bueno da Silva. O arraial compõe o núcleo inicial da ocupação de Goiás à margem do rio Vermelho. Conforme Silva e Souza ([1812] 1967, p. 52) o nome do arraial deriva da qualidade do minério encontrado na lavra; Escreveu Cunha Matos entre 1823 e 1826 ([1836] 2004, p. 255) que o arraial de Ouro Fino é assim nomeado “por ser

muito miúdo e em pó sutil o ouro que se minerou”; O arraial foi extinto, levado à ruína no início do século XX.

31. **Paraná ou Iriquiva:** hidrotopônimo (topônimo resultante de acidente hidrográfico em geral). Ano de fundação: o que sabe é da referência do distrito do Itiquira em documentos de proprietários de terras de meados do século XVIII, e há um interessante requerimento que registra um morador de nome Antônio José do Prado, no distrito do Itiquira em 1754 (AHU_ACL_CU_008_Cx. 10, D. 636). Iriquiva é o arraial Itiquira que foi atacado por doenças, levando seus moradores, crioulos, a mudarem de local durante o século XVIII (Bertran, 2000, p. 121). Para Teodoro Sampaio, vem do tupi-guarani “água vertente, minadouro”; para Caldas Tibiriçá é “água que destila, respinga” (Bertran, 2000, p. 121). Paraná, que é o rio Paranã, do tupi “braço de rio caudaloso” (Houaiss, 2009).
32. **Pillar ou Papoam:** fitotopônimo (topônimo de índole vegetal). Início do povoamento: 1741. Fundador: João de Godoy Pinto da Silveira. Conforme a *Notícia Geral de 1783* ([1783] 2010, p. 151), Silva e Souza ([1812] 1967, p. 55), Pohl ([1832] 1976, p. 188) e Cunha Matos ([1836] 2004, p. 131-132), Papoam ou Papuã, foi o primeiro nome do povoado, e faz referência a um tipo de gramínea abundante na região, posteriormente alterado para Pillar em homenagem ao orago da paróquia.
33. **Pilloins:** ergotopônimo (topônimo relativo aos elementos da cultura material). Início do povoamento: 1746. Não há registro do fundador, a literatura diz que já se sabia da existência de diamantes na região na época da implantação dos primeiros arraiais. Foi distrito diamantino com acesso e mineração controlados pela coroa portuguesa. Segundo Cunha Matos ([1836] 2004, p. 264-265) o arraial fundado em 1746 com o nome de Senhor Jesus do Bonfim, foi extinto pouco tempo depois em 1749, sendo reedificado em 1789. Continua Cunha Matos, o povoado também era conhecido por Rio Claro, nome do curso d'água no qual o Pilões é tributário. Saint-Hilaire ([1848] 1975, p. 79) explica que a limpedez da água justificava o nome do rio, fato que pode constatar quando esteve na região na primeira metade do século XIX. Conforme Bertran (2000, p. 137) a origem do termo Pilões está associada a formações deste tipo cavadas pela água do rio.

34. **Pontal:** hidrotópônimo (topônimo resultante de acidentes hidrográficos em geral). Ano de fundação: 1738. Conforme Silva e Souza ([1812] 1967, p. 61), o arraial descoberto por Antônio Sanches, recebeu o nome por se localizar numa ponta de terra do rio Tocantins.
35. **Sancta Luzia:** hierotópônimo (topônimo relativo ao nome sagrado de diferentes crenças). Início do povoamento: 1746. Fundador: Antônio Bueno de Azevedo. Em 1783: Descobridor destas Minas Antônio Boeno de Azevedo, o qual as descobriu no ano de mil e setecentos e quarenta e seis (Bertran, 2010, p. 193); Em 1910: O terreno aurífero em que se ergue a cidade foi descoberto em 1746 por Antonio Bueno de Azevedo que, com os seus companheiros, erigiu uma capella sob a invocação de S. Luzia (Azevedo, 1987, p. 198); Comenta Alvares (1978, p.13) que Antonio Bueno de Azevedo ao achar ouro em quantidade na margem de um riacho “que o ilustre paulista, grato e reconhecido, baixando os joelhos à terra e elevando as mãos ao céu, agradeceu, comovido, a graça que Deus houve por bem fazer a ele, a seus companheiros e a suas famílias, e invocando a Santa Luzia, essa heroína do cristianismo que se privou dos olhos do corpo para melhor gozar dos olhos do espírito, suplicou-lhe para que, em honra do dia em que é comemorada, aceitasse o padroado da povoação que ele ia fundar sob os auspícios de seu glorioso nome”.
36. **Sancta Cruz:** hierotópônimo (topônimo relativo ao nome sagrado de diferentes crenças). Início do povoamento: 1700. Fundador: Manoel Dias da Silva. Primeiros nomes: Morro do Clemente, Santa Cruz e Corumbalina (Ortencio, 2009); Em 1783: “Dou notícia de que foram estas Minas do Arraial de Santa Cruz descobertas em o ano de 1733 pelo Mestre de Campo Manoel Dias da Sylva” (Bertran, 2010, p. 197); Em 1910: “O território aurífero em que está assentada a cidade foi descoberto em 1729 por Manoel Dias da Silva que o marcou com uma cruz de madeira em que gravou as seguintes palavras: ‘Viva el-rei de Portugal!’ ” (Azevedo, 1987, p. 199).
37. **Sancta Rita:** hierotópônimo (topônimo relativo ao nome sagrado de diferentes crenças). Início do povoamento: 1735. Fundador: Antonio de Sousa Bastos e Manoel Rodrigues Thomaz. Pohl ([1832] 1976, p. 207) visitou o arraial no ano de 1819, registrou que o responsável pelo descoberto foi D. Antônio da Silva Cordovil. O nome parece ser em homenagem a santa da Igreja Católica.

38. **São José:** hierotopônimo (topônimo relativo ao nome sagrado de diferentes crenças). Início do povoamento: 1735. Fundador: Antonio de Sousa Bastos e Manoel Rodrigues Thomaz. Cunha Matos esteve no arraial entre 1823 e 1826, e registrou o templo católico em homenagem ao santo ([1836] 2004, p. 140).
39. **Tizouras:** zootopônimo (topônimo de índole animal). Início do povoamento: 1749. Fundador: Alencastre (1978, p. 135) menciona que os responsáveis pela descoberta foram mineiros do arraial de Santa Rita. Supomos que o nome deve fazer referência à ave.
40. **Trayras:** zootopônimo (topônimo de índole animal). Início do povoamento: 1735. Fundadores: Antonio de Sousa Bastos e Manoel Rodrigues Thomaz. O nome do arraial faz referência a uma espécie de peixe que havia em abundância na região (Silva e Souza, [1812] 1967, p. 56; Pohl, 1832] 1976, p. 193).

Reduções dos gentios

41. **Arraial do Bororós:** etnotopônimo (topônimo relativo aos elementos étnicos, isolados ou não: povos, tribos, castas). Este povoado localizado às margens da estrada para São Paulo, era mantido pelo sertanista Antônio Pires de Campos - solicitação feita ao Rei no ano de 1746 (AHU_ACL_008, Cx. 5, D. 358) - que no comando dos índios Bororo, prestou serviço à Coroa ao governo do Conde dos Arcos combatendo outras tribos que atacavam os caminhos e os arraiais, quando morreu em 1751, por consequência de ferimento que sofreu em um confronto com índios.
42. **Duro / Formiga:** animotopônimo (topônimo relativo à vida psíquica, a cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria prima fundamental, em seu aspecto mais importante como fato cultural, não pertence à cultura física) / zootopônimo (topônimo de índole animal). Aldeamento dos gentios. Fundado em 1751. Explica Chaim (1983, p. 111-13) que a primeira redução da Capitania, recebeu o nome oficial de aldeamento de São Francisco Xavier. Posteriormente em 1755 foi criado outro aldeamento, cujo nome era São José, próximo ao primeiro. Ambos eram conhecidos por Duro. Supomos que o

nome deriva do aspecto aguerrido dos índios hostis Xacriabá e Akroá, que atentavam contra os arraiais no Norte-Nordeste.

43. **Fazendas da aldeia [Mossâmedes]:** antropotopônimo (topônimo relativo ao nome próprio de indivíduo). Aldeamento dos gentios. Fundado em 1755 e reconstituído em 1775 no governo do Barão de Mossâmedes, que em homenagem foi batizado com seu nome (Chaim, 1983, p. 118-20).
44. **Nova Beira:** geomorfotopônimo (topônimo relativo as formas topográficas). Aldeamento dos gentios. Fundado em 1775. O nome foi escolhido pelo ouvidor Antônio José Cabral (Alencastre, 1979, p. 204-05). Beira significa borda ou ribanceira do rio, localização da aldeia na Ilha de Sant'anna, ocupada pelos Karajá e Javaé (Chaim, 1983, p. 121).
45. **Missaõ dos PP. Da Comp.a [Padres da Companhia de Jesus]:** sociotopônimo (topônimo relativo às atividades profissionais e aos locais de trabalho) / Conhecida por aldeia de Sant'Ana do rio das Velhas, hierotopônimo (topônimo relativo ao nome sagrado de diferentes crenças). Conforme Silva e Souza ([1812] 1967, 61) o responsável pela fundação foi o coronel Antônio Pires de Campos no ano de 1750. Foi uma das reduções indígena na capitania, até 1755 abrigou o gentio Borôro, com a mudança destes, passaram aos Chacriabás.

A relação contabiliza treze taxonomias das vinte e sete possíveis. Sobre a quantidade de ocorrências as de natureza social com trinta e dois registros, prevalecem sobre as de natureza física que obteve vinte registros (Gráficos 1 e 2). Os hierotopônimos, com dez referências e os antropotopônimos, com oito citações, são os de maiores destaques, indicando a forte orientação católica presente na ocupação do território e as homenagens aos que desbravaram a conquista como são os casos de Vila Boa, Cavalcante, Carlos Marinho e Amaro Leite, ou a quem era responsável pela condução da administração como o Barão de Mossâmedes.

Os geomorfotopônimos, seis citações, e os hidrotopônimos e os fitotopônimos, com cinco menções, são as taxonomias de natureza física com mais registros, e estão logo após os de natureza social. Salieta Santos e Seabra (2009), que o “fator físico só se reflete na língua quando, sobre ele, atuou a força social”, as

principais referências no território são as que traduzem os valores mais caros ao conquistador, no caso o espiritual e a deferência aos méritos pessoais, em seguida coloca-se o ambiente, cenário no qual as mentalidades se desenvolvem, o local a ser dominado por ser o fornecedor das riquezas que sustentam a cultura da sociedade dominante. Esta sociedade que expressa suas práticas e saberes culturais, registrados nos ergotopônimos: Piloes, Moquem, Couros, Currálinho e Chapeo.

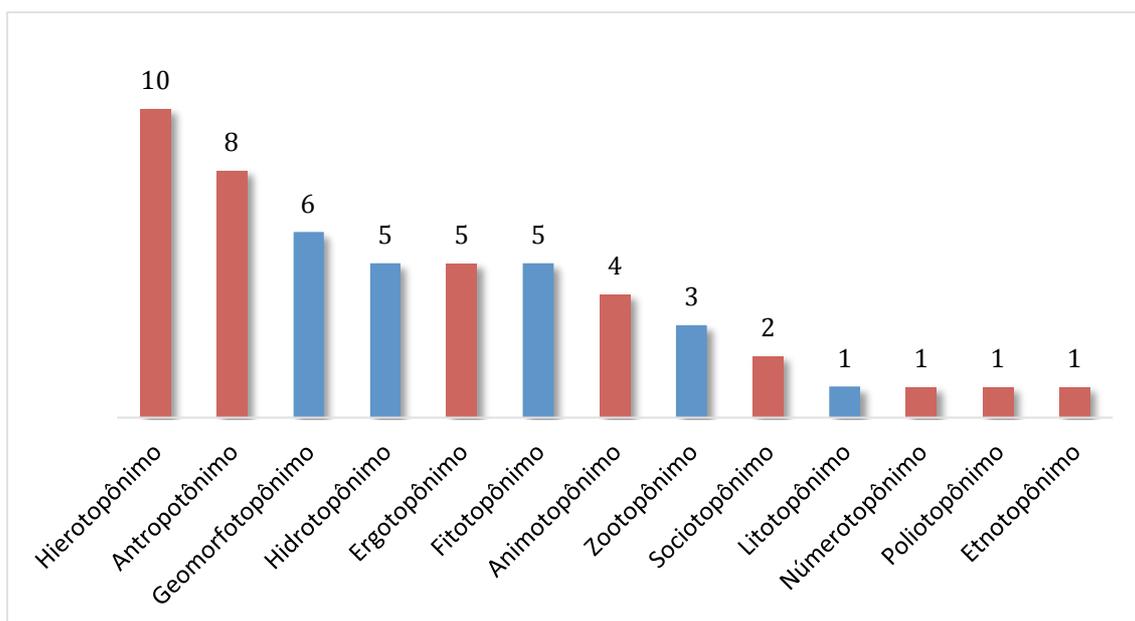
No mundo conduzido pela mineração é curioso constatar a citação a um único litotopônimo que lembra a prática, o pioneiro arraial do Ouro Fino. O garimpo devia estar introjetado no minerador, era a presença constante, o sentido que movia os homens, porém, menos que o espiritual que na crença da época protegia e garantia a boa lavra.

Complementam as vivências no território os animotopônimos, em número de quatro, Matança, Duro e Almas, são elementos que refletem os conflitos e resistências, os embates entre o colonizador e o índio. Os três topônimos estão localizados ao Norte numa das áreas mais isoladas da Capitania e com exceção à redução do Duro, os outros dois só estão registrados no mapa 9. Jaraguá, localizado ao Sul, próximo aos importantes povoados da capital Vila Boa e Meya Ponte, de modo diferente, representa o solo sagrado, protegido, seguro, a morada de Deus.

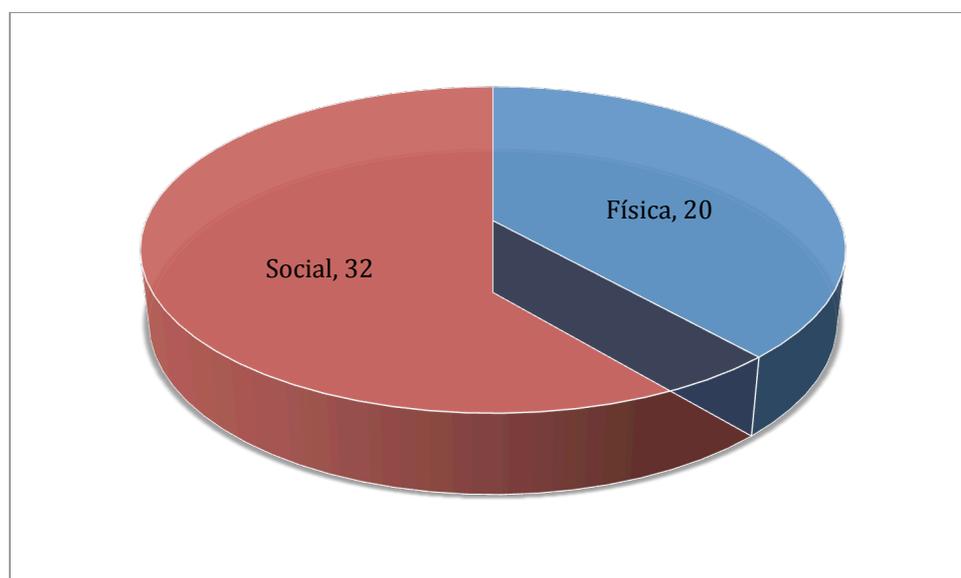
Somente um assentamento, o arraial dos Bororós, tem por registro o nome do gentio. E sua motivação está nas ações a serviço dos interesses da Coroa, que estes índios chefiados pelo sertanista Pires de Campo, combateu outros indígenas com várias vitórias, tornando-se a força de apoio e segurança para a administração daqueles sertões.

Gráfico 1

Ocorrências das taxonomias

**Gráfico 2**

Ocorrências por natureza (física ou social)



Diante dos elementos analisados resta a constatação da contribuição dos topônimos para a interpretação do período. Os registros de nomes nos mapas reforçam as evidências da circulação dos documentos cartográficos, e o intercâmbio gerado pela troca de informações, pode ter sido entre um seletivo grupo mas sem dúvida colaborou para a difusão do conhecimento sobre os sertões.

A recorrente presença do grande número de topônimos nos mapas, e a não alteração, sugerem a relação com os traços culturais sociais e modos de vida no período. Ao organizador e ao leitor do mapa, a manutenção dos nomes colabora com a orientação do documento. Pensando o mapa na lógica da geopolítica aplicada a época, era fundamental que os povoados representassem a conquista através de referências conhecidas por serem portuguesas, um dos motivos que verifica-se o maior número de citações aos hierotopônimos e antropotopônimos. Essa recorrência, está associada a ideia de controle, a manutenção dos nomes em vários documentos em longo período condiz com o Estado absolutista do Marquês de Pombal.

A toponímia serve à memória do território, e serve à cartografia aqui trabalhada, serve mais ainda quando analisada em conjunto. Coletada dos documentos em que foi registrada, ajuda a traduzir o cenário de símbolos dos mapas.

Conclusão

Está relacionado neste trabalho um conjunto de fontes cartográficas que dialogam com a história da formação de Goiás no século XVIII. Estes documentos refletem o olhar do dominador, e é sob a perspectiva da colonização portuguesa que estas fontes foram consideradas. Percebemos a complexidade das informações carregadas em cada mapa. O exercício de decodificá-las exige interação com outras fontes historiográficas e manuscritas.

Aos poucos os mapas se descortinam, a primeira impressão visual se fragmenta nas diversas explicações, conjecturas, transcrições a que são submetidos os símbolos e palavras que compõem o desenho cartográfico.

Nesse desenho, elaborado com o objetivo de documentar e comunicar os avanços do processo de ocupação português, o mapa torna-se a síntese, em imagem, do território. Quando produzidas várias imagens do território, a análise do conjunto resulta em melhores interpretações dos documentos e dos períodos estudados. Por serem mapas históricos são compreendidos como reflexo de uma época cuja motivação para sua feitura advém de interesses e argumentos próprios ao período. Quem os elaborou ou seus responsáveis, os fez racionalmente imbuídos de motivações que os conduziram a expressar em imagens produzidas com as devidas técnicas, mensagens destinadas a seus pares. Sendo assim, a interpretação de imagens não se procede de forma isolada, deve-se dispor do conhecimento cultural e social do período em estudo, se valendo do cotejamento das imagens com textos, fundamental para a compreensão da dinâmica espacial representada. A associação do texto com os mapas desmonta as barreiras encontradas pela dificuldade na leitura dos signos e códigos presentes na imagem. O caminho proposto é o de não submeter os mapas aos textos, mas sim os vinculando em diálogo, buscando compreender o texto cartográfico como fonte a ser questionada com propósito a contribuição ao estudo e a história que se deseja apreender.

Os mapas da Capitania de Goiás estão inseridos num processo de ocupação e consolidação das posses portuguesas no interior da colônia, processo esse que diverge dos propósitos colocados para as Capitânicas litorâneas e as fronteiriças com os territórios espanhóis. O decurso do conhecimento dos sertões se valeu a princípio do

investimento nos avanços das bandeiras e na leitura realizada pelos sertanistas, os mapas produzidos por essas empreitadas tinham por objetivo registrar os caminhos percorridos e os destinos alcançados; posteriormente, a exploração aurífera que tornou possível a criação da Capitania de Goiás em meados do século XVIII, gerou produção de mapas para atender as necessidades de delimitação, administração e organização/controle do território, as ações eram voltadas prioritariamente para a captação da riquezas minerais. Era uma elaboração cartográfica diferenciada, mais concentrada nas questões pertinentes ao cenário do interior, mas que também atenderam as pretensões de Portugal aos argumentos de ocupação e posse do território, uma vez que os avanços ao extremo oeste extrapolavam a possessão lusa sobre a dos espanhóis conforme estabelecido pela linha demarcatória de Tordesilhas.

Diante do período de disputas para a consolidação do poder territorial de Portugal e Espanha na América, o tabuleiro diplomático, onde as Coroas Ibéricas dispunham suas peças, exigia a presença mais interventora do Estado Luso na demarcação e defesa dos limites extremos do Império. Sendo assim, a organização do espaço “interior” da colônia estava delegada, em primeira instância, aos governadores das Capitânicas. Essa decisão provocou tensões entre Capitânicas vizinhas. Goiás, após a definição do contorno do território, se viu envolvida no decorrer dos anos em conflitos com Mato Grosso e Minas Gerais. A busca de soluções para estes entraves pautou-se pela consistência do formato, do aspecto, dos símbolos e das informações presentes nos mapas, o que denominamos nesta tese por padrões cartográficos.

Os padrões cartográficos revelam-se um estratagema local para superar as ausências do poder Real, as limitações materiais, e garantir a condução da administração. A constatação de semelhanças na cartografia é um diferencial na abordagem historiográfica de Goiás, os padrões Ângelo dos Santos Cardoso e Thomas de Souza são as referências documentais para o período, oficializam e reconhecem a Capitania determinando sua posição no espaço geográfico em meio às outras Capitânicas e, transmitem o avanço da compreensão sobre a região. O padrão de Santos Cardoso, surgido em 1750, serviu a quase todo o período dos setecentos, como ele próprio mencionou em carta, o mapa “é o mais próximo da verdade”, e deste modo foi a forma mais aceita até a representação de Thomas de Souza, feita em 1778,

o que os diferenciou? O meridiano de origem para o cálculo da longitude, o primeiro adotou Santos e o segundo se referenciou pela Ilha do Ferro, no que tange as informações os padrões interagem, não há alterações nos aspectos registrados, observa-se inclusões com base em novos dados, mas atesta-se a continuidade e a utilização dos conhecimentos já produzidos.

Os mapas que compõe os padrões serviram aos propósitos administrativos e à assimilação do território. Apesar da alteração nas formas, os detalhes da Capitania como o registro da ocupação pela identificação dos povoados, a sinalização de regiões ocupadas por índios, as rotas e os caminhos transitáveis, e os aspectos naturais, estavam relatados nos dois padrões configurando-os como a memória documental da presença portuguesa no decorrer da segunda metade do século XVIII.

A reprodução de imagens e a manutenção dos formatos, eventualmente recebendo complementos, parece ter sido a solução diante das restrições estruturais existentes numa Capitania com enorme dimensão territorial.

Os seguidos acordos com Espanha, provenientes dos Tratados de Madri, El Pardo e Santo Idelfonso, e a política iluminista, centralizadora e burocrática do Marquês de Pombal, incentivaram o mapeamento e a demanda por informações cada vez mais circunstanciada sobre da Capitania de Goiás na segunda metade dos setecentos. A lógica de governo de Pombal, exigiu dos funcionários reais posturas administrativas respaldadas em atribuições determinadas pela Coroa, que cobrava aos governadores o empenho na exploração do território. O conjunto cartográfico de Goiás, mostra que os esforços dos governos em prover conhecimento do espaço da conquista, atendendo as necessidades de Portugal, envolveu personagens de diferentes status sociais e diversificados níveis de competência, experiência e prática. A administração da Capitania desenvolvia-se nas relações entre grupos sociais, do qual participavam os reinóis detentores dos cargos mais elevados e “ancorados” às ambições monárquicas no estrato social lisboeta, e os colonos, entre eles os moradores, mineradores, fazendeiros, sertanistas, viajantes e militares de baixo escalão, que buscavam suas posições na estrutura local colonial. A cartografia advinda desses grupos serviu à Coroa, portanto, não era só do trabalho feito pelos saberes de engenheiros oriundos das academias que serviam à apreensão do território.

A participação desses grupos na elaboração dos mapas parece indicar que tais documentos que em Portugal eram considerados sigilosos e de acesso controlado, em Goiás poderiam ser de acessos mais flexíveis. Qualquer tarefa voltada para cumprir um levantamento topográfico, era de fato um pesadelo na dimensão de uma região com enormes distâncias como Goiás. Há que considerar as limitações existentes como as dificuldades para o deslocamento, composição de equipes e organização de pessoas, restrição de recursos e a administração da burocracia associada ao extenso tempo que levava a troca de comunicação entre Vila Boa e Lisboa. Este cenário acabou por permitir a participação de personagens cujos relatos das vivências no território serviram de base para a elaboração de mapas.

A cartografia de Goiás reúne aspectos próprios a serem considerados, as interações dos atores associadas as características específicas regionais, integrado à dinâmica do espaço geográfico e o tempo, sugerem interpretações diferenciadas de outras unidades administrativas sejam localizadas no litoral ou nas fronteiras com Espanha.

Outro destaque a se considerar nos mapas é a presença da língua portuguesa, que nomeia as regiões conhecidas e exploradas, do mesmo modo que denomina as áreas desconhecidas. Os topônimos dos povoados traduzem a cultura do dominador e os mapas mostraram a permanência dos nomes reforçando o trânsito de informações na confecção do documento. Outro dado a considerar é a prevalência dos topônimos associados as denominações religiosas, o que condiz com a necessidade da proteção e homenagem a fé cristã; os topônimos que registram o nome de pessoas, segundo em quantidade de ocorrências, denotam reconhecimentos aos feitos pessoais e a projeção de elementos representativos da saga do desbravamento e povoamento humano. Os da categoria física, com menor ocorrência refletem a leitura e apropriação dos elementos dispostos no espaço físico. Cabe um estudo mais amplo abarcando as denominações dos outros aspectos representados nos mapas, como os cursos d'água, os acidentes geográficos, a vegetação, os registros e contagens, para que se possa ter uma análise mais completa da cosmovisão dos grupos sociais sobre o território no período.

Os caminhos que foram trilhados neste estudo dos mapas permitiram expor algumas das motivações e dos usos dados a eles. Enfatizamos o caráter administrativo, porém as interpretações não se encerram nessa lavra. Esforçamo-nos em abordar o mapa como um documento, junto a outros manuscritos, e procuramos identificar possíveis contextos. Buscamos desnudar o mapa, retirando-o da classificação de simples ilustração ao texto, para apresentarmos novos parâmetros de apreensão dessas fontes.

Os trabalhos com as fontes primárias, mapas coevos, ressaltam aspectos ainda por tratar, provocam assim o cotejamento com a historiografia e abrem novas perspectivas no campo da cartografia, e como proposto, o necessário diálogo com o texto. A discussão desta tese está em processo, a hipótese para a apresentação do conjunto de mapas que representam o território de Goiás dos séculos XVIII e XIX ainda exige muito mais pesquisas, e continuamos com os mesmos questionamentos apresentados no início do trabalho: Será que o conjunto de mapas estudados é suficiente para confirmar a hipótese? Será que um novo mapa, a ser encontrado, não poderá ser aquele que deu início a um “padrão cartográfico” aqui sugerido ao invés daquele mapa que apresentamos? Será que há mais “padrões cartográficos” que os dois aqui apresentadas para o período sugerido? O que poderá trazer de novidade, para os estudos cartográficos, a análise de conjuntos de mapas com semelhanças entre si? A abordagem por meio de “padrões cartográficos” é um caminho útil para uma melhor compreensão da cartografia goiana em particular, ou da cartografia brasileira em geral?

O estudo das influências e desenvolvimento da cartografia histórica do Centro-Oeste ainda é recente, porém o intercâmbio entre pesquisadores, o acesso cada vez mais facilitado aos acervos cartográficos no Brasil e no exterior, junto a projetos de digitalização documental como o do Arquivo Histórico Ultramarino e o Documentos Goyaz, tem fomentado revisões à historiografia, despertando novos questionamentos e possibilitando temas originais à cartografia histórica.

Referências documentais

Arquivo Histórico Ultramarino

Capitania de Goiás

AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 12

ROTEIRO (cópia) da derrota do rio Tocantins até Belém do Pará.

AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 66

CARTA do [governador e capitão-general de São Paulo], D. Luís de Mascarenhas, ao rei [D. João V], sobre as notícias recebidas dos descobertos de São Luís [Natividade] e do rio chamado de Manuel Álvares e acerca da necessidade de se criar uma Intendência nesses descobertos, devido à grande distância entre essas Minas e a Intendência de Vila Boa.

AHU_ACL_008, Cx. 5, D. 358

CARTA do intendente e provedor da Fazenda Real de Goiás, Manuel Caetano Homem de Macedo, ao rei [D. João V], sobre a instalação do coronel António Pires de Campos com os índios Bororós, na estrada para São Paulo.

AHU_ACL_CU_008, Cx. 5, D. 359

CARTA do intendente e provedor da Fazenda Real de Goiás, Manuel Caetano Homem de Macedo, ao rei [D. João V], sobre a vigilância na região diamantina dos rios Claro e Pilões.

AHU_ACL_CU_008, Cx. 5, D. 396

CARTA RÉGIA do rei D. João V, ao governador e capitão-general nomeado para a capitania de Goiás, [conde dos Arcos], D. Marcos de Noronha, ordenando que o dito conde passe do governo de Pernambuco ao de Goiás e regulando a forma como se deve proceder à abertura das minas de diamantes dos rios Claro e Pilões.

AHU_ACL_CU_008, Cx. 6, D. 429

REQUERIMENTO de Fernando José Colombina ao rei [D. José] em que pede exclusão dos sócios na obra de abertura de um novo caminho de Santos e São Paulo até Goiás e Vila de Cuiabá para poder executar o projeto.

AHU_ACL_CU_008, Cx. 6, D. 457

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. José, sobre o requerimento de Francisco Tossi Colombina e sócios, solicitando autorização para abrirem o caminho que vai da cidade de São Paulo e Vila de Santos a Vila Boa e daí até a Vila de Cuiabá.

AHU_ACL_CU_008, Cx. 6, D. 459

OFÍCIO (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real], ao [governador e capitão-general de Goiás, conde dos Arcos], D. Marcos de Noronha, sobre a vigilância e a exploração diamantífera nos rios Claro e Pilões.

AHU_ACL_CU_008, Cx. 9, D. 603

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, conde dos Arcos], D. Marcos de Noronha, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real, sobre a situação das minas do governo de Goiás, as distâncias de uma às outras;

a cobrança do contrato das entradas nos limites do mesmo governo e remetendo um mapa da capitania.

AHU_ACL_CU_008, Cx. 12, D. 740

REQUERIMENTO de Escolástica Buena de Camargo, ao rei [D. José], solicitando confirmação da carta de sesmaria no distrito do arraial do Pilar, capitania de Goiás.

AHU_ACL_CU_008, Cx. 15, D. 892

CARTA do ouvidor-geral de Goiás, António da Cunha Sotomaior, ao rei [D. José], remetendo relação dos lugares e povoações da capitania de Goiás, as distâncias que existem de umas às outras e a descrição dos rios que banham as povoações, para se formar uma carta topográfica de todo o Brasil, evidenciando-se os sertões.

AHU_ACL_CU_008, Cx. 16, D. 978

OFÍCIO do [ouvidor-geral de Goiás], Francisco de Atouguia Betencourt [e Lira], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado], sobre os procedimentos do secretário do governo de Goiás, Tomé Inácio da Costa Mascarenhas, pervertendo a intenção no lavrar alguns documentos e não gostando que se pedisse os livros da secretaria referentes à administração do ex-[governador e capitão-general de Goiás], conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora].

AHU_ACL_CU_008, Cx. 21, D. 1275

CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], João Manuel de Melo, ao rei [D. José], sobre os limites da capitania de Goiás após a sua desanexação da de São Paulo e o conflito com a capitania de Minas Gerais no tocante ao território da parte do sul até o Rio Grande [Triângulo Mineiro].

AHU_ACL_CU_008, Cx. 22, D. 1418

OFÍCIO do [ouvidor-geral de Goiás], desembargador António José de Araújo e Sousa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado], sobre a lei das resistências; o procedimento que se deve ter quando os resistentes forem pessoas poderosas; o pequeno número de fogos dos julgados de Couros (Paranã), Barra da Palma (Terras Novas) e Arraias; a dificuldade da administração da justiça devido às grandes distâncias entre eles; acerca da nova lei dos testamentos e a criação de novos auditores.

AHU_ACL_CU_008, Cx. 26, D. 1662

INSTRUÇÃO (minuta) do rei [D. José], ao governador e capitão-general de Goiás, José de Almeida de Vasconcelos [Soveral e Carvalho], instruindo-o a respeito de tudo o que há de mais importante nas cartas régias, ordens e ofícios que se remeteram aos governadores que o precederam na capitania de Goiás.

AHU_ACL_CU_008, Cx. 26, D. 1684

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as ordens que recebeu para conhecer os limites de Goiás e regular a ronda das patrulhas devido ao extravio do ouro, propondo a elaboração de uma carta topográfica para melhor administrar a dita capitania, e acerca da promoção do ajudante de ordens Tomás de Sousa ao posto de sargento-mor

do Regimento de Cavalaria Auxiliar, e do capitão engenheiro Francisco João Rocio ficar no posto de ajudante de ordens com a patente de sargento-mor.

AHU_ACL_CU_008, Cx. 26, D. 1688

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, barão de Mossâmedes], José de Almeida de Vasconcelos, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, sobre a necessidade de se elaborar uma carta geográfica de Goiás, para esclarecerem-se as dúvidas existentes acerca dos limites desta capitania com a de Minas Gerais.

AHU_ACL_CU_008, Cx. 27, D. 1715

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo mapa das terras diamantinas de Goiás, organizado com o fim de se demarcar a região, evitando a transgressão das ordens régias a respeito daquela região vedada aos mineiros.

AHU_ACL_CU_008, Cx. 27, D. 1777

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o estado valetudinário do sargento-mor dos Auxiliares, António Tomás da Costa; a necessidade de um oficial engenheiro, sem ônus, para a Fazenda Real; o desejo de promover a elaboração do mapa de Goiás e o melhoramento das companhias militares da dita capitania.

AHU_ACL_CU_008_Cx. 27, D. 1797

OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Goiás, barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre os limites das capitanias de Goiás e Mato Grosso, e a necessidade de se conhecer a divisão territorial entre as duas capitanias, para que o governo do Mato Grosso não invada o território de Goiás.

AHU_ACL_CU_008, Cx. 28, D. 1814

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros], marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a carta de Francisco Soares de Bulhões acerca do terreno que explorou no distrito diamantino das cabeceiras dos rios Claro e Pilões; o reconhecimento que este fez das demarcações registradas no bando do conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade, e as dúvidas referentes aos limites do distrito diamantino e do território que divide Goiás e Mato Grosso.

AHU_ACL_CU_008, Cx. 28, D. 1824

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o descobrimento de uma nação de índios menos hostis; o envio do alferes da Companhia de Dragões, José Pinto da Fonseca para entrar em contato com os ditos índios e solicitando remuneração para o executor das diligências dos contatos com esses índios.

AHU_ACL_CU_008, Cx. 28, D.1826

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a organização da secretaria de governo de Goiás, que se encontrava desordenada quando chegou a Goiás, e solicitando a nomeação de António Pinto de Castro para secretário do governo da dita capitania.

AHU_ACL_CU_008, Cx. 34, D. 2082

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a formação de um Regimento de Cavalaria Auxiliar regido pelo regulamento de 1763.

AHU_ACL_CU_008, Cx. 37, D. 2294

REQUERIMENTO do tenente da Companhia de Dragões da Guarnição de Goiás, José Rodrigues Freire, à rainha [D. Maria I], solicitando trezentos mil réis de tenças, em remuneração de todos os serviços prestados nos exercícios militar e civil, dando-lhe a faculdade de os poder renunciar.

AHU_ACL_CU_008, Cx. 38, D. 2340

CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], Tristão da Cunha Meneses, à rainha [D. Maria I], sobre a necessidade de se determinarem os limites da capitania de Goiás em relação aos de Minas Gerais, a fim de se evitar desordens na sua administração e incerteza na jurisdição.

AHU_ACL_CU_008, Cx. 48, D. 2776

OFÍCIO do ex-ouvidor-geral de Goiás, Manuel Joaquim de Aguiar Mourão, ao [governador e capitão-general de Goiás], D. Francisco de Assis Mascarenhas, sobre as atividades produtivas da agricultura e do comércio na capitania; o estado da administração da Justiça, propondo a criação de lugares de juízes de Fora; e acerca da organização da Justiça na capitania, com uma única vila, a capital Vila Boa, e treze julgados, a saber: Meiaponte, Pilar, Crixás, Traíras, São Félix, Cavalcante, Arraias, Conceição, Natividade, Carmo, Santa Luzia, Santa Cruz e Desemboque, cada um deles com dois juízes Ordinários, um de Órfãos, e um provedor comissário dos Defuntos e Ausentes que administram a justiça segundo os limites de suas jurisdições.

Capitania de Mato Grosso

AHU_ACL_CU_010, Cx 12, D. 703

DECRETO de D. José em que nomeia o ajudante de infantaria com exercício de engenheiro José Matias de Oliveira Rego sargento-mor de infantaria de Mato Grosso.

AHU_ACL_CU_010, Cx 12, D. 720

AVISO do [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao [conselheiro do Conselho Ultramarino] Alexandre Metelo de Sousa e Meneses para que se entregue do soldo, que compete ao sargento-mor de infantaria José Matias de Oliveira Rego, 12 mil réis a cada mês à sua mãe Joana Teresa de Sousa.

AHU_ACL_CU_010, Cx 13, D. 775

CARTA do ouvidor, intendente e provedor Manuel José Soares ao rei [D. José] sobre a impossibilidade de remeter ao Erário Régio a importância referente ao desconto de

124 mil réis anuais feito nos soldos do sargento-mor engenheiro José Matias de Oliveira Rego.

AHU_ACL_CU_010, Cx 13, D. 778

CARTA do ouvidor, intendente e provedor de Mato Grosso Manuel José Soares ao rei [D. José] sobre a impossibilidade de remeter ao Erário Régio o desconto de 312 mil réis feito no soldo do sargento-mor engenheiro José Mathias de Oliveira Rego.

Documentos cartográficos

Planisfério de Cantino. 1502. Biblioteca Estense Universitaria. dimensões 200 x 100 cm.

Parte do governo de Sam Paulo e parte dos dominios da Coroa de Espanha. [ca. 1740]. Biblioteca Nacional. desenho a tinta ferrogálica. dimensões 51,5 x 71 cm.

Mappa das Terras Diamantinas na Cappitania dos Goyás. 1750. Casa da Ínsua. color. manuscrito. dimensões 53 x 42 cm em folha de 56 x 44 cm.

Prospecto de Villa Boa tomada da parte do Norte para o Sul no anno de 1751. 1751. Casa da Ínsua. color. manuscrito. dimensões 16 x 27 cm em folha de 23 x 32 cm.

Prospecto de Villa Boa tomada da parte do Sul para o Norte no anno de 1751. Casa da Ínsua. color. manuscrito. dimensões 14 x 21 cm em folha de 16 x 23 cm.

Prospecto de Villa Boa tomada da parte do Esnoroeste para Les Sueste no anno de 1751. Casa da Ínsua. color. manuscrito. dimensões 15 x 22 cm em folha de 16 x 23 cm.

Vila Boa de Goyas e tudo o que pertence ao seu termo. [1757-1758]. Arquivo Histórico Ultramarino. manuscrito. color. desenho a tinta. dimensões 39 x 30,4 cm em folha 40,3 x 32,2 cm.

Mappa dos Ryos do Pillar. [1757-1758]. Arquivo Histórico Ultramarino. manuscrito. color. desenho a nanquim. dimensões 42,4 x 30,8cm

Carta Topographica do Pais dos Rios Claro e Piloens. 1772. Arquivo Histórico Ultramarino. escala [ca. 1:500.000]. manuscrito. color. desenho a nanquim. dimensões 39,3 x 51,5 cm em folha 42,1 x 54,5cm.

Carta geographica de todo o terreno conhecido que medeya entre Villa Boa de Goyás e Villa Bella de Matto Grosso: em q. se mostram todos os rios, ribeiroens; e alguns corgos mais notaveis, con as distancias que a experiencia mais prudencial tem calculado athe 15 de dezembro 1774. 1774. Arquivo Histórico Ultramarino. manuscrito. color. desenho a nanquim. dimensões 24,4 x 76,4 cm em folha 27,4 x 79,4cm.

Mappa do girio q deo o Ten.e de Dragoins Joze Roiz Freire sahindo do Arrayal de S.ta Lucia. 1773. Biblioteca Nacional. manuscrito. color. desenho a nanquim. dimensões 33,5 x 43,5 cm.

Mappa Thopographico em que se demonstra a extenção de terreno que ocupa na Capitania de Goyáz segundo regimento de Cavalaria Auxiliar da mesma Capitania....1782. Arquivo Histórico Ultramarino. escala [ca. 1:1.300.000]. manuscrito. color. desenho a nanquim. dimensões 49,8 x 23,4 cm folha 52, 8 x 26,9cm.

Ângelo dos Santos Cardoso. *Mapa da Capitania de Goiaz. O prim.ro mais ajustado, que lá apareceu até aquele tempo, e o menos distante da verdade da destrebução desta Comarca, e seos Arrayaes, mostrando o cam.o, que vem da Vila de Santos a esta Capital, e daqui ao Cuyabá, Mato Grosso, Rio da Madeira, té o das Amazonas.* 1750. Mapoteca do Itamaraty. escala [ca. 1:4.750.000]. manuscrito. desenho a nanquim. dimensões 62 x 50 cm.

Ângelo dos Santos Cardoso. *Mapa geral da Capitania de Goiás.* 1753. Arquivo Histórico Ultramarino. manuscrito. desenho a tinta ferrogálica. dimensões 51,2 x 36,2 cm em folha 52,2 x 37,2 cm.

Ângelo dos Santos Cardoso. *Mapa geral da Capitania de Goiás.* 1753. Arquivo Histórico Ultramarino. manuscrito. desenho a tinta ferrogálica. dimensões 51,3 x 36,4 cm em folha 51,6 x 36,5 cm.

Mapa dos Sertões, que se compreendem de Mar a Mar entre as Capitancias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-grosso, e Pará. [17--]. Biblioteca Nacional. manuscrito. desenho a nanquim. dimensões 62 x 50 cm em folha 63,4 x 52 cm.

Mapa do interior do Brasil entre a foz do Amazonas e S. Paulo. [17--]. Biblioteca de Évora. escala [ca. 1:4.600.000]. manuscrito. desenho a nanquim. dimensões 82 x 65 cm.

Territórios entre a foz do rio Amazonas e S. Paulo. 1769. Casa da Ínsua. escala [ca. 1:4.400.000]. manuscrito. color. dimensões 74 x 53 cm em folha 76 x 55 cm.

Thomas de Souza. *Carta ou Plano Geographico da Capt.a de Goyas huma das do centro da America Meridional, do Reino de Portugal que mandou construir o Ill.mo e Excll.mo Snr. José de Alm.da de Vasconcellos de Svral e Carvalho Govr.r e Cap. Gen.l da dita Capit.a do Dia de 26 de Julho de 1777 até Maio de 78, que a entregou.* 1865. dimensões 95 x 58 cm.

Francisco Tosi Colombina. *Mapa geral da Capitania de Goyaz.* 1751. Arquivo Histórico do Exército. manuscrito. desenho a nanquim. dimensões 53,5 cm x 77 cm.

Mapa dos limites de Goiás e Minas Gerais. [1751]. Arquivo Público Mineiro. manuscrito. dimensões 76 x 55 cm.

Domínios Espanhoes adjacentes: O ferecido junto do Soberano Trono da Muito Alta e m.to Poderosa Rainha Nossa Senhora D. Maria I^a Por Luis d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, do Cons.o de S. Mag.de G.or e Cap.am General do Mato Grosso e Cuiabá, debaixo de cujos exames e durecção se reduzio e configurou o mesmo Mapa no anno de 1778. Casa da Ínsua. escala [ca. 1:2.700.000]. manuscrito. color. dimensões 129 x 174 cm em folha de 141 x 185 cm.

Carta da Capitania de Goyaz. Arquivo Histórico do Exército. dimensões 85,7 x 54,1 cm.

Franklin Antonio C. Ferreira. *Carta da Capitania de Goyaz.* Biblioteca Nacional. dimensões 90,7 x 53,5 cm.

Eugenio Rio. *Carta da Capitania de Goyaz.* 1919. Arquivo Histórico do Exército. dimensões 97,5 x 57,5 cm.

Thomas de Souza. *Carta ou Plano Geographico da Capt.a de Goyas huma das do centro da America Meridional, do Reino de Portugal que mandou construir o Ill.mo e Excll.mo Snr. José de Alm.da de Vasconcellos de Svral e Carvalho Govr.r e Cap. Gen.l da dita Capit.a do Dia de 26 de Julho de 1777 até Maio de 78, que a entregou.* 1778. Arquivo Histórico do Exército. escala [ca. 1:2.650.000]. manuscrito. desenho a nanquim. dimensões 57,5 x 89 cm.

*Plano Geografico que mostra a Capitania de Goyas huma das do centro da America Meridional e Domínio Portuguez, cuja Capital he Villa Boa que está situada em 16° 20' de Latitude ao Sul, e 329° 10' de Longitude, na qual se vem todos os Julgados q. ella comprehende e parte das Capitancias do Cuiabá, Pará, Minas Geraes, Bahia, e S. Paulo...*1767-1778. Casa da Ínsua. escala [ca. 1:2.600.000]. manuscrito. color. dimensões 102 x 56 cm em folha de 110 x 65 cm.

Carta da Capitania de Goiaz. 1849. dimensões 88 x 55 cm.

Mapa de Todo o vasto Continente do Brazil ou America Portugueza com as Fronteiras respectivam.te constituídas pelos Domínios Espanhoes adjacentes: O ferecido junto do Soberano Trono da Muito Alta e m.to Poderosa Rainha Nossa Senhora D. Maria Iª Por Luis d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, do Cons.o de S. Mag.de G.or e Cap.am General do Mato Grosso e Cuiabá, debaixo de cujos exames e durecção se reduzio e configurou o mesmo Mapa no anno de 1778. 1778. Casa da Ínsua. escala [ca. 1:2.700.000]. manuscrito. color. dimensões 129 x 174 cm em folha de 141 x 185 cm.

Referências bibliográficas

ADONIAS, Isa. *Mapa: imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

ALENCASTRE, José Martins Pereira. *Anais da província de Goiás 1863*. Brasília: Gráfica Ipiranga, 1979.

ALMADA, Márcia. *Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

ALVARES, Joseph de Mello. *História de Santa Luzia - Luziânia*. Brasília: Independência, 1978.

AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. *Anuario histórico, geographico e descriptivo do Estado de Goyaz para 1910*. Brasília: SPHAN/8ª DR, 1987.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O Estado português no Brasil: sistema administrativo e fiscal. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). *Nova história da expansão portuguesa: o Império Luso-Brasileiro (1750-1822)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986. v. VIII.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Alameda, 2007.

BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal, do indígena ao colonizador*. Brasília: Verano, 2000.

BERTRAN, Paulo (Org.). *Notícia geral da Capitania de Goiás em 1783*. Goiânia: ICBC, 2010.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *Sertão de estrelas: a delimitação das Latitudes e das fronteiras na América Portuguesa*. Varia História – Revista do Departamento de História da UFMG, Belo Horizonte, nº 21, julho de 1999.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. São Paulo: Alameda, 2010.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Dedifrando mapas: sobre o conceito de território e suas vinculações com a Cartografia*. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v. 12, n. 1, p. 230, jan-dez.2004.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenhando o Brasil: o saber cartográfico dos cosmógrafos e engenheiros militares da Colônia e do Império*. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e Desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: Fapesp, 2011.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. São Paulo: EDUSC, 2004.

- CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil composta e dedicada a Sua Majestade Fidelíssima*. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1817.
- CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás 1749 – 1811*. São Paulo: Nobel, 1983.
- CNCDP Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. *Tesouros da cartografia portuguesa*. Lisboa: Inapa, 1997.
- COELHO, Gustavo Neiva. *O espaço urbano em Vila Boa*. Goiânia: UCG, 2001.
- COLOMBINA, Francesco Tosi. 1754. *Descobrimento das terras do Tibagi*. Maringá: UEM, 1974.
- CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1957. Tomo II.
- CORTESÃO, Jaime. *O Tratado de Madri*. Brasília: Senado Federal, 2001. Tomo I.
- COSTA, Antônio Gilberto (Org). *Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil império*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- CRULS, Luiz. 1894. *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2003.
- CUNHA MATOS, Raimundo José da. 1824. *Corografia histórica da província de Goiás*. Goiânia: Líder, 1979.
- CUNHA MATOS, Raimundo José da. 1836. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins, 2004.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. São Paulo: [s.ed.], 1987.
- Documentos interessantes para a História e costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1952. v. 73.
- DOYLE, Arthur Conan. Um caso de identidade In: _____. *As aventuras de Sherlock Holmes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. v. 1.
- FARIA, Maria Dulce de. *Catálogo da coleção cartográfica e iconográfica manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011.
- FORTES, Manoel de Azevedo. *Tratado do modo mais fácil e exato de se fazer as cartas geográficas, assim de terra como de mar, e tirar as plantas das praças*. Lisboa, 1722.
- FORTES, Manoel de Azevedo. *O Engenheiro Portuguez*. Lisboa: 1729. Tomos I e II.
- FURTADO, Junia Ferreira. *Mapas das minas*. Revista do Arquivo Público Mineiro, Ouro Preto, ano XLVI, n. 2, p. 24-25, julho/dezembro 2010.
- FURTADO, Junia Ferreira. *O Mapa que inventou o Brasil*. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: ODEBRECHT, 2013.
- GARCIA, João Carlos (Org.). *A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Ínsua*. Lisboa: CNCDP, 2002.

GINZBURG, Carlos. *Investigando Piero: o Batismo, o Ciclo de Arezzo, a Flagelação de Urbino*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

HARLEY, J. B. *La nueva naturaliza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía*. México: FCE, 2005.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JACINTHO, Olympio. *Esboço histórico de Formosa*. Brasília: Academia de Letras e Artes do Planalto, 1979.

JAYME, Jarbas. *Esboço histórico de Pirenópolis*. Goiânia: UFG, 1971.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LEITE, Míriam L. Moreira. Texto visual e texto verbal. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Míriam L. Moreira (Orgs.). *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas: Papirus, 1998.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Lugares e Regiões em mapas antigos*. Biblioteca Pública de Évora. Lisboa: CNCDP, 1997.

MANIQUE, Luís de Pina. *O convênio luso-brasileiro de 1867 sobre cartografia portuguesa*. Trabalho apresentado ao IV Congresso de História Nacional, Bahia, 1949.

MARTINS, Francisco José Corrêa. Arquivo Histórico do Exército. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

MATOS, Luis Jorge Semedo de. Planisfério anônimo de 1502 (dito de Cantino). Cadeira de História da Marinha Portuguesa. In: *Navegações Portuguesas*. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/b11.html>>. Acesso em: 2 jul. 2012.

MELO, Josemar Henrique. *A Secretaria de Governo da Capitania de Pernambuco como parte do aparelho burocrático colonial*. Instituto Camões, 2005. Disponível em <http://cvc.institutocamoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/josemar_henrique_melo.pdf>. Acesso em: abr. 2014.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes; CARDIM, Pedro. Seleta de uma sociedade: hierarquias sociais nos documentos compilados por Diogo Barbosa Machado. In: *Raízes do privilégio: mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

MUNDIN, Luis Gustavo Molinari. *Sob o signo do moderno*. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, Ano XLVI, n.2, jul-dez 2010.

ORTÊNCIO, Bariani. *Dicionário do Brasil Central*. Goiânia: ICBC, 2009.

PALACÍN, Luis; GARCIA, Ledonias; AMADO, Janaína. *História de Goiás em documentos*. Goiânia: UFG, 1995.

PANOFSKY, E. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

PINHEIRO, Antônio César Caldas; COELHO, Gustavo Neiva. 1771-1773. *Diário de viagem do Barão de Mossâmedes 1771-1773*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.

- POHL, Johann Emanuel. 1832. *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1976.
- RAMIZ GALVAO, Benjamin Franklin. *Catalogo da Exposição de história do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1998. 3 v
- Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XLV, 1ª parte, 1882.
- ROCHA, Deusdedith; VIEIRA JÚNIOR, Wilson; CARVALHO, Rafael C. *Viagem pela Estrada Real dos Goyazes*. Brasília: Paralelo 15, 2006.
- ROCHA, Leandro (Org.). *Atlas histórico: Goiás pré-colonial e colonial*. Goiânia: CECAB, 2001.
- RODRIGUES, Aldair Carlos. *Limpos de Sangue: familiares do Santo Ofício, Inquisição e Sociedade em Minas Colonial*. São Paulo: Alameda, 2011.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. 1848. *Viagem à província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975.
- SALLES, Gilka V. Ferreira de. *Economia e escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.
- SANTOS, Márcia Maria Duarte. Técnicas e elementos da cartografia da América Portuguesa e do Brasil Império. In: *Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SANTOS, Márcia Maria Duarte; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa. Motivação toponímica da Comarca do Serro Frio: estudo dos registros setecentistas e oitocentistas em mapas da Capitania de Minas Gerais. In: FRANÇA, Adriana Rocha (Org.). *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. v. XX. tomo II.
- SAPIR, Edward. *Linguística como ciência*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.
- SILVA e SOUZA, Luiz Antônio da. 1812. *O descobrimento da capitania de Goyaz*. Goiânia: UFG, 1967.
- TAUNAY, Afonso de E. *História da cidade de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, 2004.
- VIEIRA JÚNIOR, Wilson; SCHLEE, Andrey R.; BARBO, Lenora. *Tosi Colombina, autor do primeiro mapa da Capitania de Goiás?* In: Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Cartografia: Cartografia, ferramenta para ordenamento e gestão territorial. Aracaju: Sociedade Brasileira de Cartografia, 2010.
- VIEIRA JÚNIOR, Wilson. *Casa de Câmara e Cadeia da capitania de Goyaz: espaço e representação*. In: *Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica: Territórios: documentos, imagens e representações*, IV, 2011, Porto. Anais. Universidade do Porto, 2011. Disponível em <<http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/>>. Acesso em: dezembro de 2011.

Anexos

Anexo 1: Toponímias por mapas

1750 / 9	1751 / 15
Agoa Quente	Agoa Quente
Anta	Anta
X	X
X	X
Arayas	Arrayas
Barra	Barra
Barra da Palma	Barra da Palma
Carlos Marinho ou São Félix	S. Felix ou Carlos Marinho
Cavalgante	Cavalgante
Chapada de S. Felix ou Carlos Marinho	Chapada de S. Felix ou de Car.lo Mar.
Chapada de S. Gonçalo	Chapada de S. Gonçalo
X	X
Corriola	Corriola
Crixá	Crixá
Descuberto do Carmo	Descuberto do Carmo
Duro	Duro
Ferreiro	Ferreiro
Guarinus	Guarinos
Jaraguá	Jaraguá
Meya Ponte	Meya Ponte
Moquem	Moquem
Morinhos ou Amaro Leite	Morrinhos
Natividade	Natividade
Ouro Fino	Ouro Fino
Padres da Companhia de Jesus	Missaõ dos P. da Companhia
Paraná ou Iriquiva	Paraná ou Itiquira
Pillar ou Papoam	Pilar ou Papoam
Pilloins	Pilloen
Pontal	Pontal
S. José	S. José
S. Luzia	S. Luzia
Sancta Cruz	S. Cruis
Santa Rita	S. Rita
X	Trayras
Villa Boa	Villa Boa
X	Arayao dos Borroro
	Cambayuba

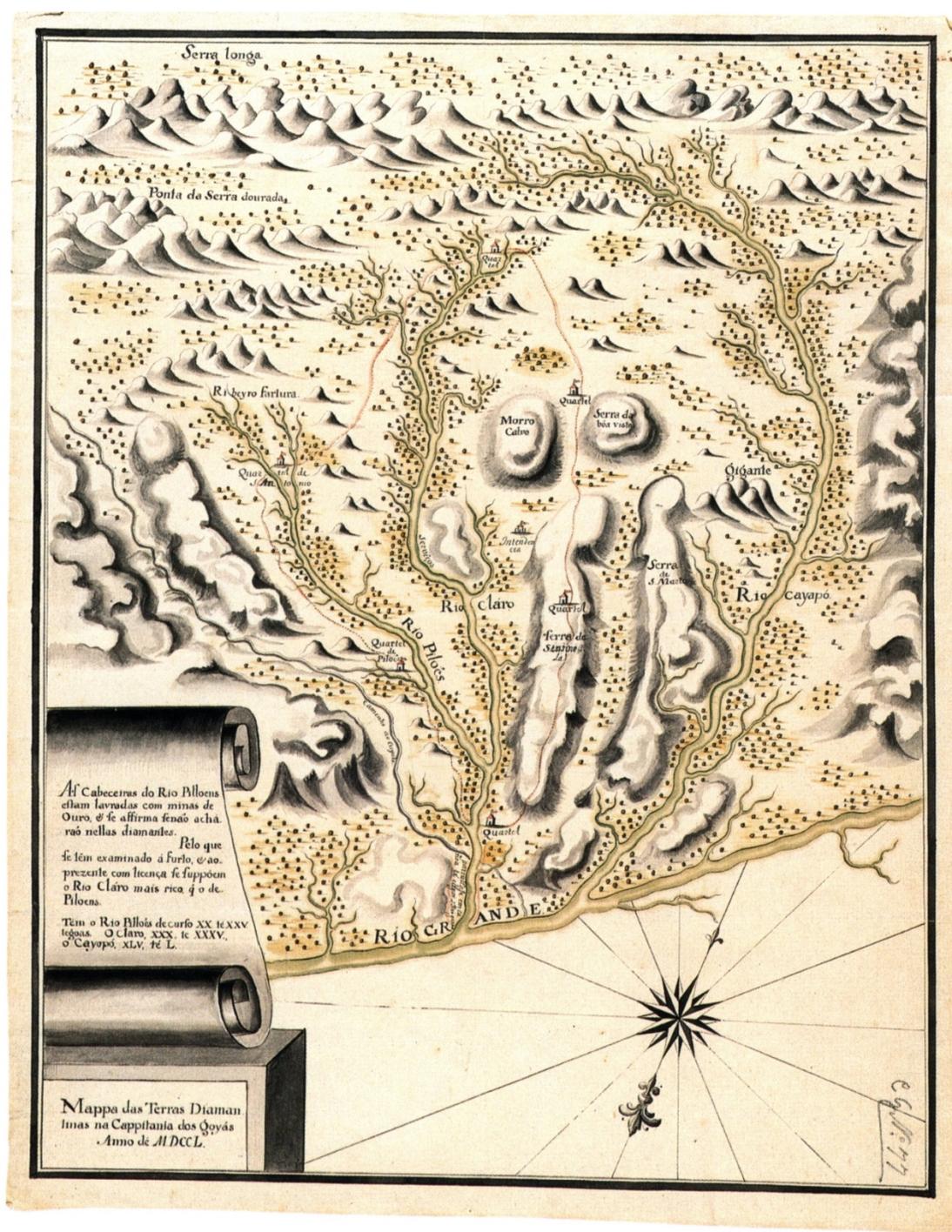
1751 / 16	1753 / 10
Agoa quente	Agoa quente
Anta	Arayal da Anta
X	Arayal da Chapada de S. Anna da Nativid.e
X	Arayal da Chapada de S. Felix
Arrayas	Arrayaz terras mineraes
Barra	X
Barra da Palma, ou Terras novas	Barra da palma, ou terras novas, certaõ de gado
Carlos Marinho, ou S. Felix	Carllos Marinho, ou S. Felix
Cavalcanti	Cavalgante
Chapada de S. Felix, ou de Carlos Marinho	Chapada do dito asima [Chapada de Carlos Marinho]
Chapada de S. Gonçalo	Chapada de S. Gonçallo
X	Cocaes descoberto novo
Corriola	Corriola
Crixá	Guirixa
Descoberto do Carmo	Descoberto do Carmo
Duro	Duro, certaõ onde esta cituada aldeya do gentio, por ordem de S. Mag.e
Ferreiro	Ferreiro
Guarinos	Guarinos
Jaraguá	Jaraguâ
Meya Ponte	Meyaponte
Moquem	Moquem
Morinhos, ou Amaro Leyte	Morrinhos, ou Amaro Leite
Natividade	Nativid.e
Ouro Fino	Ouro Fino
Missaõ dos P. da Companhia	X
Paraná, ou Itiquira	X
Pillar, ou Papoam.	Pillar
Piloens	Piloins
Pontal	Pontal
Saõ Joséph	S. Jozê
Sancta Luzia	S.ta Luzia
Sancta Cruz	X
Sancta Rita	S.ta Rita
Trayras	Trahiras
Villa Boa	Villa Boa Capital de Goyaz
Arrayal dos Bororós, governados pelo coronel Antonio Pires de Campos	X

1753 / 11	[1755-1758] / 12
Agoa quente	Aguaqueute
Arrayal da Anta	Anta
Arrayal de S.ta Anna da Natividad.e	Natividade
Arrayal da chapada de S. Felix	X
X	Arrayas
X	Barra
Barra do palma, ou terras novas	Barra da Palma
Carllos Marinho, ou Saõ Felix	Carlos Marinho
Cavalgante	Cavalgante
Chapada de S. Felix	Chapada de S. Felix
Chapada de S. Gonçallo	Chapada de S. Gon.lo
Cocaes descoberto novo	X
Corriola	Corriolla
Guirixâ	Crixá
Descoberto do Carmo	Descuberto do Carmo
Certaõ de gados chamado Duro aonde estâ cituada a aldeya do gentio	Duro
Ferreiro	Ferreiro
Guarinos	Guarinos
Jaraguâ	Jaraguá
Meyaponte	Meya Ponte
Moquem	Moquem
Morrinhos, ou Amaro Leite	Morrinhos ou Amaro Leite
Natividade	Natividade
Ouro Fino	Ourofino
X	Missaõ dos PP. da Comp.a
Certaõ de gados chamado Paranâ, ou Itiquira q. comprehende todo o circullo azul	Paranâ, ou Itiquira
Pillar	Pillar ou Papuãa
Piloes	Pontal [erro, pois é o arraial de Pilõens]
Pontal	Pontal
Saõ Jozê ou Tocantins	S. Jozé
S.ta Luzia	S. Luzia
S.ta Cruz	S.ta Cruz
S.ta Rita	S. Rita
Trahiras	Trayras
Villa Boa Capital de Goyaz	V.a Boa
X	Arrayal dos Bororós, governados pelo coronel Antonio Pires de Campos

[1769-1771] / 13	1769 / 14
Agoa quente	Agoa quente
Anta	Anta
Natividade	Natividade
X	X
Arraiaz	Arrayas
X	X
Barra da Palma, ou terras novas	Barra do Palma, ou Terras novas
Carlos Marinho, ou S. Feliz	Carlos Marinho ou S. Fellix
Cavalgante	Cavalcante
Chapada de S. Feliz, ou de Carlos Marinho	Chapada de S. Felix
Chapada de S. Gonçalo	Chapada de S. Gonçalo
X	X
Corriola	Corriola
Quirixas	Crixá
Descoberto do Carmo	Descoberto do Carmo
Duro	Duro
Ferreiro	Ferreiro
Guarinôs	Guarinos
Iraguã	X
Meya Ponte	Meya Ponte
Moquem	Moquem
Morrinhos, ou Amaro Leite	Morrinhos, ou Amaro Leite
Natividade	Natividade
Ouro fino	Ouro Fino
X	X
Paraná, ou Itiquira	Paraná, ou Iriquiva
Pilar, ou Papoan	Pilar ou Papuã
Piloans	Piloens
Pontal	Pontal
S. Jozê	S. Jozé
S.a Luzia	Santa Luzia
S.a Cruz	Santa Cruz
S.a Rita	S. Rita
Tahiraz	Trayras
Villa boa de Goayaz	Villa Boa
Arrayal dos Bororos gov.dd pello cor.el Ant.o Pirez	Arrayal dos Bororós, governados pelo coronel Antonio Pires de Campos

1778 / 17	
A. da Ahoa Quente	
A. da Anta	
Al. da Natividade	
	X
Al.da das Arrayas	
	X
	X
	X
A. do Cavalcante	
Chapada de S. Felis	
	X
	X
	X
A. de Crixá	
Carmo	
	X
	X
	X
	X
A. da Meia Ponte	
	X
	X
Al.da da Natividade	
A. do Ouro Fino	
	X
	X
A. do Pilar	
	X
Pontal	
A. de S. Joze	
A. de S. Luzia	
A. de S. Crus	
A. de S. Rita	
A. de Trairas	
Vila Boa	
	X
A. dos Couros	
A. do Cocal	
Al.da das Flores	
Al.da da Conceição	
Almas	
Curralinho	
Morro do Chapeo	

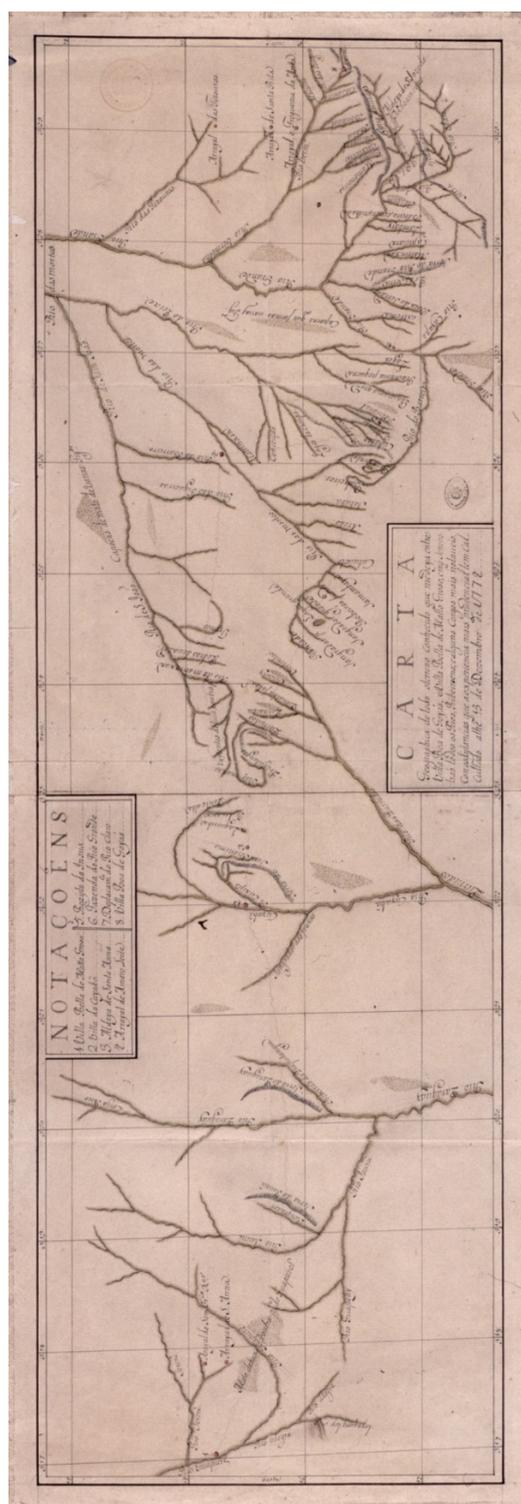
Fazendas da aldeia [Mossâmedes]
Nova Beira
Furmiga
Matança



Mapa 2. Mappa das Terras Diamantinas na Cappitania dos Goyás. 1750. Casa da Ínsua. color. manuscrito. dimensões 53 x 42 cm em folha de 56 x 44 cm.



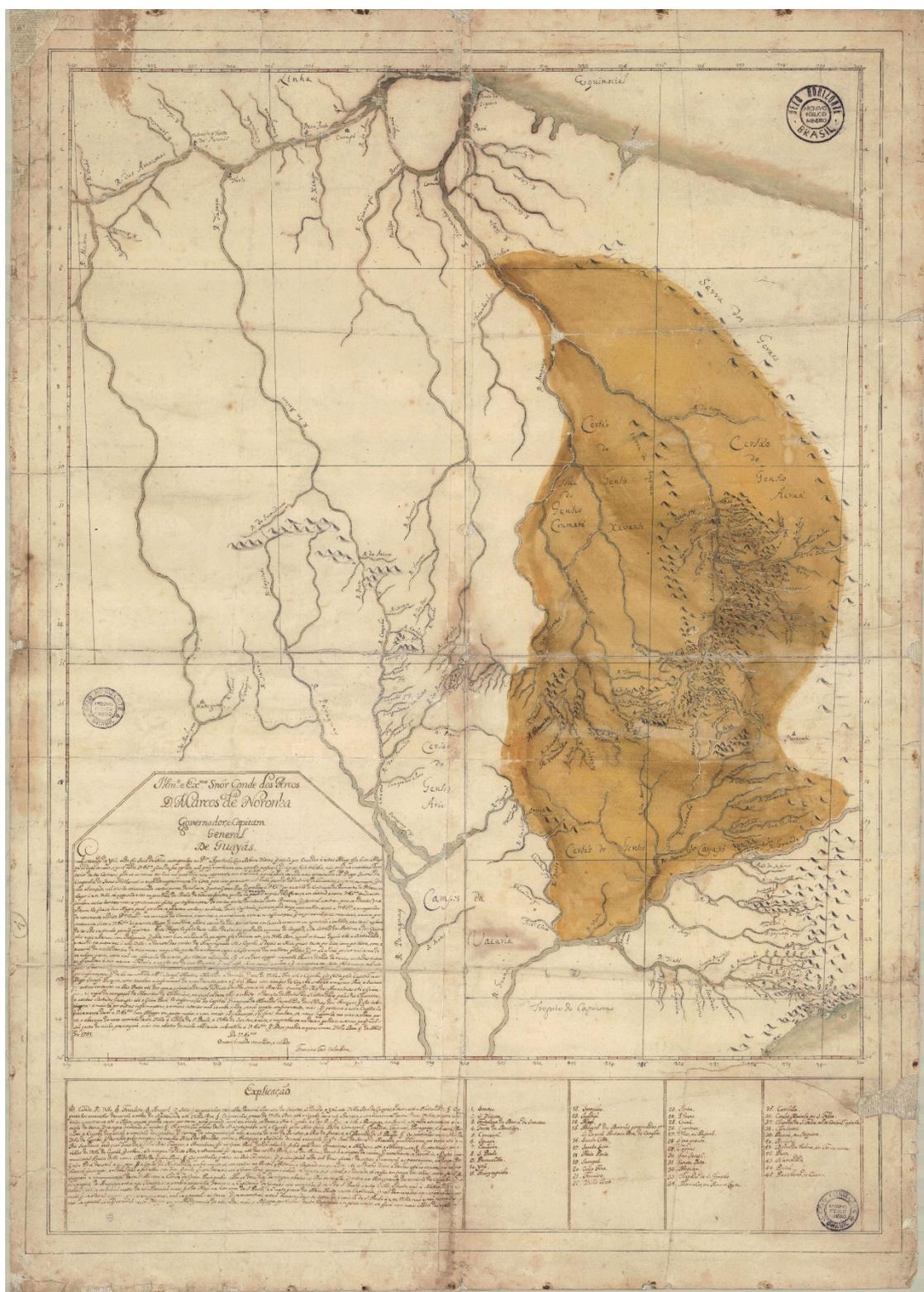
Mapa 5. Carta Topographica do Pais dos Rios Claro e Piloens. 1772. Arquivo Histórico Ultramarino. escala [ca. 1:500.000]. manuscrito. color. desenho a nanquim. dimensões 39,3 x 51,5 cm em folha 42,1 x 54,5cm.



Mapa 6. Carta geographica de todo o terreno conhecido que medeya entre Villa Boa de Goyás e Villa Bella de Matto Grosso: em q. se mostrão todos os rios, ribeiroens; e alguns corgos mais notaveis, con as distancias que a experiencia mais prudencial tem calculado athe 15 de dezembro 1774. 1774. Arquivo Histórico Ultramarino. manuscrito. color. desenho a nanquim. dimensões 24,4 x 76,4 cm emfolha 27,4 x 79,4cm.



Mapa 8. Mappa do giro q deo o Ten.e de Dragoins Joze Roiz Freire sahindo do Arrayal de S.ta Lucia. 1773. Biblioteca Nacional. manuscrito. color. desenho a nanquim. dimensões 33,5 x 43,5 cm.



Mapa 16. *Mapa dos limites de Goiás e Minas Gerais*. [1751]. Arquivo Público Mineiro. manuscrito. dimensões 76 x 55 cm.



Mapa 22. Eugenio Rio. *Carta da Capitania de Goyaz*. 1919. Arquivo Histórico do Exército. dimensões 97,5 x 57,5 cm.



Mapa 23. *Mapa de Todo o vasto Continente do Brazil ou America Portugueza com as Fronteiras respectivas constituídas pelos Domínios Espanhoes adjacentes.... 1778. Casa da Índia. escala [ca. 1:2.700.000]. manuscrito. color. dimensões 129 x 174 cm em folha de 141 x 185 cm.*

